



Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, João Afonso Almeida da Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Manuel Jorge Silva Esteves.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido e Isabel Maria Conde da Silva Ramalho.

CHEGA – Nuno Miguel da Costa Gabriel e Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vítor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da União das Freguesias de Azeitão), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, em substituição do Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, em substituição do Sr. Vereador Joel Alexandre Neves Marques (conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata), Sónia Isabel Leal Maurício Martins e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, em substituição do

Sr. Vereador Fernando Mimoso Negrão (conforme documento registado sob o n.º 3, arquivado em pasta anexa à presente ata).

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Rafaela Isabel Graça Nunes, Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, Mário Gabriel Costa Pires Aranha e Maria Nazaré de Souza Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 9, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, António Miguel da Costa Ferreira e Alexandre Miguel Cardoso Teles, conforme documentos registados sob os n.ºs 10 e 11, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa, tendo sido substituído por Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos, conforme documento registado sob o n.º 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Pedro Miguel Pereira Florêncio, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, João Miguel Cristóvão Mota de Sousa Fidalgo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamado a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

d) Faltas

Não houve faltas.

A - PERIODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos duas inscrições (conforme documentos registados sob os n.ºs 14 e 15, arquivados em pasta anexa à presente ata) e dava a palavra ao Sr. Luís Simões.

Luís Simões – Estou em representação do Sindicato Nacional de Bombeiros Sapadores, neste caso, em representação dos Bombeiros Sapadores de Setúbal.

Os Bombeiros Sapadores de Setúbal, funcionários da Câmara Municipal de Setúbal, há muito que têm problemas de carácter profissional e de carácter operacional, que não só comprometem a vida e a segurança dos bombeiros, como comprometem o socorro à população e, infelizmente, as suas preocupações tendem a ser ignoradas pelo executivo.

Após uma década num percurso de decadência em matéria de condições laborais, bem como e, principalmente, de um percurso de socorro deficiente e desigual entre a população de Setúbal e Azeitão, os Bombeiros Sapadores de Setúbal, por nós representados, dizem “Basta!”. Entendem que está na altura de mudar, de voltar a colocar a Companhia de Bombeiros Sapadores no local onde esteve outrora, no lugar de excelência na proteção e socorro reconhecido como tal nacionalmente pelos seus pares.

Com a mudança de executivo, com o novo Presidente acreditamos que talvez já fosse possível haver um diálogo sério e responsável para essa mudança e estivemos então nesta sala, pela primeira vez, na reunião de Câmara, de 2 de dezembro de 2021, aí num protesto silencioso. No fim da reunião abordámos o Sr. Presidente salientando a necessidade urgente de haver diálogo e, infelizmente, nesse momento percebemos que continuava a não haver abertura para juntar numa reunião o vereador da Proteção Civil, o Sr. Comandante e os representantes dos bombeiros. O que para nós é difícil de aceitar e compreender, tendo em conta que a Câmara Municipal de Setúbal é a única no país que tem esta postura, o que inviabiliza a resolução de problemas de carácter operacional. Lamentamos profundamente que nem em prol da população de Setúbal consigamos dissuadir o Presidente desta teimosa herança que recebeu da posição de não reunir com os representantes dos trabalhadores.

Posteriormente marcamos presença e intervimos na expectativa de obter respostas em diversas reuniões públicas da Câmara Municipal, contudo, para além de respostas distorcidas a um ou outro tema, as respostas importantes que põem em causa a segurança dos bombeiros e consequentemente a da população teimam em não ser dadas, num total desprezo pelos bombeiros e pela população.

Uma vez que não tem havido qualquer manifesto por parte do executivo em resolver os problemas por nós apresentados nas reuniões de câmara, vimos hoje a esta assembleia, antes de iniciar outros procedimentos de luta que, infelizmente, poderão trazer alguns constrangimentos à população, de forma sintetizada referir as questões que teimam em ser ignoradas.

Tentámos chegar a um acordo coletivo de trabalho, tentou-se a criação de um acordo que foi inviabilizada pela total falta de vontade de negociar, por parte da Câmara. De 14 cláusulas apresentadas na nossa proposta de ACEP (Acordo Coletivo de Empregador Público), cópia de ACEP acordados com outros municípios, à 11ª cláusula ainda não havia uma que tivesse sido aceite. Foi-nos referido, posteriormente pela senhora vereadora dos recursos humanos, que tinha uma contraproposta de ACEP, mas até ao momento nada nos foi apresentado.

Questionámos, sem resposta, acerca do efetivo mínimo de operacionais por turno, consagrado em regulamento interno da CBSS, aprovado por esta câmara, que refere um total de 27 Sapadores e que conta atualmente com 13 a 14 Sapadores por turno. Questionámos, sem resposta, se o efetivo não era para cumprir e se não era de 27 Sapadores? Qual será o número mínimo que o Sr. Vereador da Proteção Civil assume como suficiente para uma resposta eficiente no socorro à população? Questionámos, sem resposta, relativamente ao facto de estagiários estarem ilegalmente a assumir o lugar de Bombeiros Sapadores, pondo em risco a sua segurança, bem como a das restantes equipas ou população. Questionámos, sem resposta, porque motivo os Bombeiros Voluntários que, por opção do executivo CDU, estavam a desempenhar funções da responsabilidade dos Bombeiros da Autarquia em Azeitão, que não tinham há anos, ao contrário do que os Bombeiros Sapadores garantiam, uma ambulância ali sediada para rapidamente servir os azeitonenses. Questionámos, sem resposta, na sequência da afirmação do Sr. Presidente que disse que com os Bombeiros Voluntários a substituir os Sapadores em Azeitão poupavam dezenas de milhares de euros. Qual o motivo da Câmara Municipal de Setúbal, ser a nível nacional, a autarquia com Bombeiros Sapadores nos seus quadros a que mais subsidia uma associação privada? O que justifica, em 11 anos, um aumento de um subsídio que era de cento e poucos mil euros para quase meio milhão sem que houvesse uma maior resposta no socorro à população? Pelo contrário.

Questionámos, sem resposta, se sabia que a equipa dos Bombeiros Voluntários, que é para estar em Azeitão, está também atribuída indevidamente ao dispositivo de combate a incêndios rurais da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e que saía constantemente para incêndios fora do município, por longos períodos, deixando a população de Azeitão desprotegida, ao contrário do que acontecia quando lá estavam os Bombeiros Sapadores. Questionámos, sem resposta, qual o motivo de haver a intenção, da qual discordamos totalmente, de transferir a localização do Quartel dos Bombeiros Sapadores para a zona industrial da Mitrena, afastando-os da população e colocando-nos numa zona em que, segundo estudos, é considerada uma zona vermelha, definição que indica que havendo um incidente grave naquela zona, os

bombeiros que deveriam estar para socorrer, passariam a ser vítimas, deixando a população à sua sorte. Questionámos, sem resposta, o porquê de não se investir no serviço público, aumentando os quadros operacionais da Companhia de Bombeiros Sapadores da Autarquia, como recentemente, a Câmara de Vila Nova de Gaia e Porto, ao invés de aumentar sucessivamente custos com entidades privadas.

Para além de todas estas questões colocadas que agora referi, também, já fizemos questão de manifestar que os bombeiros não se revêm minimamente no seu Comandante, é uma pessoa que não veste a camisola dos Sapadores, não respeita, nem trata de forma digna os seus bombeiros, nem a nova instituição que conta com mais de 236 anos e que os bombeiros por ele nutrem uma total falta de confiança.

Na expectativa de não ser necessário intensificarmos as nossas formas de luta, aguardamos que o executivo, urgentemente, se mostre disponível para nos dar respostas e à população que o elegeram, que se mostre disponível para connosco se criarem soluções que visem o socorro de excelência que a população de Setúbal e Azeitão merecem.

Sérgio Silva – O tema que aqui trago hoje está relacionado com uma posição pública que temos vindo a fazer desde julho, é uma petição pública que tem relativamente dois meses e já recolhemos o número mínimo suficiente para entregar e que cumpre o regulamento da Assembleia Municipal.

Para que todos tomem conhecimento do conteúdo da petição, passo assim a ler:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Setúbal

Em 2022 o saneamento básico não pode, nem deve continuar a ser considerado, uma vez mais, como uma questão secundária. A privação da população a este direito humano fundamental, assim reconhecido pela ONU, é um grave e claro atentado à salubridade, à saúde pública e ao meio ambiente, na medida em que está amplamente comprovado que a ausência de saneamento básico constitui um foco de proliferação de doenças e agravamento de epidemias.

Na Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto-da-Guerra, em pleno século XXI e ao fim de 48 anos de democracia, uma parte significativa da sua população continua sem ter acesso a saneamento básico, consubstanciando, deste modo, uma grave situação de risco para a saúde pública e de profunda desigualdade territorial e social, uma vez que o valor para vazamento de fossas representa um esforço económico significativo nos orçamentos mensais familiares.

As zonas rurais da freguesia são, sem dúvida, as mais afetadas por este flagelo, na medida em que a ausência de saneamento provoca a poluição dos solos e lençóis freáticos, situação que afeta todo o ecossistema envolvente, não podendo, assim, ser apenas encarado como um problema localizado, mas sim de todo o concelho de Setúbal.

Pugnar pelo acesso a uma rede de esgotos coletiva é imperativo de luta contra desigualdades entre os indivíduos e pelo combate ao desperdício de água potável. O saneamento básico não é apenas um direito que deve estar acessível e garantido a todos sem exceção, mas é também, e sobretudo, uma questão de dignidade humana.

Assim, e considerando:

- Que o saneamento básico, não é ainda uma realidade em todo o território da Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra;*
- A constante ausência de investimento municipal necessário, durante décadas, para a resolução deste problema a curto prazo;*
- A redução do investimento em saneamento e abastecimento de água inscrito no Plano Plurianual de Investimentos para o corrente ano;*
- O contínuo adiar de prazos para a conclusão da rede de saneamento básico, que se arrasta há anos;*
- O agravamento da poluição em algumas linhas de água da freguesia;*
- Faltam apenas 8 anos para o cumprimento da meta universal da ONU para a resolução definitiva deste problema.*

Neste sentido, os peticionários reivindicam o início imediato das obras de saneamento básico em falta na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, e a sua conclusão no decurso do presente mandato.

Face ao exposto, os abaixo-assinados vêm, deste modo, ao abrigo da Lei 43/90 de 10 de agosto com as respetivas alterações introduzidas posteriormente, ao abrigo do art.º 53 do Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal, e conforme o disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25 da Lei de 75/2013 de 12 de

setembro, peticionar junto da Assembleia Municipal de Setúbal que, no uso das suas competências, se pronuncie sobre o objeto desta petição.”

Na prática o conteúdo da petição é este e o que se pede a esta assembleia é que, de facto, faça o contrário do que foi feito na Assembleia de Freguesia em que esta petição foi chumbada. Era proposto fazer-se um documento conjunto, em que todas as forças políticas participassem nesse documento e depois fôssemos fazer a tal petição.

Não sei se gostaram do texto? O texto podia ser diferente se a CDU se juntasse a esta petição, como não se juntou o texto possível foi este. Sinceramente gosto do texto, mas agora cabe a esta Assembleia Municipal depois pronunciar-se sobre se se vai pôr ao lado da população ou não para ver se é neste mandato que se conclui as obras de saneamento básico ou não nesta freguesia.

Presidente da Mesa – O texto da petição e as assinaturas que o suportam, será distribuído aos membros da assembleia e naturalmente ao executivo, ao Sr. Presidente da Câmara, porque é quem tem competência nesta matéria e em sessão posterior à assembleia far-se-á a apreciação que se entender sobre este assunto.

a) Respostas às Intervenções do Público

Manuel Esteves (PS) – Senhor Presidente, como azeitonense nascido, criado e morando lá, estou deveras preocupado com a situação da segurança da nossa saúde e do nosso bem-estar em Azeitão. Acontece que eu mesmo me dirigi aos Bombeiros Voluntários e questioneei qual era a situação da ambulância dos primeiros socorros em Azeitão e foi-me confirmado que a ambulância não estava lá, há bastante tempo que não estava lá e que se encontrava em Setúbal. Perguntei se no caso de uma emergência para socorrer os azeitonenses, que era isso que estava estipulado no protocolo, disseram-me que tinha que ligar para o 112 e que o 112 depois me daria a resposta. Confirmo aqui que os azeitonenses estão solidários com a situação da falta de ambulância para nos socorrer em Azeitão.

Eunice Pratas (PS) – Quero dar uma resposta ao munícipe Sérgio Silva que veio falar sobre a petição de saneamento básico.

Sou habitante daquela freguesia, a Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, e a última obra que foi feita de saneamento básico naquela freguesia foi há cerca de 20 anos, isto no projeto do executivo anterior e no primeiro mandato da CDU na Câmara Municipal. Um pequeno pormenor que, também, não vou estar a explorar, é que a empresa que fez o projeto abriu insolvência, não sei se foi por falta de pagamento camarário, não sei, apenas sei que ela abriu insolvência.

Também não vou estar a falar sobre o facto de os Serviços Municipalizados serem privados e podermos ter rescindido o contrato em 2012, também não vou falar da dívida de 30 milhões, porque não é isso que interessa para os fregueses de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra. O que interessa para os fregueses de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra é que há 20 anos que existem promessas da conclusão da rede de saneamento básico naquela freguesia, que não acontecem. Mas vou falar da Câmara Municipal de Setúbal ser a responsável na concessão do contrato e pela conclusão das obras de saneamento básico e que no anterior mandato, o vereador Carlos Rabaçal numa sessão de esclarecimento à população prometeu o início das obras de conclusão da rede de saneamento básico naquela freguesia e estamos em setembro de 2022 e o início das obras nem vê-las. Se calhar, se a CDU não tivesse poder de decisão, talvez organizássemos uma manifestação com direito a um direto não Setúbal 360 e até primeira página no “Setubalense”, como é a CDU que tem o poder de decisão, nada é dito, nem nada é protestado e até a petição foi chumbada em Assembleia de Freguesia. Era isto que gostava que as pessoas soubessem.

Presidente da Mesa – Senhora deputada...

Eunice Pratas (PS) – Posso terminar? Estou a responder e gostava de terminar. Outra coisa.. Não! Mas eu vou responder.

Presidente da Mesa – Senhora deputada, dá-me licença? Deixe-me lá dirigir os trabalhos.

A senhora deputada municipal não está a responder a ninguém, está a dar a sua opinião e a sua perspetiva.

Temos um período de interpelações ao executivo já a seguir e está a ocupar espaço de tempo e da sua bancada dentro da intervenção do público. Só quero chamar a atenção de que vamos deixar terminar as intervenções do público, vamos passar às interpolações ao executivo e a seu tempo fará a sua intervenção.

Eunice Pratas (PS) – Posso concluir?

Presidente da Mesa – Pode concluir a seguir.

Eunice Pratas (PS) – Então para concluir, só dizer que na última Assembleia Municipal o deputado João Silva comparou uma fossa séptica ao saneamento básico, acho que as pessoas precisavam de saber, quando assinam uma petição pública, qual é a posição da bancada da CDU em relação ao saneamento básico. Também gostava que as pessoas soubessem que os Presidentes das Juntas que não têm saneamento básico concluído e que têm aqui assento na Assembleia Municipal para representar as suas populações nada disseram. Também gostava que isso fosse dito.

Gostava para concluir, no meu tempo, que talvez se estas obras não fossem debaixo do chão e nem na periferia, mas talvez na Praça de Bocage, tivéssemos direito a uma inauguração com pompa e circunstância.

Presidente da Mesa – Senhora deputada e senhores deputados, tem direito à sua opinião, a qual foi largamente expandida, foi bem explicada, mas, de facto, é num outro período de funcionamento da Assembleia, só quero apelar a que mantenhamos aqui o ritmo normal dos trabalhos. Na parte da intervenção do público, damos a primazia ao público logo no início da sessão, a seguir temos um período de antes da ordem do dia em que temos moções, resoluções, interpelações ao executivo e depois o Presidente do Executivo da Câmara responderá e há debate, se antecipam agora, estão a gastar tempo da bancada. Essas intervenções têm de ser imputadas à bancada, mas considera-se que é uma antecipação de intervenção e não devemos fazer isso sistematicamente, porque senão nunca percebemos em que passo estamos.

Está distribuído um vasto conjunto de documentos de expediente para esta assembleia, há 19 correspondências que estão já distribuídas aos senhores deputados, mas não vou mencioná-las todas, porque será, de facto, muito longa essa menção, mas queria aqui neste ponto fazer um pequeno esclarecimento para também nos sintonizarmos-nos, porque podemos em sede de Comissão Permanente também debater melhor.

Notei que há uma distribuição que tem sido feita de forma desigual em relação aos requerimentos feitos por alguns grupos municipais e às respostas do executivo. Os requerimentos que são feitos no âmbito do mandato da assembleia, são requerimentos que, naturalmente, devem ser do conhecimento de todos os membros da assembleia, é para o seu funcionamento, é no seu interesse e, portanto, quando alguém fizer um requerimento os serviços, a Mesa da Assembleia deve distribuir a todos os seus membros. O mesmo em relação à resposta do executivo, quando vier a resposta do executivo, todos os deputados municipais também deverão ter conhecimento da mesma, a qual foi dada a uma pergunta feita por uma determinada bancada.

Isto é a propósito da distribuição de resposta de hoje, porque chamaram-me à atenção que noutras ocasiões só tem sido dado conhecimento ao grupo municipal que fez a pergunta. É óbvio que se um cidadão pretender interpelar o Presidente da Câmara fá-lo-á particularmente, tem o direito de o fazer e o Presidente responderá. Se for no âmbito do funcionamento da assembleia então vigora o princípio da transparência, de que todos os assuntos que saem da assembleia para o executivo, são do conhecimento de todos os membros, e todas as respostas que vêm do executivo para a assembleia serão do conhecimento de todos os membros. Portanto, quando alguém faz uma pergunta, não é do foro particular, é do foro institucional do funcionamento da assembleia e será distribuída por todos.



Vítor Rosa (BE) – Senhor Presidente, peço desculpa por interromper, antes de passarmos à votação das atas, houve aqui interpelações de cidadãos ao Presidente da Câmara e ao executivo, nomeadamente à questão dos Bombeiros em que seria interessante ouvir da parte do Sr. Presidente ou do executivo alguma resposta antes da assembleia passar aos seus trabalhos propriamente dito, a não ser que o Sr. Presidente não queira responder às questões aqui levantadas pelos cidadãos.



Presidente da Mesa – Falou muito bem, não dei notícia de que o Sr. Presidente tivesse pedido a palavra neste período. Julgo que estamos aqui a antecipar tudo, o Sr. Presidente tem, também, no período de interpelação ao executivo a oportunidade de ser questionado pelos senhores deputados, esta questão pode ser colocada logo aí e o Sr. Presidente, também, terá oportunidade de responder, se o quiser fazer, entretanto, poderá fazê-lo.

Presidente da Câmara – Senhor Presidente, também quero expressar aqui uma opinião que tenho é que o Presidente da Câmara, também, pode responder quando bem entender, não é quando o senhor deputado “A” ou “B” acha que deve o Presidente da Câmara intervir ou qualquer outra pessoa. Naturalmente que os cidadãos vêm aqui e os senhores deputados colocam as questões, como tem acontecido, e o Presidente da Câmara intervirá quando entender que é adequado fazê-lo. Nunca deixei de responder a nenhuma questão que me foi colocada, nem que seja a dizer com a garantia de que haverá uma resposta, porque também não sou detentor de todas as respostas a todas as questões que são colocadas. Mas sobre as matérias que foram colocadas, como certamente as senhoras deputadas e os senhores deputados sabem, são matérias que não são novas e que a seu tempo o Presidente da Câmara há de dar a resposta.

VOTAÇÃO DAS ATAS

1. Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 20/05/2022

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

2. Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 24/06/2022

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

3. Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 29/07/2022

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

a) Interpelações ao Executivo

Luís Maurício (CH) – Quero agradecer ao Sr. Presidente por deixar que hoje esta recomendação, sobre a habitação social, venha a esta Assembleia Municipal ser discutida, se assim os meus colegas deputados o quiserem. Hoje, também, temos mais uma recomendação, retificámos o que tivemos de retificar e estamos à espera de uma decisão.

Presidente da Mesa – O senhor deputado Luís Maurício está a dizer que houve uma recomendação que entrou em tempo e uma outra que entrou fora do tempo e que devolvi para ser reformulada em termos de texto e que disse que só poderia entrar se a assembleia se valesse da alínea a) do n.º 3 do art.º 28 do Regimento, só se a assembleia considerar. O seu tema é habitação, está distribuída aos deputados para terem conhecimento do que se trata e se a assembleia considerar que ela deva ser introduzida no Período de Antes da Ordem do Dia, assim será feito.

Presumindo que todos conhecem o texto, está em sétimo lugar nas recomendações e requerimentos, estará a seguir à recomendação do PSD sobre “Ponto de risco de acidentes no Município”, é um conjunto de considerações misturadas com recomendações.

Se o plenário entender que se introduza, também, à discussão hoje, será hoje, se não entender será na próxima sessão.

João Luz (CDU) – Tendo em conta a complexidade do tema e o conjunto de questões que estão colocadas nesta recomendação e o tempo em que ela foi distribuída, se vissem por bem, até tendo em conta a importância do tema que é suscitado e a necessidade que ele nos merece de uma reflexão mais aprofundada, a sugestão que faríamos é que ela pudesse ser discutida na próxima Assembleia Municipal.

Paulo Lopes (PS) – O Partido Socialista não tem problema em aceitar a discussão da proposta, no entanto, pelas mesmas razões que o deputado João Afonso Luz disse, íamos pedir, no âmbito da discussão, que ela descesse depois à comissão para ser debatida, porque tem aqui uma mistura de, como o Sr. Presidente disse, considerandos e recomendações e que está um documento um pouco confuso e não quereríamos votar agora. Se a aceitarmos é para propor a descida à comissão e se descer à comissão para vir na próxima assembleia vai dar na mesma, se o CHEGA quiser apresentar na próxima assembleia para nós é indiferente ou se quiser insistir em discuti-la hoje também estamos disponíveis para o fazer.

Vítor Rosa (BE) – Acompanhando as preocupações da bancada da CDU e do PS, julgo que seria preferível que esta proposta de recomendação, atendendo a toda esta confusão que está instalada com alguns 18 ou 19 pontos, em que uns são considerações e outros são recomendações, que esta proposta, no mínimo, baixasse à Comissão de Urbanismo e depois da sua apreciação, eventualmente, voltar a esta assembleia e não ser discutida hoje.

Nuno Carvalho (PSD) – Pedia que não se contasse o tempo, porque a minha interpelação é precisamente sobre isso, é se quando se discute a admissão de um documento não se devia estar a contar os tempos. É sobre a condução dos trabalhos, é uma interpelação, porque está a contar o tempo das outras bancadas e acho que não devia contar.

Presidenta da Mesa – De facto, não são intervenções, vamos ter aí mais 9 segundos de tolerância a cada bancada. Para que esta recomendação baixe à comissão, ela tem de ser admitida pelo plenário, a não ser que por iniciativa do proponente do CHEGA aceite tratar isto na comissão em termos de aperfeiçoamento, organização da recomendação e garantidamente reformulada ela entrará na próxima reunião da assembleia. O que é que pretende fazer senhor deputado?

Luís Maurício (CH) – A nossa decisão é baixar à comissão, não vai ser reformulada, vai como está, porque achamos que os pontos são o mais claro possíveis, por isso baixa à comissão e fica para a próxima reunião.

Presidente da Mesa – Será apresentada na próxima sessão que será em novembro ou dezembro com o orçamento e plano de atividades.

Ficamos então com as mesmas seis que entraram dentro do tempo.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Em relação à questão do saneamento básico e àquilo que foi aqui dito pelo Sr. Sérgio Silva e também pela senhora deputada Eunice Pratas, de a CDU ter votado contra a petição do saneamento básico, quero deixar aqui claro que a CDU votou contra não é que seja contra esta situação, é porque isto está no programa eleitoral

da CDU e não faz sentido a CDU a votar uma coisa que está no seu programa eleitoral. Vou dizer o mesmo que disse ontem na Assembleia de Freguesia, se esta obra não for feita é pela responsabilidade da CDU, mas se ela for feita também é pela responsabilidade da CDU.

Esta é a verdade, sempre trabalhamos para que a nossa freguesia não tivesse e lamentamos que a questão do saneamento básico não seja uma situação que tivesse já ultrapassada, mas deixar aqui mais uma nota que a grande obra que foi feita na freguesia de saneamento básico em Gâmbia foi feita pela CDU.

Flávio Lança (IL) – Senhor Presidente, dirigindo-me a si, tenho aqui duas questões, referiu na sessão extraordinária da assembleia sobre o estado do município que estava em conversações com a concessionária do estacionamento. Pode adiantar-nos o que pretende com estas conversações? Está em cima da mesa uma renegociação do contrato de concessão? Pode indicar algum prazo para os fins das conversações e a aplicação de medidas concretas?

Outra questão que também gostaria de colocar relaciona-se com os transportes escolares, a Sra. Vice-Presidente referiu, numa das reuniões promovidas nas várias freguesias sobre o tema, que a Câmara Municipal para minorar o problema dos transportes escolares iria procurar junto de outros operadores, alternativa de transporte à Alsa Todi para os estudantes. Pretendíamos saber onde será divulgado esta ação e quem poderá beneficiar e em que condições?

Manuel Esteves (PS) – Em Azeitão os azeitonenses constataram que havia aqui uma notícia pequenina no Jornal do Município, em que dizia que tinha havido um asfalto novo e aplicado e passo a ler na íntegra a notícia: *“A Travessa 1º de Maio e Rua 1º de Maio, em Azeitão, foram intervencionadas numa operação de parceria do Município e da Junta de Freguesia de Azeitão para reforço das condições de mobilidade. Os trabalhos realizados em agosto consistiram em repavimentações efetuadas pelos serviços municipais com massas asfálticas adquiridas pela junta num investimento superior a 4 mil euros. A operação materializou-se na aplicação de 55 toneladas de massas numa área superior a 400 m².”* Depois constatando no local, a Travessa 1º de Maio que tem 2,40 m por 20 m de comprimento, tem 48 m e a Rua 1º de Maio ainda não existe e só está ainda apresentada na freguesia toponímica daqui. Fui lá ver e nem está lá estrada nenhuma e não está lá nada, está lá a abertura para a estrada para fazer a devida obra. Agora questiono, se a obra terminou em agosto onde é que a Junta de Freguesia foi meter 55 toneladas de massas?

Mariana Crespo (PAN) – Senhor Presidente da Câmara Municipal foi com surpresa que, no início deste ano letivo, os encarregados de educação dos alunos do 2º e 3º ciclo que frequentam em exclusivo os centros de apoio à aprendizagem das escolas dos concelhos de Setúbal, descobriram que os seus educandos, apesar de lhes ser atribuído um atestado médico de incapacidade multiusos, não iriam beneficiar de transporte escolar por não terem mobilidade condicionada. Tratam-se aqui de jovens com problemáticas diversas desde a perturbação do espetro do autismo à deficiência sensorial ou cognitiva e que, como é lógico, não têm capacidade de entendimento para usufruírem da rede de transportes públicos.

De acordo com as explicações avançadas por diversas escolas, tal deveu-se a falta de verba atribuída pelo Município.

Já esta semana e após comunicação de vários encarregados de educação, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares comunicou que vai, e apenas mais este ano letivo, avançar com a verba necessária para as escolas contratarem uma empresa que assegure o transporte destes jovens. Estamos no final de setembro e apenas nos próximos dias virá a autorização por escrito da DGEstE para as escolas fazerem um concurso necessário para este transporte, até lá estas famílias ficam desamparadas, tendo de ajustar horários de trabalho ou recorrer a serviços de táxi. Gostaríamos de ver esclarecido pelo executivo os motivos para que tal tenha sucedido, ou seja, porque não avançou o Município com a verba necessária e o que vai o executivo fazer para que esta situação não se repita nos próximos anos.

João Luz (CDU) – Gostaria a bancada da CDU questionar o executivo face à evolução da situação económica e social no país e também no concelho, um momento em que os preços aumentam, os salários continuam sem acompanhar a subida dos preços, há um empobrecimento geral da população portuguesa e com situações, do ponto de vista económico e social do nosso concelho, cada vez mais graves.

A questão que gostávamos de colocar é se o município tem sentido do ponto de vista das solicitações de auxílio, aumentos consideráveis, às instituições que no concelho prestam também auxílio às camadas mais desfavorecidas, se no quadro das relações institucionais também têm estado a surgir novas e mais profundas preocupações em relação a esta matéria e que medidas estão a ser equacionadas no âmbito das atribuições e competências municipais.

Sónia Paulo (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – Pedi a palavra, uma vez que a Freguesia de Azeitão foi aqui hoje mencionada pelo deputado Manuel Esteves. Não iria responder, naturalmente à questão levantada, até porque a Assembleia é Municipal e a interpelação é feita ao executivo da Câmara, mas a Assembleia de Freguesia foi ontem em Azeitão, não o vi, e a ordinária será em dezembro e terei todo o gosto em responder-lhe nessa altura, se não responder por outra via.

Manuel Esteves (PS) – Era só para dizer à Sra. Presidente da Junta que a notícia que está aqui, que não leu com certeza, diz que foi uma parceria entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal.

Sónia Paulo (Presidente da União de Freguesia de Azeitão) – A Presidente da Junta de Freguesia também não disse o contrário, até porque foi a própria a fazer o envio da notícia para o Jornal Municipal, o que a Presidente de Junta quis esclarecer é que ao dia de hoje, e prescindindo de qualquer comentário, a interpelação não deve ser feita à Presidente de Junta, mas sim ao executivo da Câmara e que terei toda a disponibilidade para de futuro fazer esse esclarecimento.

João Luz (CDU) – Senhor Presidente, apenas para informar que faremos chegar à a Mesa da Assembleia, solicitando a distribuição a todos os membros desta assembleia, a escada do saneamento adotada pela ONU e pela Unicef no quadro dos programas de desenvolvimento para o milénio onde surgem as tecnologias de saneamento, para conhecimento e informação do conjunto dos eleitos nesta assembleia. Peço desculpa, é que se está a tornar hábito na bancada que temos pela frente, um conjunto de apartes muito interessantes e não deixaremos de responder, é que se trata de matéria das Nações Unidas que tanto referem em torno do saneamento e, portanto, a senhora deputada escusa de estar com brincadeiras sobre a Coreia do Norte, porque ninguém está aqui a brincar.

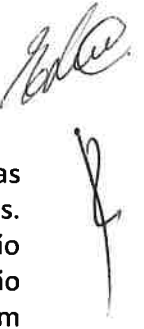
Presidente da Mesa – Convém, pelo menos, que a nossa discussão, que o funcionamento da Assembleia possa ser mantido em graus de sanidade aceitáveis, temos que o fazer.

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Relativamente às questões que foram colocadas, irei tentar responder e se me permite começaria por dar resposta às intervenções que foram feitas pelo público.

Relativamente à intervenção feita pelo Sindicato dos Bombeiros Sapadores quero dizer que já tive oportunidade de transmitir ao sindicato, creio que logo na primeira reunião de câmara e já o fiz outras vezes, porque o sindicato insiste em vir à reunião de câmara colocar as questões. Já tive oportunidade de repetir isto várias vezes e agora estou aqui na Assembleia Municipal a dizê-lo, mas também é importante que os senhores deputados tenham conhecimento destes factos. Decidi e transmiti isto ao sindicato, que as questões sindicais na Câmara Municipal são tratadas com o pelouro dos recursos humanos, com a Sra. Vice-Presidente e com os técnicos dos recursos humanos que são as pessoas que são especialistas, que dominam estas matérias que têm a ver com as competências sindicais. Sobre a matéria sindical não vou responder mais, naturalmente que a Sra. Vice-Presidente que tem o pelouro dos recursos humanos e os técnicos, os diretores, os chefes de divisão e outros técnicos dos recursos humanos estarão sempre disponíveis para receber os sindicatos e tratar dos assuntos como nos compete fazer.

Sobre as questões que foram aqui colocadas, as quais já foram repetidas muitas vezes, quero dizer que a última coisa que eu faria era discutir com o sindicato as questões que têm a ver com a Proteção e Segurança e as questões que têm a ver com quem tem responsabilidade, com quem tem formação nesta matéria.



Não trato dessas matérias com nenhum sindicato, não vou tratar de assuntos com o sindicato das pessoas que tratam das árvores sobre se a poda das árvores é bem-feita ou não, não trato com esses sindicatos. Trato com os sindicatos os assuntos que estão estipulados em lei, no quadro legal e que, como disse, são tratados no pelouro dos recursos humanos e aí, como acontece com toda a gente, por maioria de razão com os sindicatos e organizações representativas dos trabalhadores na Câmara Municipal de Setúbal têm sempre a porta aberta.

A outra questão é que trato com os trabalhadores municipais e, em particular com os trabalhadores bombeiros, com toda a regularidade, com reuniões que tenho e agora o que tem vindo a acontecer é que de três em três meses tenho reuniões com os Bombeiros Sapadores, reuniões alargadas com a possibilidade de todos os bombeiros poderem participar nessas reuniões. Quem quiser participar como trabalhador, como Sapador Bombeiro tem sempre essa oportunidade de o fazer nessas reuniões. Estive lá em março, estarei lá no próximo mês de outubro, que já é a seguir, e esses são os compromissos que tenho com os trabalhadores da Câmara Municipal e faço, por maioria de razão, com os Bombeiros Sapadores.

Senhoras e senhores deputados, este é o quadro que como Presidente da Câmara tenho de orientação e também é importante que todos tenham conhecimento desta situação.

Relativamente às questões da segurança, lamento profundamente, e já tive oportunidade de o repetir também, que haja quem venha procurar defender direitos sindicais, pondo em causa a segurança das pessoas e bens do Município de Setúbal. Lamento sinceramente! Lamento sinceramente que venham à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal ou que, publicamente, alguém para defender interesses sindicais venha para a praça pública falar da insegurança, da instabilidade, da falta de proteção e socorro que as populações de Setúbal têm. É uma situação que não posso aceitar e que tenho de denunciar publicamente e levarei esta questão até às últimas consequências, porque não admito isso.

Como todos sabem, a Associação de Bombeiros Voluntários de Setúbal tem profissionais que são formados na Escola Nacional de Bombeiros e, portanto, têm formação adequada como acontece na esmagadora maioria dos Municípios Portugueses, são aí que os Bombeiros Voluntários atuam, são eles que garantem a segurança das pessoas e dos bens. Porque é que temos uma situação destas aqui? Porque há outros interesses e que é promovida por um sindicato e, no meu entender e é assim que levarei esta questão até ao fim do meu mandato, o sindicato deverá tratar dos assuntos que têm a ver com os direitos dos trabalhadores junto dos recursos humanos, dos especialistas.

Quanto às questões do saneamento que foram aqui colocadas pelos senhores deputados e pelos cidadãos, os quais têm todo o direito de vir aqui à Assembleia Municipal, aos órgãos municipais colocar as questões relativas ao saneamento ou a outra questão qualquer. O que acho estranho é que sejam os eleitos na Assembleia de Freguesia ou na Assembleia Municipal que coloquem as questões da forma como aqui foram colocadas. Isso significa que não têm conhecimento daquilo que são os compromissos assumidos por mim próprio junto das populações da Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra. Os senhores deputados municipais terão oportunidade numa proposta que está hoje para aprovação, nesta Assembleia Municipal, de verificar o compromisso financeiro que desde já está a ser assumido pela Câmara Municipal para iniciar a realização das obras do saneamento na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.

Por outro lado, tive oportunidade de esclarecer as populações, diretamente olhos nos olhos, de que se esta obra ainda não foi realizada foi porque a concretização dos projetos é da responsabilidade das Águas do Sado, que é a empresa que gere e tem a concessão do saneamento e das águas. Os projetos são da sua responsabilidade e que a Câmara Municipal várias vezes solicitou às Águas do Sado para elaborar os projetos e os entregar à Câmara Municipal. Tive a oportunidade de mostrar às populações um documento de resposta das Águas do Sado aos pedidos que a Câmara Municipal fez e em que diziam que não era oportuno aquela obra. Isto apresentei às populações e é uma situação que não compreendo como é que eleitos na Freguesia e na Assembleia Municipal não têm conhecimento destes factos.

Passando a outras questões, relativamente à que o senhor deputado da Iniciativa Liberal colocou sobre o contrato com o operador do estacionamento tarifado. Tive oportunidade de dizer que o executivo municipal estava em conversações com o operador no sentido de vermos a melhor forma de ultrapassar alguns dos problemas que estão identificados. Não é fácil este caminho, como bem sabem, o operador tem um contrato que tem um caderno de encargos e tem direitos sobre esse contrato e sobre esse caderno de encargos.

Estamos nessas negociações, penso que algumas delas a breve prazo serão conhecidas, as conversações decorrem de uma forma normal até agora, pelo menos, não há posição da parte do operador sobre alguma questão que tenha sido colocada de reação negativa e estas conversações, como devem compreender, têm acompanhamento jurídico, não podia ser de outra forma. Não são processos que possamos dizer quando é que terminam e o que sabemos, já tive oportunidade de dizer sobre algumas questões que estão em causa e que são várias as situações, é que este é um trabalho que estamos a fazer com o operador e que até agora não temos razão para dizer que este processo não chegará a bom porto. Não sei a dimensão, não posso dizer qual é a dimensão do desenvolvimento deste processo, mas tem sido positiva esta relação e esperemos que alguns aspetos menos positivos possam vir a ser ultrapassados em benefício de todos nós.

Relativamente à questão das escolas, depois a Sra. Vice-Presidente, que tem o pelouro da Educação, dará uma melhor resposta a esta questão do transporte dos jovens com mobilidade reduzida.

Quanto à questão que o senhor deputado municipal João Afonso colocou, quero dizer que entendo que, dado o agravamento da situação social e económica que todos vimos assistindo, a escalada inflacionista que é muito preocupante e que os próprios analistas e especialistas na matéria manifestam, entendo que o Orçamento Municipal para 2023 deverá traduzir essa preocupação. Traduzi-la em vontade, traduzi-la em consequências e em condições para dar a resposta, designadamente, aqueles que mais diretamente e que, em primeiro lugar, virão sofrer ou já estão a sofrer as consequências desta situação. Dizer, também, que estas medidas que vierem a integrar o orçamento serão sempre medidas que terão em conta a ponderação que é necessário fazer, que é a da garantia do equilíbrio das finanças municipais. Não podemos arriscar que voltemos aos anos de 2002, 2003, porque foram anos muito difíceis para a Câmara Municipal de Setúbal, naturalmente, com consequências para o desenvolvimento do nosso concelho. Estamos a terminar o pagamento do contrato de Reequilíbrio Financeiro, creio que é em 2023 que termina o último pagamento de 3 milhões de euros, e têm sido 20 anos a pagar o Contrato de Reequilíbrio Financeiro.

Termino já Sr. Presidente, dizer, ainda, que tenho identificados um conjunto de questões que merecem, certamente, a nossa ponderação para equacionar a sua inclusão nas propostas do orçamento e que tem a ver com as famílias que têm crianças na escola, que tem a ver com a infância, que tem a ver com o apoio a instituições de solidariedade social, porque é aí o apoio à terceira idade e às famílias mais favorecidas. Mas quero dizer, também, que tomaremos a iniciativa no sentido de exigir ao Governo medidas para além daquelas que já foram tomadas e quero dar, por exemplo, uma nota de que é necessário haver medidas que salvaguardem a situação dos nossos pescadores, é preciso que se perceba que Setúbal é uma terra de pescadores, é uma terra que vive muito da atividade piscatória. Aqui está uma área que é muito importante que o Governo tome medidas nesse sentido, naturalmente, que os salários e as pensões são outras medidas fundamentais.

Quero mesmo, para terminar, dizer que, tendo em conta a importância destas medidas e também a ponderação que temos de tomar para que o orçamento as possa conter, decidi convidar todos os grupos políticos representados na Assembleia Municipal para termos encontros no sentido de todos podermos contribuir para que haja decisão ou que as propostas que viermos a identificar possam ser integradas no orçamento, tendo em conta este quadro que aqui referi.

Peço desculpa pelo alargar do tempo e noutra oportunidade ficarei sem este tempo.

Ilídio Ferreira (PS) – Senhor Presidente, pedi a palavra para apresentar um protesto, nos termos do regimento, e que deve ser apresentado de imediato.

E para protestar pelo seguinte, um camarada meu, Manuel Esteves, apresentou aqui uma questão que verificou a partir de uma notícia que saiu no Jornal do Município e ele foi ao local e pareceu-lhe haver uma desconformidade entre aquilo que é dito e aquilo que verificou. O artigo fala em aplicação de 400 m² de massas asfálticas e ele terá verificado muito menos do que isso, colocou aqui a questão ao executivo, que é o local próprio, o Sr. Presidente não respondeu, admito que não saiba e que vá verificar. Agora o meu protesto não é contra o Sr. Presidente, o meu protesto é contra este novo modelo de posicionamento da Presidente da Junta de Freguesia, novel nestas lides e que já aparece como o pavão de peito cheio. O pavão despeja rapidamente. Porquê? Porque é inaceitável, em meu entender Sr. Presidente, é inaceitável que perante esta questão venha o responsável autárquico, o Presidente de Junta no caso, ou seja quem

for dizer ou dar a entender “*Eu sei, mas não vos digo aqui.*”. É legítimo, é uma das maiores competências desta Assembleia Municipal é acompanhar a atividade do Câmara Municipal, não é acompanhar, obviamente, a atividade da Junta de Freguesia, mas parece-me inaceitável, democraticamente inaceitável que um Presidente de Junta diga ou dê a entender, “*Eu sei, mas não vos respondo, não vos digo.*”. É este o meu protesto Sr. Presidente.

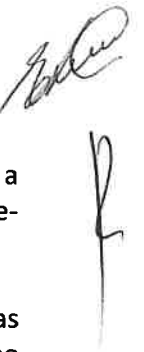
Nuno Carvalho (PSD) – Já vi que o Sr. Presidente da Câmara Municipal não tem tempo, mas surgiu-me aqui uma dúvida que não percebi da intervenção que foi feita. Na auscultação dos partidos que mencionou, é uma auscultação no âmbito do Orçamento da Câmara Municipal ou uma auscultação dos partidos em outro âmbito sobre as questões da crise em que vivemos, da inflação, não percebi. Não sei se o Sr. Presidente pode ou não dar essa resposta, porque não ficou claro da nossa parte.

Presidente da Câmara – Fá-lo-ei com muito gosto, só não quero é perturbar o andamento da Assembleia, mas se as bancadas o entenderem e o Sr. Presidente me autorizar a dar essa resposta, é muito rápido. Naturalmente que, para prepararmos o Orçamento Municipal, é necessário irmos avaliando as medidas e a sua valoração para que depois possam vir a ser incluídas no Orçamento Municipal, porque só ele é que criará as condições para que depois, na prática, possam ter consequências. É esse o sentido, mas espero que para a próxima semana ou na outra a seguir poder começar a convidar os grupos políticos para começarmos a falar sobre este assunto. Porque as matérias são do nosso dia a dia e isto até poderá vir a acontecer, conforme também a situação for evoluindo, para que a Câmara Municipal possa vir a tomar medidas até antes do próximo orçamento.

Estou aqui a falar de uma forma mais global e penso que o orçamento é o documento mais importante e a altura mais adequada para termos em conta a situação do equilíbrio orçamental da Câmara Municipal. É nesse sentido que falo do orçamento, porque é aí que os dados serão mais facilmente combinados, mas isto não quer dizer que antes disso mesmo haja uma situação que seja considerada de emergência e que a Câmara Municipal não venha a tomar medidas que estejam no âmbito das suas competências.

Paulo Lopes (PS) – Quero apenas refutar aqui uma afirmação do Sr. Presidente, quando a respeito do saneamento básico atirou algumas das responsabilidades para cima das Águas do Sado que, seguramente, as terá, mas não posso deixar passar em claro este atirar de responsabilidades para terceiros, quando em 2003 se fez uma alteração ao protocolo com as Águas do Sado, que se enganaram, mandaram para os vereadores da oposição com anotações relativamente a um ponto do protocolo, as quais diziam o seguinte: “*A retirada desta referência foi compreendida e aceite pela Sra. Presidente, aliás, retirar defende a câmara perante as Águas do Sado, porque pode propor obras que nada tenham a ver com água e saneamento e facilitar a argumentação da Sra. Presidente perante a eventual identificação pela oposição da inexistência de relação entre o âmbito das obras a executar e os sistemas de água e saneamento.*”. Foi um erro! Foi um erro mandarem para oposição isto e foi denunciado na altura. Parece estar esquecido, não! Muito do que foi feito durante estes anos, foi feito em conluio, foi feito por acordo e tenho aqui que dizer que hoje, quando o protocolo está no fim, quando estamos a poucos meses de receber os Serviços Municipalizados, por o odioso em cima das Águas do Sado e repito que deve ter uma grande parte de responsabilidade no processo, não é correto, nem é sério, porque os senhores tiveram muita responsabilidade no que aconteceu. Aliás, houve uma pergunta feita ainda há bem pouco tempo ao Apoio Jurídico sobre a concessão, em que se questionou, inclusivamente, se a concessão poderia durar mais 5 anos. Isto ainda no anterior executivo liderado pela Sra. Presidente, e a resposta foi negativa, mas os senhores puseram essa questão em cima da mesa. Há que, também, assumir as responsabilidades quando tem que ser e não estar constantemente a atirar para cima de terceiros.

Mariana Crespo (PAN) – Na sua intervenção, o Sr. Presidente disse que iria dar a palavra à vereadora para responder à questão que coloquei e gostaria que a questão fosse respondida antes que entrassem outros assuntos e que seja esquecido.



Presidente da Mesa – Temos aqui um problema sério de gestão de tempo, irá fazer a intervenção a senhora deputada Vanessa Silva e depois vamos ter uma condescendência coletiva para que a Sra. Vice-Presidente faça a sua explicação.

Vanessa Silva (CDU) – Gostava apenas de fazer um apelo à Assembleia Municipal, nas Assembleias Municipais não temos as figuras de estilo que são próprias na Assembleia da República e é normal que no calor da discussão cada um faça comentários. Acho que, por vezes, os comentários já começam a ter um tom um pouquinho decoroso, não me sentiria bem, nem eu e nem a bancada da CDU, se não pudéssemos colocar a questão que aqui vamos colocar e que tem a ver com expressões como a que o senhor Ilídio Ferreira agora usou relativamente à nossa camarada Presidente da Junta, Sónia Paulo. Não nos parece, de facto, adequado para o tom democrático que aqui queremos ter e usar-se expressões como “pavão”, “nova”. Somos todos novos no mandato, porque somos todos eleitos para este mandato, portanto, estamos todos aqui em pé de igualdade, por isso, agradecia e faço este apelo e que estou absolutamente integrada no esforço de exercício de também o levar a cabo. Mas gostaria que o tivessem em conta, também, no conjunto do debate que, ainda certamente, vai decorrer. Estou a usar o tempo da CDU, não estou a fazer uma interpelação à Mesa.

Ilídio Ferreira (PS) – Senhor Presidente, um contraprotesto de 30 segundos. Trinta segundos para dizer que usei uma figura de estilo, sabem perfeitamente o que é uma figura de estilo, portanto, não quis chamar pavo, nem nada disso à Sra. Presidente da Junta. Foi uma figura de estilo, só mais nada, mas se sentiu ofendida, peça-lhe desculpa por isso, não era essa a minha intenção.

Vice-Presidente da Câmara – Em primeiro lugar, quero pedir desculpa pelo atraso e por não ter ouvido a pergunta, mas aqui o Sr. Presidente já me passou a informação. Trouxemos aqui a esta Assembleia Municipal dois documentos referentes ao anterior ano letivo, mas que têm validade até 30 de setembro e hoje trazemos um novo documento e esses instrumentos são aqueles que estão válidos para podermos fazer as transferências na área da educação para os senhores diretores. Esta área dos transportes de crianças com mobilidade reduzida, sofreu aqui algumas...

Mariana Crespo (PAN) – Só um esclarecimento, não são as crianças de mobilidade reduzida, estou a falar das crianças que frequentam os centros de apoio à aprendizagem, que têm perturbações do espetro do autismo, défices cognitivos que não têm mobilidade reduzida, mas que claramente não têm competências.

Vice-Presidente da Câmara – Senhora deputada, mas disse de propósito, crianças com mobilidade reduzida, porque, neste momento, a DGESTE mudou os critérios e aquelas crianças que anteriormente frequentavam estes centros de aprendizagem e que tinham direito ao transporte podem, neste momento, não beneficiar desse mesmo transporte, uma vez que, neste momento, o critério é a mobilidade e não a condição de necessidades especiais. Isso é um entrave grande, na nossa opinião, ao acesso destas crianças ao ensino e à escola inclusiva. Neste momento, quem gere essa situação é a DGESTE, a qual dá a autorização para quem é que pode ou não pode ser transportado.

Não sei qual é a situação em específico que a senhora deputada se refere, mas terei muito gosto, no fim, de podermos partilhar esses contactos, até porque esta é uma preocupação, também, dos senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas e na última reunião falámos relativamente às crianças que poderão vir a não ser transportadas. No caso da Câmara Municipal, o Ministério da Educação transfere-nos todas as verbas, mais ou menos a partir do dia 15, 16, e comprometemo-nos a fazer chegar essas verbas às escolas até ao final do mês. Tem sido essa a nossa prática.

Aqui relativamente à questão dos transportes inclusivos, tínhamos trazido uma primeira proposta com a delegação nos senhores diretores, porquê, em vez de fazermos isto num único procedimento? Porque são situações muito específicas da própria escola e são os diretores que têm o conhecimento e a aprovação das crianças a transportar e depois transferíamos apenas a verba.



Em junho trouxemos aqui uma outra adenda ao protocolo para ficar esclarecido que a câmara iria transferir a verba após a DGESTE nos ter dito que já não iria transferir mais. O combinado inicialmente era que só começaríamos este processo no ano letivo 2022/2023, mas, entretanto, a partir de maio começaram-nos a chegar as verbas e por isso tivemos, lembro-me na altura terem falado nesta questão, de atualizar aqui o que se referia ao leite escolar, como o que se referia aos transportes. Não vou dizer que não pode ter havido algum problema com alguma transferência de verba, não tenho conhecimento disso, aliás, não tenho conhecimento nem da parte de nenhum diretor, nem de nenhuma diretora, que nesse aspeto estejamos atrasados, o conhecimento que tenho é que os diretores não sabem o que é hão de dizer aos pais, porque os alunos estão a ser excluídos, pelo facto de não apresentarem as situações dos critérios de mobilidade reduzida, mas terem outras problemáticas que não são consideradas como impedimentos de mobilidade reduzida. Isto é um assunto muito sério, é um assunto que poderá excluir crianças que sempre beneficiaram destes circuitos de transporte especial e é um assunto que nos preocupa e que tem sido tratado nas comissões de acompanhamento e, também, nas reuniões da Comissão Permanente com os nossos diretores.

Efetivamente poderá haver alguma falha da Câmara Municipal, porque temos tido um início de ano letivo diferente dos outros anos, houve umas alterações muito grandes, mas penso que não será esse o problema senhora deputada, julgo que o problema tem a ver com o facto de não haver autorização para incluir certos alunos naquilo que é o critério, hoje, chamado de mobilidade reduzida e não do transporte de crianças com necessidades educativas especiais, como era até à data.

Nuno Carvalho (PSD) – Já tinha pedido a palavra há pouco, se calhar a Mesa não se apercebeu, foi depois do esclarecimento do Sr. Presidente e ainda é sobre o mesmo ponto.

A pergunta que fiz tinha a ver com um esclarecimento que pretendíamos sobre a dissociação a ocorrer entre aquilo que é a questão do orçamento e uma audição dos partidos sobre as questões orçamentais e outra diferente, ainda que recaia ao final do dia, com impacto sobre o orçamento que são medidas que podem ser aplicadas do ponto de vista excecional face àquilo que é o aumento do custo de vida devido à questão desta espiral inflacionista que nós vivemos.

Pelo que percebi da explicação do Sr. Presidente, são matérias que podem recair sobre o orçamento, mas que vai querer ouvir os partidos sobre isto. São duas situações diferentes, até porque o PSD já falou aqui, mais que uma vez, sobre a questão de acompanharmos aquilo que se vê em Lisboa, aquilo que se vê em Cascais. Nesse sentido, se o objetivo é ouvir os partidos da Assembleia Municipal, o que o PSD propõe é que essa audição seja feita e que o PSD participará, mas que exista, e fica desde já sinalizada da nossa parte, duas questões. Uma primeira, que seja prestada informação aos partidos da Assembleia Municipal para que possam ir a essa reunião. Isso significa o quê? Que há um conjunto de dados que os partidos podem solicitar, podem pedir para que, do ponto de vista socioeconómico, consigamos perceber aquilo que é o cenário de Setúbal e em concreto para podermos aplicar algumas medidas, porque senão não vamos estar em condições. Uma situação é a discussão sobre o orçamento e a outra é uma discussão muito específica, nesse sentido, a Assembleia Municipal devia estar apetrechada para poder fazer essa conversa.

Em segundo lugar, se assim for fixado, será uma discussão para mais tarde, mas até inclusive que se realize uma discussão da Assembleia Municipal, que pode ou não ser extraordinária, mas dissociada do orçamento da Câmara Municipal, que ainda iríamos a tempo e de o fazer. Ou seja, se houver essa possibilidade, então aí sim, fará sentido envolver os partidos na discussão, mas será necessário haver informação, nesse caso será sempre numa Comissão Permanente e o PSD irá propor uma Assembleia Municipal para esse efeito, para estudarmos os números e estudarmos a hipótese de se fazer uma Assembleia Municipal Extraordinária só sobre este contexto. Este é o impacto que, neste momento, está a atingir todos, neste caso Setúbal, e se houver a possibilidade de aplicar medidas concretas anti-inflação, o PSD acha que essa discussão não deverá ser só com os partidos e separados do Presidente, mas também eventualmente na Assembleia Municipal para deixar o mais claro possível.

Presidente da Mesa – O PSD está-se a especializar em questões metodológicas, mas agora depreendo que a síntese é esta, o senhor deputado estava a propor que se fizesse, além da discussão do orçamento, uma discussão específica sobre as consequências sociais da inflação. Entendi bem ou entendemos bem?

Nuno Carvalho (PSD) – Senhor Presidente, indo de encontro àquilo que é a sua metodologia, por favor não desconte o tempo, porque, neste caso, estou a esclarecer o Presidente da Mesa e vou tentar ser metódico nessa matéria.

O que estou a propor é, se forem ouvir os partidos que os munem de informação, isso será fundamental, para que qualquer grupo municipal possa fazer uma discussão sobre medidas anti-inflação. É uma discussão específica e sempre que fazemos uma discussão em sede de Assembleia Municipal vamos munidos de documentos, é sempre isso que acontece para o orçamento ou para qualquer outra matéria. É uma sugestão que estamos a dar a nível de metodologia.

Já agora essa discussão ou essas propostas que possam resultar da audição com o Sr. Presidente, como aqui mencionou, que resultem numa Assembleia Municipal que discuta eventuais propostas ou o que for daí, mas diria que é mais uma questão para a nossa Comissão Permanente e para falarmos mais tarde.

Presidente da Câmara – Era importante não haver dúvidas, porque o que disse foi que achava que o Orçamento para 2023 deveria contemplar vontade e meios para ter em conta a possibilidade de intervir e, também, disse para ouvir os partidos, designadamente os grupos políticos da Assembleia Municipal, embora o orçamento já esteja aí à porta, este diálogo seria praticamente de imediato, porque a situação o justifica. O que comecei por dizer, é que achava que o Orçamento 2023 deveria contemplar a situação. Podemos, se assim o entendermos, chegar à conclusão que há condições financeiras para a câmara assumir as responsabilidades maiores, naturalmente que não somos alheios àquilo que se está a passar e por isso é que considero, também, importante ouvir os contributos dos vários partidos sobre esta matéria, até tendo em conta a sensibilidade de cada um.

Peço desculpa por me estar a alongar, mas se a Assembleia Municipal quiser promover uma iniciativa a propósito deste tema, naturalmente que não tenho nada contra, nem tenho que me pronunciar.

1. Recomendação “Videovigilância em Setúbal” (CH) (conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata)

João Fidalgo (PS) – O Partido Socialista entende que esta recomendação é relevante, mas entende que a mesma devia baixar à Comissão Permanente para ser trabalhada. Deixamos essa sugestão.

Mariana Crespo (PAN) – Acreditamos que a videovigilância é uma ferramenta útil para a resolução de problemas específicos em zonas muito concretas, estando comprovada a sua importância na resolução de crimes nas proximidades de estabelecimentos comerciais, por exemplo. Contudo, não concordamos que se recorra ao seu uso massivo e intensivo, por um lado devido à necessidade de acautelar a proteção de dados, a segurança e destino das imagens guardadas, por outro lado e mais importante, somos da opinião que se deve privilegiar o policiamento de proximidade, em particular, nas zonas mais críticas.

O policiamento de proximidade é uma resposta humanizada que permite incentivar a criação de redes de partilha e cooperação entre os cidadãos e as forças de segurança, por uma questão de princípio e mais do que apostar em videovigilância é importante que ocorra a nível nacional a melhoria das condições profissionais dos polícias, por esse motivo iremo-nos abster nesta recomendação.

Paula Soeiro (PSD) – A bancada do PSD também corrobora da intervenção anterior do Partido Socialista, de que ela deva ser analisada em Comissão Permanente, porque tem matérias que podem seguir para diversas comissões e que são de matéria sensível.

João Luz (CDU) – Não vemos inconveniente na descida à comissão desta recomendação, no entanto não conseguimos detetar, em concreto, o que é que é recomendado neste documento.

Presidente da Mesa – Então será motivo para apurar o texto, talvez, na comissão e questionava os proponentes se estão de acordo com estas propostas.

Nuno Gabriel (CH) – Acho que a criminalidade é um assunto aqui em Setúbal que não pode deixar de ser analisado de uma forma muito concreta e muito objetiva, vamos baixar o documento às comissões, desde que seja feito no âmbito de tratá-lo seriamente e não de empurrar com a barriga. Não percebo como é que o deputado não compreende o que está aqui escrito e quais são as dúvidas. Baixa à comissão, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa – Esta recomendação vai ser analisada na comissão de assuntos sociais, creio que é a mais adequada, nomeadamente na Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais.

2. Recomendação “Cria o Programa de Apoio Municipal às famílias e empresas afetadas pelo aumento do custo de vida” (BE) (conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata)

João Luz (CDU) – Tendo em conta a discussão que acabámos de fazer há pouco e sem querer cortar, evidentemente, aquilo que é a legitimidade de cada grupo apresentar as suas propostas, o que solicitávamos era, havendo esta disponibilidade para ouvir todos os partidos e a possibilidade de termos uma reunião da Assembleia Municipal realizada especificamente para debater este assunto, se o deputado do Bloco de Esquerda estiver de acordo, poderemos discutir isto nesse âmbito.

Manuel Fernandes (PS) – Há pouco, em resposta à bancada da CDU, o Sr. Presidente da Câmara lançou o repto a todas as forças políticas aqui representadas para poder debater o apoio, no que diz respeito aos problemas decorrentes da inflação galopante. Acontece que isto é uma recomendação, o que o senhor deputado João Afonso Luz acabou de frisar, uma coisa não impede a outra, sendo uma recomendação pode ser perfeitamente votada e que não interfere naquilo que poderá, eventualmente, ser discutido em sede de Comissão Permanente ou não, depois verificar-se-á a qual o modelo, mas julgo que estamos em condições de votar este documento.

João Luz (CDU) – Não dissemos que o documento não se encontrava em condições de ser apreciado, de ser discutido e de ser votado, o que sugerimos é que ele pudesse ser integrado no âmbito de uma discussão mais ampla sobre estas matérias.

Vítor Rosa (BE) – Estava a aguardar, também, que o PSD e as outras bancadas se pronunciassem ou não para depois falar, mas aproveito a oportunidade para dizer que acabamos de discutir a importância destas matérias e a urgência de tomar medidas sobre as mesmas, daí o Bloco apresentar a esta assembleia um conjunto de ideias como recomendação ao executivo e por aí entendemos que esta recomendação deva ser discutida hoje. Cada bancada tomará a sua posição política sobre este assunto e que fique registado que o Bloco tem já um conjunto de ideias para uma futura Assembleia Municipal extraordinária, porque hoje não vamos decidir, não sabemos data, em que moldes é que vai acontecer e a resposta ao dia a dia das pessoas é para hoje e não para daqui a um mês, dois ou até à formação de um orçamento. Dentro da discussão do orçamento, dentro da disponibilidade manifestada aqui pelo Sr. Presidente da Câmara, o Bloco estará disponível para toda essa discussão e mais alguma e procurar também apontar soluções.

João Luz (CDU) – Senhor Presidente, registamos a disponibilidade do Bloco de Esquerda para integrar o seu contributo numa discussão mais alargada.

Tendo em conta que entendemos que esta recomendação vai muito além daquilo que é a possibilidade de a discutirmos neste momento, até face à análise das medidas que estão propostas e dos impactos que elas têm no plano orçamental, é uma recomendação que tem propostas muito concretas e que vai muito além daquilo que seria uma mera recomendação. Ela apresenta percentagens de isenções, apresenta programas específicos de apoios, por aí fora, e entendemos que é uma matéria séria que obriga a uma reflexão mais aprofundada sobre aquele que é o papel do município no quadro dos apoios sociais e a bancada da CDU não acompanhará esta recomendação, mas acompanha um conjunto de preocupações que aqui estão expressas em torno da necessidade de se dar resposta aos problemas sociais.

Rui Lamim (PSD) – Esta é efetivamente uma recomendação que inclui a criação de um programa, algo que creio ser consensual em todas as bancadas para ser detalhado e quantificado em trabalhos posteriores, quer em comissão, quer, eventualmente, numa assembleia extraordinária. Pelo que poderemos correr o risco de recomendar uma medida concreta e mais tarde estarmos a arranjar uma maneira de não ser bem assim, pelo que manda o princípio da prudência que convirjamos todos para as medidas da inflação que são necessárias, para que esta proposta baixe mesmo à comissão e que aí seja tratada para posteriormente numa Assembleia Municipal extraordinária, como parece ser o desejo maioritário desta assembleia, este programa possa ser completamente detalhado.

Vítor Rosa (BE) – É curiosa a posição da CDU, porque o Bloco até, dou um exemplo, na Assembleia Municipal do Barreiro, onde há todo um enquadramento de propostas semelhantes e quem lá está no poder é o PS, a CDU até acompanhou a maior parte destas propostas, aqui como é a CDU que está no executivo parece que existem todas estas dúvidas para a discussão, ou seja, quando estamos no poder temos uma atitude, quando estamos na oposição temos outra. Relativamente ao PSD, o mesmo se passa em relação a esta exigência de prudência, as pessoas precisam de respostas amanhã, é isso que deixamos aqui relativamente a esta matéria.

Presidente da Mesa – Se bem se entende, o proponente mantém a recomendação para votação.

Estava ausente da Sala de Sessões, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Setúbal, Rui Canas.

Não havendo mais intervenções, foi a Recomendação reprovada por maioria e em minuta, com 16 votos contra da CDU, 9 abstenções, 6 do PSD, 2 do CH e 1 da IL, e 12 votos a favor, 10 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista acompanhou esta proposta por duas grandes ordens de razão, em primeiro lugar, porque entende que esta proposta em nada interfere naquilo que há de ser a discussão há pouco proposta pelo próprio Sr. Presidente da Câmara em sede de orçamento ou em sede de comissão para que se tomem medidas em relação ao orçamento de 2023.*

Em segundo lugar, o próprio proponente o disse, há aqui medidas que devem ser urgentes, tal como tem sido a sequência das medidas tomadas pela administração central, pelo próprio Governo, que entende que sendo urgente estas discussões não podem ser proteladas para um período posterior. Para quem há pouco tempo reclamava o atraso daquilo que foi dito pelo próprio Governo na apresentação das propostas a nível nacional, agora muito espanta que tenham protelado estas propostas para uma situação ainda mais urgente do que aquela que vivíamos há uns meses atrás.”

João Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Concordando com a necessidade de criação de medidas de apoio municipais às situações de insuficiência económica e financeira que afetam a população do concelho de Setúbal, considerando, como o Partido Socialista acabou também de referir, que as medidas aprovadas pelo Governo são altamente insuficientes e necessitam que também os municípios assumam parte das suas competências nesta matéria.*

Não pudemos acompanhar, infelizmente, esta recomendação, porque entendemos, como dissemos na intervenção que fizemos, que ela deve ser incluída num plano mais global, deve ter sustentação orçamental e consideramos interessante que os mesmos partidos que, por um lado, retiram mecanismos financeiros ao município são os mesmos que depois pretendem incluir um conjunto de medidas onde se percebe a necessidade de termos um município dotado das condições financeiras necessárias e apropriadas ao desenvolvimento da sua ação.”

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal, apesar de estar preocupada com este tema, não pôde acompanhar esta recomendação, sabendo que temos questões com impacto na inflação, com as taxas de juro e as perspetivas relativamente à economia não serem favoráveis.*

No entanto, não acompanhámos esta recomendação, porque consideramos que contém algumas medidas que são, de alguma forma, discriminatórias. Passo a citar o exemplo do ponto 3 e 4 da recomendação, que apenas isentam empresas cujo espaço seja de gestão camarária, logo podemos ter duas empresas na mesma área, uma a usufruir de uma isenção das taxas e a outra a pagar 100% das taxas.

Em relação ao ponto 8 e 9, os apoios distribuídos no último orçamento municipal ainda estão em vigor, não descortinamos o racional de um apoio extraordinário nesta altura, nem o sentido de urgência para tal. As entidades culturais terão a sua dotação revista no próximo orçamento municipal e esperamos que as receitas extraordinárias do município possam ter este ponto em consideração, mas a Iniciativa Liberal volta a insistir no apoio financeiro aos mais necessitados que irão ser mais impactados nesta crise."

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *"Considerando que as medidas do Governo não são suficientes para combater a inflação que todos sofremos e não são suficientes, inclusive neste nosso caso, convém adotar medidas que sejam exatamente bem desenhadas para a realidade deste mesmo concelho. Concordamos que é urgente tratar deste assunto e para que as medidas sejam efetivas e bem colocadas no terreno, vamos solicitar a realização de uma assembleia extraordinária para tratar só deste tema e no mais curto espaço de tempo possível."*

3. Recomendação "Atribuição Automática da Tarifa Social da Água, Saneamento e de Resíduos" (BE)
(conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata)

João Luz (CDU) – É que é com estranheza que vemos a apresentação desta proposta por parte do Bloco de Esquerda, tendo em conta que está definido em sede de Regulamento dos Serviços Municipais de Abastecimento de Água e Recolha de Águas Residuais Urbanas do Município de Setúbal, que esteve em consulta pública, e que será apreciado e votado em sede de Assembleia Municipal as questões tarifárias sobre o serviço que, também, são definidas na Assembleia Municipal. O Bloco de Esquerda está a propor uma recomendação à Câmara sobre matéria da competência da Assembleia Municipal, matéria esta que ainda por cima está prevista.

Presidente da Mesa – Não havendo mais intervenções, vamos passar a votos.

João Luz (CDU) – Peço desculpa, mas como é que se coloca a votos uma matéria que é irrelevante, ou seja, está a ser proposto que a assembleia delibere sobre a questão de recomendar a um órgão uma competência que é sua. Não consigo perceber como é que a Assembleia Municipal se sujeita a isto e era a questão que colocava ao conjunto das bancadas.

Presidente da Mesa – Senhor deputado municipal, uma recomendação é uma coisa, uma deliberação é outra. Deliberar uma recomendação implica que essa recomendação seja devidamente avaliada, nomeadamente quanto à sua procedência e quanto à sua legitimidade. Se ela recai sobre matérias que já são de competência própria ou do município que tem que propor à assembleia ou da assembleia que a venha decidir, caberá nesse âmbito de avaliação da recomendação dar-lhe algum seguimento ou não lhe dar seguimento. Uma recomendação é uma recomendação, uma deliberação é uma deliberação. Não temos nem a prática, nem a regulamentação, em sede de regimento, de fazer avaliações prévias de recomendações. Quando elas são coincidentes com as competências, uma recomendação vale como recomendação, não vale como deliberação, é para que se pondere se o que é recomendado é inexequível e não tem seguimento. Não temos outra solução para uma questão destas em que admitimos recomendações que são diferentes de deliberações.

João Luz (CDU) – Senhor Presidente é só porque considero profundamente estranho que a Assembleia Municipal recomende a um órgão diferente uma competência que é sua. É disto que estamos a falar e é isto que estou a colocar à consideração do conjunto dos senhores deputados. Há um partido político que, com toda a legitimidade, decidiu apresentar uma recomendação, essa recomendação incide sobre recomendar à Câmara Municipal que tome uma determinada deliberação, a qual é competência da

assembleia e está incluída e proposta na proposta de regulamento dos serviços que esteve em discussão pública. Há de vir o tarifário que, também, há de ser presente à assembleia para aprovação e estas são matérias da competência da Assembleia Municipal e parece-me que a assembleia presta um mau serviço ao estar a recomendar a outro órgão uma competência que é sua.

Presidente da Mesa – Está tudo certo senhor deputado, mas é competência da Assembleia Municipal sob proposta do executivo da Câmara. A recomendação só faz sentido neste quadro, é competência da assembleia sob proposta do executivo, não é iniciativa própria da assembleia.

João Luz (CDU) – Senhor Presidente, estamos a recomendar algo que a câmara já deliberou sobre esta matéria, é disto que estamos a falar.

Presidente da Mesa – Sim! Mas a Mesa da Assembleia, o Presidente da Assembleia não pode ser o juiz da oportunidade ou da validade das propostas de recomendação que aqui são trazidas, o plenário tem que se pronunciar sobre elas, tem que as aceitar ou não. Se ela é redundante em relação à matéria já deliberada e em discussão, é uma situação, se ela não é redundante o plenário apreciará.

Nuno Carvalho (PSD) – Esta proposta do Bloco de Esquerda tem muito mérito político, até porque o PSD fez esta proposta na reunião de câmara e está incluído no regulamento e agradecemos muito que o Bloco de Esquerda possa ir de encontro a algo que o PSD já popôs na Câmara Municipal e foi aprovado. Quanto ao resto, naturalmente, não vamos discutir metodologias, o que interessa é chegar primeiro às pessoas, a urgência aqui foi cumprida pelo PSD.

Presidente da Mesa – O proponente não pretende alterar a sua posição sobre a recomendação apresentada?

Vítor Rosa (BE) – Não, Sr. Presidente. A decisão foi assumida em reunião de câmara, foi num órgão completamente diferente que esta Assembleia Municipal. Esta Assembleia Municipal pode deliberar ou não, se assim o entender, sobre esta matéria e é isso que está aqui em causa, é uma recomendação relativamente a esta matéria.

Presidente da Mesa – Mas está em discussão pública o regulamento que contém a tarifa social.

Vítor Rosa (BE) – Senhor Presidente já está aplicado a tarifa social automática da água?

Presidente da Mesa – Não! Aquilo que se pode fazer é o que está a ser feito, não é o argumento que a bancada da CDU está a colocar. O que se pode fazer é o que está a ser feito e já está no Regulamento do Serviço Municipal de Águas e Saneamento, portanto, se considera que ainda assim é útil esta recomendação, apesar de ela já estar no regulamento que está em discussão pública e que virá à assembleia no final desse período. É um pouco redundante.

Vereador Carlos Rabaçal – Era só dar a seguinte nota, de facto, em reunião de câmara a proposta de Regulamento dos Serviços de Água e Saneamento foi aprovada por unanimidade e inclui a tarifa social automática. Esse projeto de regulamento esteve em debate público até dia 27, vão ser agora introduzidas propostas de alteração que foram consideradas e virá novamente à câmara, depois virá à assembleia. Em relação à tarifa social automática, o que já foi feito foi solicitar, como diz a lei, à DGAL com informação de todos os clientes que, neste momento, são clientes das Águas do Sado com o respetivo NIF, para que a DGAL envie essa informação à Autoridade Tributária para que possa indicar à câmara, via DGAL, quais são os clientes das Águas do Sado, ainda neste momento, e futuros clientes dos Serviços Municipalizados que têm direito à tarifa social e que será de forma automática. Este processo, não só foi aprovado em reunião de câmara, como está em curso o seu processamento, como no dia 12 de outubro, eventualmente, irá outra vez a reunião de câmara para depois ser remetido à Assembleia Municipal com as alterações que, entretanto, foram consideradas.

Posso dizer que, em relação à tarifa social, não houve nenhuma alteração no sentido de ela ser excluída, pelo contrário, houve um reforço da ideia de que a tarifa social deve ser incluída. Ora como a tarifa social foi aprovada no regulamento por todos os partidos com assento na câmara, é natural que, também, tenha condições para ser aprovada aqui. Neste sentido, esta recomendação, a assembleia tem o seu método de trabalho e pode ser aprovado, não tem nenhum problema, mas é absolutamente redundante e não tem qualquer eficácia prática para aquilo que já está claramente em curso.

Vítor Rosa (BE) – Depois do esclarecimento do senhor vereador Carlos Rabaçal, retiramos a proposta da discussão.

Regressou à Sala de Sessões, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Setúbal, Rui Canas.

4. Recomendação “Adesão do Município de Setúbal à Tarifa Social da Água” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Na sequência da recomendação anterior, a Iniciativa Liberal retira, também, a proposta.

5. Recomendação “Garantir o transporte público de passageiros no Município de Setúbal nos termos concessionados à operadora Alsa Todi” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Simão Calixto (CDU) – Só aqui algumas questões que a bancada da CDU tem para a Iniciativa Liberal, no sentido em que este documento não nos parece uma recomendação, parece-nos mais um requerimento a solicitar dados e informação à câmara. Nesse sentido, propõe-se que seja retirado ou que seja apresentado como requerimento, porque até acompanhamos este pedido de informações, mas, também, hoje vamos aprovar aqui uma audição ao Secretário Executivo da Área Metropolitana de Lisboa e, nesse sentido, tendo esses dados, tendo essa informação disponível depois fazer a discussão nesta Assembleia Municipal em que se vai auscultar o Secretário-Executivo.

Flávio Lança (IL) – Pode-se transformar a recomendação em requerimento.

Estavam ausentes da Sala de Sessões, os dois deputados municipais do CHEGA, Nuno Gabriel e Luís Maurício, um deputado da CDU e do um do PS.

Não havendo mais intervenções, foi o requerimento aprovado por unanimidade e em minuta.

6. Recomendação “Ponto de Risco de Acidentes no Município” (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Francisco Cabral (PSD) – A bancada do PSD vem, mais uma vez, apresentar uma recomendação no âmbito da prevenção e segurança rodoviária para o concelho, com o objetivo de minimizar aquele que é o flagelo da sinistralidade rodoviária e conseqüentemente reduzir o número de vítimas mortais, com ferimentos graves e/ou ligeiros de pessoas em situações dramáticas e traumáticas também para com as suas famílias. Face ao exposto, a bancada do PSD propõe assim que a Assembleia Municipal de Setúbal reunida nesta sessão ordinária recomende à Câmara Municipal de Setúbal que sejam adotadas, com urgência, medidas adequadas e preventivas para a segurança rodoviária na Rua do Alto da Guerra, paralela à Estrada Nacional 10, na Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, considerando as práticas dos automobilistas e procurando, também, evitar tragédias com acidentes e/ou atropelamentos com vítimas mortais ou ferimentos graves.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Concordamos com esta recomendação e esse local é um dos locais que temos assinalado como crítico e que já apresentámos à Câmara Municipal de Setúbal e esperamos que ele seja resolvido o mais rápido possível. Temos muito mais pontos críticos, e apontámos 14 pontos críticos, não é que não haja mais, mas estes 14 foi os que apontámos com maior urgência, por isso estamos completamente de acordo com esta recomendação.

Ilídio Ferreira (PS) – Muito rapidamente para dizer que concordamos e que nos parece urgente voltar a retomar este assunto. Sabemos que foi um assunto já abordado há uns anos atrás, nomeadamente na anterior Comissão de Urbanismo e Mobilidade, e parece-nos importante que esta recomendação seja tida em conta.

Estavam ausentes da Sala de Sessões, os dois deputados municipais do CHEGA, Nuno Gabriel e Luís Maurício, e a Sra. Presidente da União de Freguesias de Azeitão, Sónia Paulo.

Não havendo mais intervenções, foi a Recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.

7. Recomendação sobre Habitação Social, sua atribuição, fiscalização, critérios e sinalização em Setúbal (CH) (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Esta Recomendação baixou à Comissão Permanente para depois ser apresentada na próxima sessão.

II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. Moção “Pelo aumento dos salários, contra o aumento do custo de vida” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Manuel Fernandes (PS) – Em primeiro lugar, gostaria de começar por dizer que é de admiração, de surpresa até, ser a CDU a apresentar este tipo de moção.

A CDU foi a força política que impôs a taxa máxima de IMI nesta casa durante uma década, aumentando as receitas entre 340%, passou de 7 milhões em 2004, para cerca de 27 milhões. Esteve a CDU, nessa altura, preocupada com o aumento do custo de vida que impôs aos setubalenses e azeitonenses? A CDU foi a única força política que votou contra a proposta do Partido Socialista, novamente apresentadas em junho deste ano, para reduzir o IMI de 0,4 para 0,37. O voto contra da CDU não é sinal de preocupação com o aumento do custo de vida?

Há apenas três meses, a CDU foi a única força política que votou contra a redução da taxa variável de IRS de 4% para 3,7%, não estavam nessa altura preocupados com o aumento do custo de vida?

Ao abrigo do estacionamento tarifado, foi criado um verdadeiro imposto em Setúbal, passando de 1.400 lugares tarifados para 8 mil lugares tarifados e durante 40 anos. Foi uma medida a pensar no aumento do custo de vida?

A CDU apresenta uma moção desta natureza, sabendo que aquilo que está a acontecer a nível nacional está a ser respondido pelo Governo com medidas urgentes, extra e antes do Orçamento do Estado, são medidas extraordinárias e ainda assim é a única força política que tem a coragem de apresentar nesta casa um documento onde, ainda por cima, diz que impõe um aumento de 2%. A única imposição de 2% e acredito que foi um lapso da vossa parte, a única imposição de 2% foi às rendas, que é para proteger os inquilinos daquilo que poderá ser, eventualmente, a decorrência da especulação imobiliária e do urbanismo. Esse foi o único aumento imposto e começa na segunda-feira a proposta de aumentos salariais para Administração Pública de 2%, é uma proposta que vai começar a ser discutida e nada disto ainda foi imposto.

Imposto sim foi um aumento no estacionamento que é um verdadeiro imposto municipal que os senhores criaram. A trazer a esta casa uma Moção desta natureza, pensei até que fosse um lapso ou que fosse uma recomendação ao executivo municipal. Obviamente que não vamos acompanhar.

Luís Leitão (CDU) – Se lermos a Moção, ela diz que o Governo PS prepara-se para impor um aumento de 2% e é isso efetivamente que tem acontecido naquilo que o PS diz que é negociação, mas que é imposição. Leva para lá uma proposta e não sai daquela proposta e o que está a preparar para propor aos trabalhadores da Administração Pública é um aumento salarial de 2%. Também podemos falar do que está aí, relativamente ao aumento do custo de vida que está aí para os reformados, os senhores alteram as leis do jogo para cortar aos reformados, para a vida toda deles, cerca de 4%, é isto que está presente para os reformados. Também está nesta moção as nossas preocupações relativamente ao aumento do custo de vida, que é de ir buscar dinheiro onde ele existe que é nas grandes empresas e nos lucros extraordinários das grandes empresas e quanto a isto o PS não diz nada. São estas as preocupações da CDU e as preocupações de quem trabalha, de quem vive do seu trabalho ou de quem já trabalhou e viveu do seu trabalho. São estas as preocupações das famílias, também, com o apelo e com a solidariedade que é à participação na luta, quer a 7 de outubro dos reformados, quer a 15 de outubro dos restantes trabalhadores.

Luís Maurício (CH) – Concordamos com isto tudo que a CDU refere nesta moção, mas mais uma vez a CDU, em vez de estar a falar do município, está a falar do país. Ontem houve um debate sobre o estado do país em que mal se ouviu a CDU, será que vai ser a Câmara de Setúbal que vai taxar as grandes empresas? Vamos é começar a pensar como é que podemos ajudar os setubalenses e os azeitonenses, vamos arranjar medidas para podemos ajudar todos os nossos municípios e não vamos falar do estado do país. Porque se estamos, outra vez, a falar do estado do país, tem que estar aqui a defender o PS, que é algo impensável. O PS não pode vir sempre ser chamado para aqui, quem está à frente deste executivo é a CDU, não é o PS e está a falar do estado do Governo e está a falar das grandes empresas, de taxar e está a falar em aumentos disto, aumentos daquilo, temos é que falar do concelho e como podemos ajudar. Ontem, mais uma vez, houve um debate e a CDU teve quase sempre calada, mal fez perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro António Costa, mal falou, mas ontem era o dia de falar, porque é que na Assembleia da República não falam e vêm para aqui falar de assuntos do Estado.

Vítor Rosa (BE) – Acompanharemos esta moção da CDU, relativamente a estas preocupações, ao aumento dos salários e contra o aumento do custo de vida, por isso apresentámos a proposta anterior no sentido de que fossem tomadas medidas para melhorar as condições de vida das pessoas.

Agora, relativamente a alguns destes pontos aqui apontados, de facto, o PS tem uma pedra no sapato, é que se apontamos 4,8% de aumentos para os próximos 4 anos, em contrapartida, naquilo que foi a apresentação das políticas de rendimento, o que é sugerido à Função Pública é 2%. Ou seja, o próprio Governo indica para os privados um aumento de 4,8%, enquanto que ao funcionário público está a apresentar uma proposta de 2%. Há aqui qualquer coisa que não bate a “bota com a perdigota”. Se o Partido Socialista que tanto diz que está preocupado com a defesa dos direitos e com os salários dos trabalhadores, então quando temos uma taxa de inflação na ordem dos 9%, aquilo que nos apresenta relativamente aos pensionistas é algo que todos identificaram como sendo um truque contabilístico para retirar dinheiro aos pensionistas.

É aqui que, em abono da verdade relativamente a alguns destes considerandos da CDU que acompanhamos, porque, de facto, há uma grande perda de poder de compra dos cidadãos a que o PS terá que responder enquanto Governo, enquanto tem um governo de maioria absoluta e que não é tido, nem achado e que vem aqui dizer que, afinal, não faz sentido esta defesa do aumento dos salários e arranjar medidas sobre o aumento do custo de vida.

Relativamente às dificuldades de acompanhamento por parte do CHEGA sobre estas matérias, dizer que além de sermos cidadãos e estarmos nesta Assembleia Municipal, também, temos o dever de falar sobre o resto do país e não nos cingirmos apenas a estas quatro paredes e àquilo que se passa apenas e só no nosso concelho.

Luís Leitão (CDU) – Só para dizer que os setubalenses vivem do seu trabalho e do rendimento do seu trabalho, portanto, faz todo o sentido esta moção vir aqui.

Regressaram à Sala de Sessões, os dois deputados do CHEGA, Nuno Gabriel e Luís Maurício, e a Sra. Presidente da União de Freguesias de Azeitão, Sónia Paulo.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 10 votos contra do PS e 10 abstenções, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal não pôde acompanhar esta moção. A Iniciativa Liberal votará sempre a favor de aumentos de salários ou melhoria da qualidade de vida desde que propostos com racionalidade e responsabilidade, algo que consideramos que esta proposta não tem.*

Continuamos à espera da definição do que são rendimentos extraordinários das grandes empresas, quem são estas grandes empresas no município e qual é que é o seu impacto real?

Relembro que mais de 90% do tecido empresarial português é constituído por pequenas e médias empresas e não vemos uma única preocupação com estas empresas. Sem o apoio às PME’s e com a destruição do tecido empresarial, resta saber quem irá pagar os salários, quanto mais os aumentos.

Não se encontra nesta proposta o que se irá oferecer aos empresários de pequenas e médias empresas, aos profissionais liberais e aos trabalhadores do setor privado. Mais uma vez nem uma palavra para estes, apenas para funcionários públicos e pensionistas, sabemos que dará votos pela sua representatividade, mas apenas isso.

Relativamente aos pontos propostos, a deliberação já não nos surpreende, mesmo quando é poder, como esta câmara, a solução é manifestar-se e não tomar decisões. O direito à manifestação e à liberdade de expressão é um dos princípios basilares do Estado de Direito Democrático e Liberal e cada indivíduo deve manifestar-se da forma que entender e com responsabilidade. No entanto, consideramos que não faz parte das competências desta assembleia promover lutas, manifestações ou outro tipo de ações similares.

Termino lembrando as palavras do Sr. Presidente de há pouco, sindicatos devem tratar das suas questões junto dos especialistas.”

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista não acompanhou esta proposta, votando contra, por duas ordens de razão. Em primeiro lugar porque é apresentada por um partido que diz na Assembleia Municipal uma coisa, mas enquanto gestor municipal faz precisamente o contrário e isso faz toda a diferença, porque tendo legitimidade política não tem legitimidade moral ou ética para apresentar propostas que depois não as cumpre sempre no exercício do poder.*

Depois, os partidos que acompanharam o voto contra ou o voto a favor desta moção, também, pecam porque todos eles votaram contra o orçamento que melhoraria o custo de vida dos cidadãos em Portugal, nomeadamente aqueles que vivem no concelho de Setúbal. Houve uma série de situações que foram ditas nesta própria moção que não estão corretas, ou melhor, estão mesmo incorretas, são falsidades, nada é imposto antes do diálogo acontecer, apenas há propostas feitas e o diálogo vai começar, portanto, nada disto é verdade. Aquilo que o Partido Socialista defende é aquilo que o Governo tem feito, infelizmente, sozinho que é no apoio às famílias decorrente de uma situação grave para os cidadãos portugueses, nomeadamente, setubalenses e azeitonenses.”

Paula Soeiro (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Social Democrata não pôde acompanhar esta moção, contudo, solidariza-se sempre com a luta dos trabalhadores e reformados pelo aumento de salários e contra o aumento do custo de vida, através da apresentação de propostas concretas nos diversos órgãos nacionais e locais, tal como fizemos há pouco com a proposta de realização de uma assembleia extraordinária para medidas de combate à inflação e não somente em apelos à participação da população em ações de luta.”*

2. **Moção “Em defesa de um serviço de transporte público rodoviário de qualidade” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Na sequência daquilo que acabei de dizer há pouco, sobre esta moção concordamos com o seu teor, exceto no último ponto que é, mais uma vez, um apelo à manifestação. Com o desejo de poder acompanhar esta moção, pedia aos proponentes que retirassem o ponto 3 da deliberação.

Paulo Lopes (PS) – A criação da empresa de Transportes Metropolitanos de Lisboa que gera a marca Carris Metropolitana foi uma decisão inédita e corajosa que uniu todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, que delegaram nesta estrutura as suas competências da entidade gestora dos transportes públicos. Houve a coragem e a vontade de mudar, da parte do PS, dos seus autarcas, do Governo acarinham e lideraram esta mudança de paradigma do transporte público na Área Metropolitana que é só a região mais populosa do país.

Esta é uma das principais respostas às alterações climáticas, com políticas integradas e sustentáveis que leva ao incremento da utilização do transporte público com maior qualidade. O passe navegante foi o primeiro passo para esta revolução, os municípios apoiaram e cofinanciaram este grande projeto. A expectativa para o início da operação era enorme, todos reclamaram vitória e louros sobre a mesma, a expectativa e as garantias dadas pelo município geraram um enorme clima de confiança na população. Mais percursos, uma frota de autocarros completamente nova, informação digital na hora, etc. A decisão política é inatacável e devemos continuar a defendê-la, a promovê-la, foi e é uma boa decisão e será inegavelmente o futuro. No entanto, o início da operação veio a tornar-se um verdadeiro desastre, como vi numa notícia de jornal, não é mau, é péssimo e aqui entram as responsabilidades dos vários intervenientes, daí o PS ter entregue uma proposta que irá ser discutida hoje para convocar o Primeiro-Secretário da Comissão Executiva da AML, Carlos Humberto, e o responsável e gestor do processo Rui Lobo, para aqui e diante dos eleitos darem as respostas que são exigíveis.

O caderno de encargos que existe é robusto, com capacidade para antecipar os problemas que pudessem surgir, mas o Sr. Presidente da Câmara tem, também, a sua quota-parte de responsabilidade direta neste processo, primeiro, porque sempre defendeu a operação, e repito que este não é um problema de decisão política, mas de operacionalidade e logística no terreno, e a operação teria o seu início marcado para um de julho. Tendo acesso aos mapas de pessoal, de formação, do equipamento, etc., decidiram inusitadamente antecipar em um mês o início das operações. Pergunto, alguém olhou para esses dados previstos no caderno de encargos? Foi ao menos prestada essa informação? O que é que andou a câmara a fazer durante todo este tempo? A assinar por baixo?

Senhor Presidente, não me interessa se os responsáveis são do partido “A”, “B” ou “C”, por acaso até são do seu partido, do PCP e dos Verdes, mas o senhor foi conivente com estas más decisões. Em julho, os vereadores alertaram em reunião de câmara para a situação do transporte escolar, lembra-se seguramente que deu garantias de que tudo estaria pronto para funcionar normalmente e o caos é evidente como tem ouvido diretamente da boca da população que tem assistido às reuniões que tem promovido. Nesta situação, tinha a responsabilidade de antecipar os problemas que eram já visíveis e não deixar os nossos alunos à espera nas paragens do autocarro. Infelizmente, como está à vista de todos a realidade está muito, mas muito longe do garantido e a confiança é absolutamente fundamental neste processo. Todos temos que assegurar a confiança no projeto aos setubalenses e azeitonenses.

Agora centrando concretamente na moção apresentada, o Sr. Presidente ao promover uma manifestação contra a empresa, numa atitude que consideramos populista, a incentivar as pessoas a irem contra o seu próprio projeto é totalmente descabido, não resolve nada e serve apenas para esconder a inação e a sua corresponsabilidade.

Em Alcochete pediu-se soluções e que sejam assacadas todas as responsabilidades desta situação a todos os níveis hierárquicos, em Palmela diz que não se paga nem mais um cêntimo e aqui convocou-se uma manifestação. Está tudo dito pela nossa parte.

Por estas razões, a bancada do Partido Socialista não se revê no último ponto da moção e pede para ser retirada para que possamos votar favoravelmente ou então para que seja votada ponto a ponto.

Vítor Rosa (BE) – Julgo que todos estamos de acordo em relação ao princípio deste projeto, como o Paulo Lopes agora acabou de enunciar na sua intervenção. No entanto, acho que há aqui um erro de palmatória que é notório relativamente a este processo, é que acabamos sempre por entregar a concessão a entidades privadas que só têm em vista o lucro e não tem nada a ver com serviço público às populações, depois acontece aquilo que hoje temos no terreno. Acho que essa é a principal questão que está hoje aqui em cima da mesa.

Pode haver erros, de facto, até porque sendo a AML quem tomou a decisão da criação da TML, portanto, há aqui partidos políticos que estão à frente destas câmaras e que têm a sua responsabilidade, sejam eles do PS, sejam da CDU, sejam eles do PSD, a questão de princípio, para nós, é apenas uma e só quando continuamos a entregar aquilo que deveria ser um serviço público a um serviço público e preferimos entregar a privados, então algo não bate certo e as populações é que vão pagar essa fatura.

Simão Calixto (CDU) – Só para dizer que aceitamos que seja votado ponto a ponto nas deliberações. Isto é um problema da Carris Metropolitana, onde ela já está a funcionar e sobre a questão de antecipação dizer que estava, de facto, previsto funcionar a um de junho e em Setúbal começou. Era o que estava previsto e nos outros lotes é que foi adiado, no caso do lote 3 para julho e no caso dos outros lotes da margem norte para janeiro de 2023, porque assim que começou a dar problemas as outras empresas também não quiseram assumir, mas a verdade é que estava previsto a um de junho para todos os lotes.

Rui Lamim (PSD) – Obviamente que concordamos com os três primeiros pontos que aqui estão nesta moção, a não realização das carreiras, o incumprimento dos horários e a falta de informação. No entanto, não podemos acompanhar o outro ponto que aqui afirma a violação do contrato, não podemos acompanhar porque não conhecemos, em boa verdade, o contrato e os seus anexos, só a partir do momento em que possamos conhecer o contrato e os seus anexos é que podemos fazer tal afirmação.

A resolução deste problema passa exatamente por conhecer o contrato e perceber o que a entidade que gere este mesmo contrato, que é a TML, o que é que está a fazer.

Precisamos de saber o contrato e o gestor, porque sabemos que o serviço que está a ser prestado é pior do que era há uns meses atrás e isto é insuportável para a população. A resolução não passa por manifestações, são apenas válvulas de escape, precisamos de ter um trabalho sério relativamente a isto. Meus senhores, queremos o contrato e os seus anexos e queremos saber quem está a gerir o contrato e o que é que está a fazer, porque o resultado é claramente insatisfatório.

João Luz (CDU) – Muito brevemente para tecer algumas considerações, uma primeira prende-se no âmbito da intervenção que foi feita pelo deputado do Bloco de Esquerda, manifestar o nosso acordo e foi pena que, no âmbito das estruturas metropolitanas, em determinado momento não tivesse sido possível enveredarmo-nos por um caminho de um operador público, estaríamos, certamente, melhor defendidos. Relativamente a este ponto, percebendo o conjunto de questões que são levantadas e que são habitualmente colocadas, entendemos que as populações têm o direito a manifestar-se, entendemos que a Câmara Municipal, percebendo o conjunto de reivindicações e de questões que têm vindo a ser levantadas sobre a preocupação das populações que não são servidas por este operador, promova uma iniciativa que dê expressão a este amplo descontentamento quanto ao cumprimento das matérias contratuais a que estão obrigados. Daí a colocação no quadro desta moção do apelo a todos os munícipes setubalenses, designadamente aqueles que mais sofrem na pele com as dificuldades criadas pelos incumprimentos por parte do operador, na necessidade de se manifestarem e darem expressão coletivas, expressão de unidade na exigência do cumprimento integral daquilo a que estão obrigados.

Presidente da Mesa – Tendo em conta as posições da bancada do PS e da CDU em relação à votação ponto a ponto, julgo que essa metodologia está aceite e vamos passar à votação na parte resolutiva da moção votando separadamente.

• **“Que a operação desenvolvida pela empresa Alsa Todi seja regularizada com urgência, dando cumprimento ao contrato estabelecido com a TML.”** – Aprovado por unanimidade e em minuta.

• “Que a TML desenvolva todas as diligências necessárias para que se garanta um serviço de transporte público rodoviário com qualidade e fiável no concelho de Setúbal e em toda a Área Metropolitana de Lisboa.” – Aprovado por unanimidade e em minuta.

• “Apela a todos os municípios e utentes dos transportes públicos que se mobilizem para a manifestação convocada pela Câmara Municipal de Setúbal e pelas Juntas de Freguesia, para o próximo dia 1 de outubro pelas 10h30 na Praça do Vitória Futebol Clube.” – Aprovado por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 11 votos contra, 10 do PS e 1 do PAN, e 9 abstenções, 6 do PSD, 2 do CH e 1 da IL.

3. **Moção “Solidariedade com as mulheres iranianas” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Joana Tomé (CDU) – Apesar de não acompanharmos todos os considerandos aqui dispostos, acompanhamos em linhas gerais a componente deliberativa pelo que votaremos favoravelmente no sentido de apoiar a luta pelos direitos das mulheres nesta região e no mundo. O nosso voto favorável não deve ser, contudo, confundido com a campanha de ingerência e confrontação que há muito os Estados Unidos da América prosseguem a pretexto dos direitos do povo iraniano.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Moção “Dia Mundial do Coração” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Rita Sereno (PSD) – Relativamente ao Dia Mundial do Coração que se comemorou ontem, que tem o objetivo de informar e sensibilizar a população sobre as doenças cardiovasculares, alertamos, também, e procuramos evidenciar que mais de 26 milhões de pessoas em todo o mundo sofrem de insuficiência cardíaca.

Por todos os fundamentos apresentados nesta moção, pomos à consideração que o município, através dos seus serviços e parcerias da rede social, adote medidas que garantam a ajuda aos doentes e aos seus familiares e amigos, o reforço da promoção da prevenção cardiovascular no município e manifestar o reconhecimento aos profissionais que se dedicam diariamente a melhorar a saúde cardiovascular de todos os cidadãos do município.

Rita Drouilett (CDU) – Dizer que a bancada da CDU vai acompanhar esta moção, não podendo, no entanto, deixar de sublinhar, que independentemente de todo e qualquer apoio que o município possa dar neste sentido, não podemos ignorar o abandono gritante por parte do Governo no acompanhamento da saúde de proximidade que sabemos ser tão fundamental e na prevenção das patologias cardíacas.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por unanimidade e em minuta.

5. **Moção sobre a situação dos transportes públicos em Setúbal (PAN)** (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Mariana Crespo (PAN) – Gostaria de fazer uma pequena correção, porque houve, de facto, um lapso e não é uma moção, mas sim uma recomendação se for permitido fazer essa alteração.

Flávio Lança (IL) – Sobre este ponto aconselharia mudarmos a deliberação e trocar a palavra “propor” por “deliberar”.

Não havendo mais intervenções, foi a Recomendação, com as devidas alterações, aprovada por unanimidade e em minuta.

6. Resolução para que a Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal acompanhe o caso da poluição ambiental na Mourisca (PS)

Presidente da Mesa – Temos no período deliberativo, no período da Ordem do Dia, um ponto sobre o funcionamento de comissões, e seria uma hipótese remeter, também, este assunto para lá e decidíamos tudo sobre comissões, se estiverem de acordo.

Aliviamos um pouco o PAOD e, então, esta resolução passa para o ponto 9 do POD.

III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR E VOTOS DE PESAR

1. Saudação “Dia Nacional do Psicólogo” (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata).

Paula Soeiro (PSD) – O Dia Nacional do Psicólogo celebrou-se no passado dia 4 de setembro, tendo sido esta saudação já distribuída para conhecimento da assembleia, faço somente a leitura do último parágrafo: *“A Assembleia Municipal saúda os Psicólogos que aplicam a ciência e a intervenção psicológica, melhorando a qualidade de vida dos indivíduos neste município e deseja que continuem a promover a saúde mental no nosso concelho.”*

Ilídio Ferreira (PS) – Sobre este assunto, o PSD fará as propostas e as recomendações que entende, faria a intervenção se a saudação fosse de um outro partido qualquer.

Por um lado, parece-me que, com este tipo de saudações, podemos estar a “banalizar” um pouco o papel de intervenção política desta Assembleia Municipal. Por outro lado, este período de antes da ordem do dia é um período essencialmente de intervenção política, porque os outros estão na ordem do dia e, por outro lado, fizemos uma pesquisa sobre o conjunto de dias do mês de setembro e verificámos que, durante este mês, para além dos dois que são propostos pelo PSD, há mais 27 profissões a cair nos vários dias de setembro.

O PSD apresentou dos psicólogos e dos farmacêuticos, se calhar, tem alguma proximidade, admito, mas se a CDU entendesse fazer dos camionistas de carga e o PS, também, entendesse, e o CHEGA dos polícias e dos taxistas, que são próximos às posições do CHEGA, teríamos aqui $2 \times 7 = 14$, 14 saudações. Por outro lado, isto não é despidendo, isto vai ser tornado público e os outros profissionais que tiveram os seus dias poderão perguntar-se: *“Mas porque carga de água é que a Assembleia Municipal de Setúbal só saúda os psicólogos e os farmacêuticos? Quando ainda por cima há outros profissionais que, também, tiveram o seu dia em setembro, os quais, também, tiveram papel prestimoso na fase do Covid.”* Acho que deveremos ter alguma parcimónia neste tipo de saudações, não é que esteja em causa o papel dos psicólogos e farmacêuticos, mas ficam as outras 27 profissões, que tiveram o seu dia em setembro, de fora e podem não gostar. Eu não gostava, por acaso a minha profissão não está nestes dias de setembro, mas algumas das pessoas que aqui estão, se calhar, estarão nestas 27 profissões.

Nuno Carvalho (PSD) – Referir que o grupo municipal do PSD vai distribuir as duas notícias que saíram na comunicação social, na televisão, em que os senhores ministros do Governo do PS visitaram, quer os psicólogos, quer os farmacêuticos, em que foi mencionado o contexto pós pandémico em que estas profissões não foram devidamente valorizadas pelo Governo. Nesse mesmo aspeto temos aqui um contexto muito especial e particular para poder dar a conhecer aos senhores deputados municipais aquilo que é a preocupação do Governo dos próprios estados municipais.

Não havendo mais intervenções, foi a Saudação aprovada por unanimidade e em minuta.



2. **Saudação “Dia Nacional do Farmacêutico”** (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi a Saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

3. **Voto de Pesar “Fernando Pedrosa”** (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Afonso Luz (CDU) – O Sr. Fernando Pedrosa, como penso que todos sabemos, foi uma figura carismática de Setúbal, especialmente reconhecido, para além da sua atividade profissional, pelo seu papel enquanto dirigente desportivo ao serviço do Vitória, mas também da Federação Portuguesa de Futebol, e foi o Presidente do Vitória no período dos maiores feitos desportivos e, também, aquando da construção do Estádio do Bonfim e entendemos que se justifica a apresentação deste voto de pesar.

Tiago Pereira (PS) – A bancada da Assembleia Municipal do Partido Socialista irá acompanhar este voto de pesar ao Sr. Fernando Pedrosa, reconhecido dirigente vitoriano, que gera consenso entre os vitorianos pela sua reconhecida atividade no Vitória. Acompanhamos, também, este voto de pesar, reconhecendo também as funções autárquicas desenvolvidas em Setúbal e noutras instituições da nossa cidade. À semelhança de outras situações que tivemos aqui na nossa assembleia, gostaríamos que fosse efetuado um minuto de silêncio.

Não havendo mais intervenções, foi o Voto de Pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio em memória do falecido.

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. **Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades Junho, Julho e Agosto – 2022** (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paula Soeiro (PSD) – De forma telegráfica, um conjunto de questões dirigidas ao Sr. Presidente do Executivo. Relativamente à página 22, gostaríamos que pudesse fundamentar o aumento de mais de 80% nos ajustes diretos acima dos 5 mil euros e dos ajustes diretos de regime simplificado relativamente ao ano de 2021.

Também, na página 167, há uma referência na Divisão de Administração e Planeamento Escolar de uma reunião com a DIMOT para a preparação da Carris Metropolitana em junho e a questão é, quando é que foi enviado o Plano de Transportes Escolares para a TML, que é a expressão que vem concretamente.

Num conjunto de observações na página 168, também há uma referência no que concerne à Carta Educativa na reunião com a empresa CEDRU e gostaríamos de saber o ponto da situação.

O PSD reitera os pedidos realizados nas assembleias municipais de 25 de fevereiro, 29 de abril e 24 de junho relativos à apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara.

Mais uma vez a informação de junho a agosto de 2022 continua, na nossa opinião, sem dar resposta à alínea c) do n.º 2, do artigo 25º, da Lei 75/2013, que determina a realização e apreciação de uma informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do município. Assim, gostaríamos, mais uma vez, de perceber objetivamente qual é a apreciação efetiva do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade do município e a situação financeira reportada no relatório.

Presidente da Câmara – Trata-se, naturalmente, de matérias diversas e que não acompanho no dia a dia, são os senhores vereadores.

Relativamente à primeira questão que a senhora deputada coloca sobre os ajustes diretos de 2021, como a senhora deputada sabe só assumi a responsabilidade a partir de outubro e não sei, neste momento, não tenho essa informação para dar resposta a essa questão que colocou. Certamente que, como todos sabem, esse processo desencadeou no mandato anterior e não tenho a informação para justificar, a qual aparece pelos serviços e que é reportada aí e posso mais tarde vir a pedir essa informação aos serviços para poder corresponder ao seu pedido.

Quanto à questão do programa dos transportes escolares, peço desculpa, mas a questão que a senhora deputada colocou foi sobre o Plano dos Transportes Escolares para 2022/2023? Foi enviado à TML no final de agosto quando os responsáveis das escolas, com toda a relação que tem com o Departamento de Educação da Câmara Municipal, concluíram os horários e foi nessa sequência que foi enviado o pedido do Plano de Transportes Escolares para este ano letivo.

Relativamente à Carta Educativa, está, neste momento, a ser avaliada e a fazer-se o diagnóstico e a informação em que, até ao final deste ano, decorrerá esse processo e depois será avaliado, também, com o Conselho Municipal de Educação e seguir-se-ão as fases seguintes. Neste momento não tenho a informação de quando é que poderá estar terminado ou concluído esse processo que, como também sabem, há de ter discussão pública e que é um processo que ainda vai levar algum tempo. Creio que foram essas as questões que colocou.

2. Deliberação n.º 35/2022/AM – Proposta n.º 03/2022/PS – Audição do Secretário Executivo Metropolitano – Concessão Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros

Rui Lamim (PSD) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata.

João Luz (CDU) – Iremos acompanhar o primeiro ponto desta proposta do Partido Socialista, mas relativamente ao segundo ponto colocávamos duas questões. Uma primeira é que a assembleia, face a entidades externas, em vez de convocar, o que é normal é convidar, era esta a proposta que fazia aos proponentes para alteração desta expressão “convocado” para “convidado”.

A segunda questão relativamente ainda a este ponto, é que seja convocado o Presidente do Conselho de Administração da TML, porque, ao contrário do que foi dito há pouco, isto induziu-me aqui em erro a propósito das entidades a convidar e a proposta do PS, de facto, coloca aqui a questão do Presidente do Conselho de Administração e não do vogal, como há pouco foi referido.

Paulo Lopes (PS) – Só para concordar e aceitar o pedido de alteração, efetivamente é um convite, porque nos termos da lei só o Secretário da Comissão Executiva é que está obrigado e, portanto, é um convite., mas a convidar tem que ser o Presidente do Conselho, depois, se quiser, pode delegar ou não.

Rui Lamim (PSD) – O voto por unanimidade na comissão revela-se bem consistente com aquela nossa posição em que exigimos conhecer o contrato e os seus anexos e conhecer a forma como a gestão desse contrato está a ser efetivado.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33.

3. Deliberação n.º 36/2022/AM – Delib. CM 3260/2022 – Concurso Público n.º 07/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de auditoria externa e revisão legal de contas, individuais e consolidadas, para os anos de 2022 a 2024 - Adjudicação – RETIRADA

Presidente da Mesa – Temos aqui uma alteração que foi hoje solicitada pelo Gabinete do Sr. Presidente da Câmara que é de retirar esta proposta, a qual tinha aqui uma observação da Comissão de Economia, Administração e Finanças que não tinha emitido parecer por dúvidas, e o Sr. Presidente solicita que seja retirada e que não seja deliberada hoje (conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata).

Rita Sereno (PSD) – Gostaríamos de manifestar a satisfação pela retirada da proposta e por terem tido em consideração os alertas efetuados pelo PSD na Comissão de Economia, Administração e Finanças pela necessária e inevitável reposição da legalidade e da transparência em todo o processo de contratação pública, nomeadamente no que se refere às alegações apresentadas em audiência prévia por um dos concorrentes. No entanto, vou aproveitar a oportunidade para fazer outro reforço de outro alerta realizado na reunião da comissão e que tem a ver com a necessidade de se rever a minuta do contrato, especialmente na definição dos termos de pagamento mediante o trabalho realizado. A Câmara Municipal, para além de estar obrigada a cumprir a lei de contratação pública, não se pode esquecer das regras básicas do princípio da transparência nos seus atos, que deve cumprir para com todos os setubalenses e azeitonenses.

4. Deliberação n.º 37/2022/AM – Delib. CM n.º 3264/2022 – 7.ª Alteração ao Orçamento da Receita, 8.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 6.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipal e 6.ª Alteração do Plano Plurianual de Investimentos

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento registado sob o n.º 35, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Rui Lamim (PSD) – Estamos no último dia de setembro e já estamos na 7ª alteração ao orçamento da receita e 8ª alteração ao orçamento da despesa. Os orçamentos servem exatamente para ter uma perspetiva de futuro e costumam ser algo que não mexe muito, mas estamos na 7ª alteração da receita e na 8ª alteração do orçamento da despesa e não me parece que seja o melhor caminho.

Há aqui mais um outro ponto que tem a ver com o estado da gestão deste município, uma vez que estas mesmas alterações apresentam um pedido de criação e dotação para um projeto que já se encontra em execução, logo quando esse projeto ou quando ocorreu a candidatura a esse projeto devia ter sido solicitada a criação e a dotação, mas como se não bastasse o projeto já teve a aprovação e nessa altura, também, não foi feita a criação e a respetiva dotação ao orçamento. Acontece, ainda, que esse mesmo projeto já se encontra em execução e já foram imputadas verbas e só agora é que é mesmo solicitada a sua introdução em orçamento.

Esta foi a posição que tivemos na Comissão de Economia, Administração e Finanças e que nos levou a abstermo-nos neste tema. Entretanto existe mais alguma outra questão que deixaremos mais para a frente e que tem a ver com o empréstimo, mas voltamos à carga, referindo que não é esta a melhor prática de gestão deste município.

Afonso Luz (CDU) – Entendemos estas alterações como necessárias, os orçamentos não podem ser peças estáticas, têm que ser dinâmicos, durante o exercício vão surgindo novas oportunidades de financiamento de projetos e eles têm que ser incluídos em orçamento e, nesse caso, não iríamos, certamente, deixar de proceder aos investimentos e ter a ocasião de aproveitar os financiamentos que estão disponíveis para os deixar de fazer só para não alterar o orçamento. Entendemos que é absolutamente necessário que os orçamentos acabem por ter este dinamismo.

Rui Lamim (PSD) – Sim! Não devemos deixar de investir por causa de um documento, seja ele o orçamento ou outro qualquer, mas o que é certo é que o orçamento serve para englobar já o que é a perspetiva de investimento. Acrescento, também, que há algo mais nesta revisão que é difícil de compreender ou não é a melhor prática, porque reforçam-se ainda rubricas e planos que se revelaram dotações insuficientes. A pergunta que se fez e que não teve resposta, portanto, não há justificação explícita para tal, é porque houve esta mesma alteração. Em Comissão de Economia, Administração e Finanças devia ter sido escarpelizado ou detalhado aqui a questão do princípio da transparência e da passagem de informação àqueles que têm o dever de o escrutinar.

Afonso Luz (CDU) – Estas alterações que temos aqui propostas e que estão discriminadas em 4 pontos na própria proposta, os 3 primeiros pontos teriam necessariamente que vir a esta assembleia, porque se trata de criar novas dotações e novas rubricas no orçamento. O 4º ponto, que é o que fica insuficientemente esclarecido, de facto, se fosse realizado, independentemente dos outros 3 pontos acima, nem sequer necessitaria de vir aqui a esta assembleia, porque se trata de alterações permutativas. De qualquer modo, na Comissão de Finanças o representante do executivo declarou que, em próximas propostas deste género, mesmo que alterações permutativas venham a ser incluídas, elas serão discriminadas suficientemente.

Presidente da Câmara – Julgo que o senhor deputado Afonso Luz já esclareceu aqui a questão, naturalmente que cada senhor deputado tem o seu entendimento sobre esta questão, mas quando se fala de falta de transparência ou de uma maior transparência, claro que não podia deixar de pedir a palavra para esclarecer.

Isto é um processo normal, penso que é corrente e, sobretudo, quando nos aproximamos do final do ano, daí ter pedido a palavra, mas penso que o senhor deputado Afonso Luz já colocou a questão no ponto que é importante aqui ficar claro.

As alterações que têm de vir à Assembleia vêm e, neste caso concreto, há alterações que estão aqui propostas que nem tinham de vir aqui à Assembleia Municipal, que são apenas da competência da Câmara Municipal. Não sei se é isso que o senhor deputado Rui Lamim se estava a referir.

Relativamente às três primeiras como o senhor deputado Afonso Luz já referiu, naturalmente que é uma obrigação e decorrem do desenvolvimento normal dos processos.

Não havendo mais intervenções, foi aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU e 21 abstenções, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

5. Deliberação n.º 38/2022/AM - Delib. CM n.º 3265/2022 – Contratação do Empréstimo de médio e longo prazo – Investimentos Municipais 2023

Afonso Luz(CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Presidente da Mesa – Esta proposta tem uma errata, que foi distribuída pelos serviços, mas a errata não é explícita e tenho que pedir confirmação.

A errata não diz em que documento é que é feita a correção, compulsando os documentos percebe-se que é no anexo 1, que é no caderno de encargos, mas peço confirmação disso. Não diz qual é o diploma a que o artigo se refere, portanto no n.º 4, artigo 51 deveria dizer, para se perceber na errata que é da Lei 73/2013, é isso? Deve-se considerar que é a Lei 73/2013, que é referida no caderno de encargos e que esta correção, em vez do número 4, do artigo 51, da Lei de Finanças Locais, é o número 10 do artigo 51. Está confirmada esta correção, senhor diretor? É isto.

Tendo em conta esta retificação, vamos passar às intervenções.

Ilídio Ferreira (PS) – A contratação deste tipo de empréstimos está regulamentada na Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais, a Lei 73/2013, e refere a determinada altura que os empréstimos devem ter um prazo adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo exceder a vida útil do procedimento. Depois refere, ainda, que o prazo não poderá ultrapassar os 20 anos e o prazo máximo de diferimento é de dois anos.

Esta proposta merece-nos reservas, em primeiro lugar, porque há aqui investimentos que não se coadunam com a referência que fiz ao que está legislado, ou seja, é visível e claro que a reabilitação de passadeiras no município, as quais não irão durar 20 anos, elas terão ao fim de pouco tempo que ser novamente reabilitadas e também há outros, este é aquele que é mais evidente, mas há aqui outros que, seguramente, não irão ter um prazo de duração de 20 anos.

Depois pensamos que, para além do cumprimento da questão de haver uma correspondência entre a durabilidade do investimento e o prazo do empréstimo, também há aqui uma componente, obviamente, financeira de custo. Quanto mais longo é o empréstimo e quanto maior é o período de carência, mais são os juros que são suportados. Julgamos que a autarquia poderia não ter usado aqui os limites máximos de 20 anos e os 2 anos de carência poderia ter ido para um período de empréstimo mais reduzido para não carregar tanto as gerações vindouras, que vão levar mais 20 anos no empréstimo e, também, o período de carência, porque nestes 2 anos vão pagar juros sobre a utilização que fizeram do capital. Apesar disso, o Partido Socialista irá viabilizar a proposta.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal partilha, também, das preocupações que foram aqui mencionadas, uma vez que consideramos que o prazo do empréstimo na proposta é demasiado longo, estamos a falar de 20 anos, para algumas das ações que se pretendem realizar, como o caso das passadeiras que é o mais óbvio e que já foi aqui referido.

Por outro lado, consideramos que as condições de um empréstimo para este prazo, irá penalizar o município nas prestações que tem a pagar, já para não falar do impacto da subida da Euribor que irá penalizar orçamentos futuros de próximos executivos que venham a gerir o município.

Cubem-nos dotar que parece que se chama investimento, parece-nos mais uma lista de gastos de manutenção ou gastos resultantes das opções de prioridades de intervenção política. Não nos parece ser uma lista de investimentos, é mais uma demonstração da facilidade histórica com que se penhoram os recursos da edilidade que resultam sempre dos impostos cobrados aos contribuintes, quer no presente, quer no futuro.

Cá estaremos para continuar a exigir à edilidade prudência, sensatez nas opções e escolhas que faz na gestão do dinheiro dos contribuintes.

Rita Sereno (PSD) – Acompanhamos os argumentos apresentados pela bancada do PS e da Iniciativa Liberal e acrescentamos que este pedido para a celebração do empréstimo parece uma tentativa desesperada de fazer algumas obras durante o mandato. No entanto, os fundamentos apresentados, para além dos que foram apresentados, temos mais alguns que nos oferecem dúvidas, nomeadamente nos dois primeiros pontos que refere, em termos de investimentos, relativamente à Escola Barbosa do Bocage e à requalificação da Estrada Nacional, que foi referido que decorriam de investimentos ou linhas de investimento de candidaturas da Câmara Municipal ao PRR. Não conseguimos identificar estas duas linhas de investimento, nem conseguimos perceber na comissão e não conseguimos perceber na informação que está disponibilizada no site da Câmara Municipal.

Segundo sei, e de acordo com as orientações técnicas da estrutura de admissão do PRR há obrigatoriedade das entidades publicitarem toda a informação relativamente às suas candidaturas, especialmente quando celebram os termos de aceitação. Na página de Internet, o site faz referência a duas candidaturas, uma que não aparece aqui nestes investimentos para o empréstimo, que tem a ver com o programa de apoio ao acesso à habitação. Atendendo aos valores, também, apresentados no site, não percebemos como é que a Câmara Municipal vai conseguir garantir os valores não elegíveis pela candidatura, porque até de acordo com o que tem que garantir o pagamento do IVA, situação que o PRR não cobre, os valores são extremamente elevados. Não sei se isto já está contemplado em termos financeiros na Câmara Municipal, porque os valores são extremamente elevados.

Depois há outro PRR que, de acordo com o que percebemos, tem a ver com um segundo investimento da estrada, no entanto a informação que se encontra disponível é extremamente insuficiente e pelo que nos foi dado a entender, este investimento aparece aqui, mas ainda não houve a assinatura do termo de aceitação. Nem conseguimos perceber, também, os valores que são apresentados, tendo em conta pelo menos esta linha de investimento que é referida para a Estrada Nacional 10, como é que se chegou a um projeto sem antecipadamente se aferir a possibilidade de cumprir a parte financeira por parte da Câmara Municipal. Uma situação é o investimento que é elegível, outra é o investimento que não é elegível e que tem que ser garantido pela Câmara Municipal. Os valores que são apresentados, são extremamente altos e, aparentemente, não batem com a informação que está disponível para o pedido de empréstimo. Gostaríamos, ainda, de perceber isto, uma vez que não ficou esclarecido.

Referir, ainda e já foi referido, que os restantes investimentos, aparentemente, correm muito das despesas que são consideradas correntes, mas há a necessidade de a Câmara Municipal fazer no imediato, razão pela qual refere não se conseguir perceber muito bem, nomeadamente, a questão da requalificação urbana e paisagística da urbanização do Pinhal de Negreiros, tendo em conta o valor que não sei se justificaria e, também, a questão das passadeiras. Curiosamente, até este valor que foi aqui apresentado, meio milhão de euros para as passadeiras, gostaria de tentar perceber, porque não percebemos na comissão como é que se chegou a este valor. Porque o que foi referido é que ainda estão a fazer experiências relativamente à forma como se vai fazer a requalificação das passadeiras, se ainda se está a definir como é que vai ser feita essa requalificação e como é que se chegou a estes valores. Quem diz a este valor das passadeiras, diz aos restantes, porque não se consegue perceber em lado nenhum como é que chegam a todos estes valores destes investimentos. Agradecemos que nos conseguissem esclarecer, uma vez que na comissão não ficámos esclarecidos.

De referir, por último, que este empréstimo não irá apresentar ou irá permitir apresentar, por parte do executivo, alguma obra. A questão que também se coloca, é se irá conseguir fazer esta obra, tendo em conta os valores que aqui estão apresentados, porque, como sabemos, de acordo com a taxa de inflação, é bem capaz das obras que estão previstas aumentarem substancialmente o valor.


Deixamos este alerta, vamos manter a nossa posição relativamente à abstenção, mas, de facto, há aqui um conjunto de situações em termos de sustentabilidade financeira, por parte da Câmara Municipal, que têm obrigatoriamente que ser acauteladas e parece-nos que não estão a ser, independentemente da questão das candidaturas ao PRR. Atenção, que somos totalmente a favor que a Câmara Municipal aproveite todas as linhas de investimento que puder aproveitar no âmbito do PRR, mas tem que o fazer de uma forma sustentada para as contas do município.

Afonso Luz (CDU) – Relativamente a algumas questões que aqui foram levantadas, antes de mais centrar aqui aquilo que estamos a discutir, estamos aqui a tratar apenas da abertura do procedimento, não estamos aqui a aprovar um empréstimo, estamos a tratar apenas da abertura do procedimento. Depois dizer, conforme foi esclarecido na Comissão de Finanças, que a reabilitação de passadeiras não se trata apenas de uma mera pintura, mas de uma reabilitação efetiva e que, portanto, irá perdurar essa reabilitação e irá perdurar durante, julgamos nós, vários anos.

Depois, dizer que este financiamento se destina aqui a uma série de obras, os dois projetos mais relevantes, de maiores montantes correspondem a valores que a autarquia terá de suportar, para além do financiamento do PRR, que estão a ser candidatados. Em termos médios, parece-nos que estes 20 anos são adequados, porque se é certo que os projetos que aqui estão de menor valor poderão não ter esta duração, mas os outros de maior valor, certamente, irão ter uma vida útil superior até aos 20 anos, portanto, isto parece-nos adequado.

Ilídio Ferreira (PS) – Só duas breves notas à intervenção do deputado Afonso Luz. Em primeiro lugar, sabemos que estamos em fase de abertura do procedimento e é nessa fase que são definidas as condições do empréstimo. Depois o procedimento é apreciado e a decisão será tomada em função daquelas que foram as condições definidas na abertura.

Em segundo lugar, o que a lei diz é que os empréstimos devem ter um prazo adequado à natureza das operações que visam financiar, portanto, parece-nos que há aqui algumas que não têm essa correspondência, também não dissemos que eram todas.



Presidente da Câmara – Agradeço os comentários que os senhores deputados municipais fizeram sobre este empréstimo que foi devidamente ponderado na Câmara Municipal e que obedece uma parte a compromissos já assumidos pela Câmara Municipal e com outras entidades e uma outra parte que tem a ver com avaliação de intervenção que consideramos fundamental e fundamentada.

Relativamente a verba que está aqui deste empréstimo sobre a Escola Básica Barbosa do Bocage e que tem a ver com um quadro comunitário da Área Metropolitana de Lisboa, tem a ver com intervenções em comunidades desfavorecidas e que resulta da distribuição de uma verba por todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Naturalmente, tem um enquadramento, tem regras, tem critérios que temos de cumprir. Esta parte dos 2.350 mil euros é a parte que a Câmara Municipal vai assumir, porque a outra parte é financiada por esse programa comunitário.

Isto demonstra, também, que vamos construir uma Escola Básica no centro da cidade, onde existe um conjunto de escolas que não são a tempo inteiro e que, desta forma se criem as condições para os alunos do centro da cidade, onde há maior concentração populacional e maior número de alunos, para que possam com esta intervenção, depois de construída esta escola, poder virmos a ter, também, no centro da cidade uma escola a tempo inteiro. É um compromisso que temos e que, progressivamente, vamos assumindo conforme financeiramente vamos conseguindo ter condições para isso. Por isso é que digo que estas questões são devidamente ponderadas e no quadro das possibilidades, também do enquadramento legal que esta questão dos empréstimos tem, que é assim que vamos evoluindo. Esta obra da nova escola, é uma obra de extrema importância para a cidade.

Relativamente à questão da Estrada Nacional 10-4, temos de arranjar um outro nome, não sei se uma avenida quando ela foi recuperada, porque esta estrada já saiu do plano rodoviário nacional há muitos anos e tem sido uma luta tremenda, ao longo desses anos, das Estradas de Portugal, das Infraestruturas de Portugal, etc., terem feito uma grande pressão sobre a câmara para que esta assumisse a responsabilidade deste investimento e sempre considerámos que não competia, nos termos da lei, à Câmara Municipal fazer este investimento. Esta é a verdade, não cabe à Câmara Municipal, nos termos da lei, fazer este investimento, porque o que a lei diz é que a desqualificação das estradas ao serem retiradas do plano rodoviário nacional é para que sejam assumidas pelo poder local, mas o que a lei, também, diz é que será depois de devidamente requalificadas.

O que temos hoje aqui é uma estrada que dá acesso às principais empresas do nosso concelho, das principais empresas nacionais e até algumas das maiores empresas a nível europeu, portanto, pensamos, por maioria de razão, que cabia ao Governo fazer estes investimentos. Não é assim o entendimento do Governo e, por isso, ao longo de anos, infelizmente, tivemos a oportunidade de em conjunto com as administrações das principais empresas da Mitrena de ter reuniões com vários responsáveis das Estradas e das Infraestruturas de Portugal e também com o Secretário de Estado, etc., e a resposta foi sempre no sentido de adiar este processo. Agora, creio que em 2019/2020, novamente, a Câmara Municipal e as empresas fizeram mais um forcing no sentido de que a estrada está a atingir uma qualidade que não corresponde e que está em risco relativamente ao uso que tem. Só para vos dar um exemplo, um diretor da empresa NAVIGATOR, que esteve aqui numa reunião quando estivemos a apreciar o projeto, informou que só para a NAVIGATOR circulam naquela estrada 400 camiões por dia, isto dá bem para ver a importância daquela estrada e desta posição irredutível que o Governo teve relativamente a um investimento maior.

O que foi conseguido, numa primeira fase, foi que haveria uma garantia, por parte do Sr. Secretário de Estado, de que haveria um investimento de 2 milhões de euros, creio que foi assim, não estava cá na altura. Creio que foi esse o compromisso e que quando saísse o PRR que haveria, também, a possibilidade de haver uma outra componente de financiamento, o que acontece é que quando saiu o PRR é que houve uma disponibilidade no caso de 2 milhões de euros e quando essa disponibilidade foi anunciada o Governo veio dizer que, afinal já não tinha condições para financiar a estrada, na parte que se tinha comprometido. Depois de tomar posse recebi uma chamada da Sra. Presidente da CCDR que me disse que tinha 15 dias para decidir, ou fazíamos os procedimentos para ter acesso aos 2 milhões de euros ou os 2 milhões iam para outro lado. Quando tivemos a informação do Secretário de Estado e das Infraestruturas de Portugal que não havia o financiamento que inicialmente tinha sido prometido, fomos encostados à parede, peço desculpa pela expressão portuguesa, eu pessoalmente, porque foi comigo a conversa. Naturalmente que

tive de falar com alguns responsáveis das empresas e aqui na Câmara Municipal tivemos de avaliar, porque a questão que se colocava era esta, ou aceitávamos os 2 milhões de euros e sujeitávamo-nos a pagar o restante, ou não aceitávamos os 2 milhões de euros e o município e as empresas, etc., ficavam sem a possibilidade de ter um financiamento de 2 milhões de euros.

A história é esta e tivemos de assumir esta responsabilidade e é por isso que este investimento, que está aqui, como muito bem diz a senhora deputada, diz respeito à quota parte do município no investimento. Acrescentar, ainda, que cada empresa vai financiar a parte da obra que diz respeito aos acessos às várias empresas, porque isso também não foi possível e a Câmara Municipal considerou que não tinha condições para assumir os custos dessas ligações. O compromisso do Governo não foi só com a Câmara Municipal, foi também com os responsáveis das empresas que estiveram nessas reuniões, as quais vão assumir essa quota parte, bastante elevada ainda, e este é o quadro. Como, e muito bem, disse a senhora deputada, estes são os valores da avaliação do projeto que foi elaborado no início deste ano, naturalmente que, quando for lançada a obra, vamos ver quais são os valores que estaremos a falar e esperemos que, também aí, haja alguém que telefone para dizer que estão aqui para dar uma participação. Estou a brincar. A brincar não, estou a falar a sério, como não podia deixar de ser, e é este o quadro da situação, infelizmente.

Já agora, e para que não haja dúvidas nenhuma cá estão os 159 mil euros para iniciar a obra de saneamento ali nas Pontes. Já temos o projeto e a obra irá se iniciar com este investimento. O objetivo é que com a vinda da água e do saneamento para os Serviços Municipalizados, em março do próximo ano, que é quando esperamos que estes investimentos estejam em condições de poderem ser feitos ou iniciados. Em março, do próximo ano, os Serviços Municipalizados não estarão em condições de fazer todo o investimento, mas o que queremos é que a obra se inicie em março do próximo ano, é esse o compromisso, e que depois os Serviços Municipalizados tenham condições para continuar a financiar o investimento que é necessário e que é muito superior a este valor dos 159 mil euros.

Relativamente ao Parque Urbano da Quinta da Amizade, é também um investimento muito importante, que é a criação ou a construção das infraestruturas elétricas de baixa tensão em todo o parque para depois se desenvolver todo o projeto. Julgamos que, também, é um investimento que se justifica para depois avançarmos com as restantes obras. Sem esta obra e sem este investimento inicial, não haveria condições para se iniciar e dar andamento à construção do parque, de uma forma faseada e acompanhando o projeto que já está elaborado.

Quanto à requalificação urbana e paisagística da Urbanização do Pinhal Negreiros, trata-se aqui de 115 mil euros que se refere à 2ª fase de 4 fases que estão identificadas em projeto.

Quanto à ampliação do edifício da Universidade Sénior, é um investimento que consideramos extremamente importante para criar melhores condições, em termos do uso daquele espaço, mas também para a ampliação da própria Universidade Sénior num espaço que está devidamente identificado e que é o alargamento das instalações que já lá hoje existem e que é uma parceria da Câmara Municipal com a própria UNISETI, porque eles próprios também têm aqui uma componente de investimento e pensamos que para a cidade de Setúbal é um investimento extremamente importante para o papel que a Universidade Sénior desempenha na nossa cidade.

A reabilitação do espaço da gráfica significa que é um investimento feito numa estimativa, em primeiro lugar, as obras de recuperação e requalificação da gráfica é de valor muito superior e muito substancial. O que se trata aqui é de garantir a cobertura e algumas caixilharias que é necessário para se fazer já e para que, também, a conservação seja melhor garantida para todo aquele edificado e para que depois se possa avançar para as outras obras de requalificação e de criação de espaços mais adequados ao desenvolvimento destas atividades de criação artística e cultural no nosso concelho.

Sobre a reabilitação das passadeiras do município, como muito bem sabem, já assumimos essa responsabilidade, deixou-se chegar as passadeiras ao estado em que estão em todo o concelho e é necessário fazer este investimento urgente. O orçamento municipal não tem capacidade, neste momento, para garantir essa urgência e, por isso, consideramos que estas obras, estas manutenções são fundamentais para garantir uma boa mobilidade no espaço público, tanto para os peões, como para as viaturas. Consideramos que é um investimento fundamental que tem de ser aqui garantido e, volto a dizer, é uma situação que se deixou arrastar, cuja responsabilidade assumimos.

Quanto à requalificação da Praça do Brasil, é mais um investimento significativo que é necessário fazer e que comporta aqui a criação do espaço central da rotunda, que foi agora construída, e também do restante espaço da Praça do Brasil, que será um espaço de lazer, fazendo com que saiam dali os carros e que eles possam ser instalados na Praceta da Quinta do Tavares, substituindo aí o parque infantil que está lá e que as populações contestam, tendo em conta o ruído que durante a noite acontece ali. Esta mudança de instalar ali o parque de estacionamento, que já lá está é só prolongá-lo, e que o equipamento infantil passe exatamente para a Praça do Brasil. Naturalmente, que haverá aqui que considerar as viaturas dos próprios moradores desta Praceta e que se há de encontrar, em conjunto com a Junta de Freguesia, uma forma de em primeiro lugar os moradores da Praceta e envolvente terem preferência no estacionamento. Julgo que são investimentos de grande importância para o concelho e que são todos muito bem justificados naquela base do compromisso que temos com Setúbal e com os setubalenses, que é de continuar a qualificar o nosso território e a criar melhores condições para quem escolheu este município e esta cidade para viver.

Rita sereno (PSD) – Dizer que tudo o que foi referido pelo Sr. Presidente poderia estar nesta informação para a abertura do procedimento, porque não conseguimos perceber a dimensão destes investimentos, nem as participações das várias partes que estão aqui envolvidas e que elencou. Não temos forma de apreciar de um modo correto e justo e até para os próprios setubalenses e azeitonenses se o que está aqui faz ou não faz sentido, porque não conhecemos ao detalhe.

Deu-nos uma explicação breve, seguramente ainda terá mais fundamentos, mas não conseguimos fazer uma apreciação justa, não conseguimos perceber desde os investimentos do PRR, não sei se faltam aqui mais investimentos, aparentemente faltam ou não, não sei, e a justificação financeira para cada uma destas situações que, possivelmente, e concordo consigo, serão muito mais avultadas do que aqui estão.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões a Sra. Presidente da União de Freguesias de Azeitão, Sónia Paulo, 3 deputados municipais do PS, Ilídio Ferreira, Manuel Fernandes e João Fidalgo (este último ausentou-se definitivamente) e 2 deputados municipais do PSD, Nuno Carvalho e Francisco Cabral.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 16 votos a favor da CDU e 16 abstenções, 7 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

6. Deliberação n.º 39/2022/AM - Delib. CM 3268/2022 – Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Rita Sereno (PSD) – Vamos aqui discutir os contratos que já foram exaustivamente analisados, mas queria aproveitar a ocasião para, se me permitem, fazer um convite ao Sr. Presidente da Câmara, aos senhores vereadores, ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e a todos os deputados municipais para que fôssemos, um dia destes e de preferência rapidamente, todos almoçar à Escola Luísa Todí e comprovar se as refeições, em termos de qualidade, quantidade e até a temperatura, são minimamente ajustadas às nossas crianças.

A Câmara Municipal encontra-se a efetivar o protocolo de delegação de competências com os diretores de agrupamentos, mas a responsabilidade principal continua a ser da Câmara Municipal e, infelizmente, o que se constata, no caso específico da Escola Luísa Todí, é lamentável, porque saber que os nossos filhos, as nossas crianças não têm uma refeição digna, saudável e quente, o que é mesmo lamentável.

Posso afirmá-lo, porque ainda ontem estive numa reunião de pais e lamentavelmente as queixas são generalizadas relativamente, volto a referir, à qualidade, à quantidade e à temperatura, porque em regra, a alimentação é entregue fria. Assim, enquanto deputada da assembleia, mãe e encarregada de educação de uma menina que frequenta a Escola Luísa Todi, peço-lhe que procure corrigir esta situação com a máxima brevidade. No entanto, não posso deixar de aproveitar a oportunidade para manifestar o reconhecimento pelo profissionalismo, disponibilidade, apoio e entrega total aos alunos por parte de todos os professores e pessoal não docente da Escola Luísa Todi.

António Caracol (PS) – Como todos sabem, o objetivo da descentralização da Administração Central para a Administração Local é para melhor servir as populações e, como todos sabemos, os estudos indicam, neste caso, que as descentralizações em causa que melhor serve a população é o Poder Local. Dizer que, também, proporciona às nossas crianças, no caso da educação, melhores condições e uma melhor educação.

A vereadora, vice-presidente, no início desta reunião em resposta à deputada do PAN, que levantou uma preocupação que também temos, disse que no início do ano letivo surgiram algumas perturbações derivadas a estas novidades. Pergunto se essas perturbações não terão na sua génese, eventualmente, uma má vontade da Câmara em assumir esta descentralização de competências ou será apenas e, também, alguma inoperância.

Dizer que estas perturbações, em alguns casos, são identificadas, já foi aqui referido algumas dessas questões, mas concretamente alguns agrupamentos queixam-se, por exemplo, neste início foi o caso do leite escolar, que em alguns agrupamentos é facto que o leite escolar não chegou às escolas e às nossas crianças e isto perturbou o funcionamento. Sei que noutras conseguiu-se colmatar essas falhas com leite de outros agrupamentos que sobraram do ano anterior. Não sei se foi por atraso do concurso ou não, não sei o estado da arte desse mesmo concurso, assim como aproveito para perguntar sobre o estado da arte de outros concursos, nomeadamente o da limpeza das escolas, dos agrupamentos e das escolas não agrupadas. Aproveito, também, para perguntar o estado da arte do transporte das crianças com mobilidade reduzida, como é que estão esses concursos.

Paula Soeiro (PSD) – Esta intervenção do deputado socialista traz aqui uma suspeição sobre, ou melhor, ficámos com esta dúvida e convinha que fosse clarificado qual era o número de escolas e o número de crianças que foram afetadas pela não entrega do leite escolar, de forma a que depois pudéssemos então verificar em que condições é que aconteceram.

A presente deliberação continua a oferecer dúvidas à nossa bancada quanto à correção jurídica da delegação de competências, mas entende-se que os contratos transitórios são efetivamente o que expressam meramente um fluxo de caixa de tesouraria e a sua reprovação poderia constituir um prejuízo grave para as escolas e os agrupamentos de escolas. Nesse sentido, dentro da natureza de um contrato transitório, que é o que se apraz aprovar nesta fase, até à existência de regulamentação governamental adequada, no que concerne à eficácia jurídica da delegação de competências das entidades interministeriais.

Vanessa Silva (CDU) – Caros senhores, relativamente aos contratos de delegação de competências que o Município de Setúbal nos traz aqui como proposta de realizar com os senhores diretores de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, naturalmente que acompanharemos as propostas que aqui estão e que consideramos que é um instrumento que, no momento atual, melhor serve a garantia de ter um início de ano letivo minimamente adequado àquilo que são as necessidades da escola pública no nosso país e aqui no nosso concelho. No entanto, discordamos quanto ao objetivo central deste processo de transferência de competências, que não é servir melhor as populações é, de facto, manter um subfinanciamento da escola pública, mas atirando para os municípios a responsabilidade desse subfinanciamento e, também, a decisão de, para não subfinanciar, deixar de financiar outros projetos e outras áreas de trabalho, como tão bem sabemos.

Não somos nós que dizemos, é o conjunto dos municípios do país que, em sede da Associação Nacional de Municípios, onde estiveram reunidos num encontro e que todos os senhores deputados têm o documento nas suas pastas e em que o Governo se comprometeu, por exemplo, a fazer as portarias em falta que já



estavam em falta desde que a lei a estipulou como necessárias no Decreto-Lei, 21/2019 e que agora faz um novo acordo para fazer as portarias no prazo de 90 dias, a contar da data de assinatura que foi a 22 de julho, entretanto já passaram quase 2 meses como sabemos, e das portarias não se tem qualquer novidade. É vergonhoso que se tenham de fazer compromissos novos sobre temas que a lei estabelece como obrigatórias e passaram exatamente 3 anos desde a data da publicação da lei. Portanto, isto não tem nada a ver com este ou com aquele município, com esta ou com aquela vontade, essas portarias são fundamentais para aclarar aspetos relativamente a matérias que têm sido debatidas aqui, como os transportes escolares.

O Decreto-Lei, 21/2019 tem um problema, por exemplo, relativamente às necessidades educativas especiais, que já aqui foi colocado, e à educação inclusiva que fala de dificuldades de locomoção dos alunos que beneficiem de medidas ao abrigo da educação inclusiva, como um dos pressupostos para a atribuição de transporte escolar, isto é uma restrição ao direito atual. É uma das questões que esperamos que seja alterada, mas também já anunciada nova alteração ao Decreto-Lei setorial.

Repare-se, a universalidade começa este ano, este ano civil, a universalidade começa agora, mas este Decreto-Lei já foi alterado várias vezes e agora há uma nova alteração e ainda assim, o Governo continua em incumprimento relativamente às matérias que lá estão estipuladas, para além de continuar em incumprimento relativamente à Portaria de Transportes Escolares. Continua em incumprimento relativamente às matérias relacionadas com a Portaria sobre o funcionamento das escolas ou do rácio de pessoal e também as verbas que transfere são as verbas que foram calculadas em 2019, em 2018 e que constaram de mapas de 2019. Para além das questões do aumento do custo de vida, que os senhores não queriam que trouxéssemos aqui à reunião, para além desses, já decorreram 3 anos, mesmo que não houvesse a questão do aumento do custo de vida, decorreram 3 anos, aconteceram muitas situações e os preços já não são os mesmos.

Reparem bem como o município, já hoje, está a garantir um funcionamento que certamente não é o desejável e, de facto, devíamos todos ir às escolas almoçar, não era só a essa, eram às escolas que o município encontrou num estado de degradação profunda nas cozinhas e que teve de intervencionar para que as crianças tivessem condições mínimas de refeições.

Vice-Presidente da Câmara – Foram aqui colocadas algumas questões que vou tentar esclarecer sem prejuízo de efetivamente podermos fazer essa visita para percebermos como funciona o sistema, para percebermos as profissionais que temos nas escolas, tanto da empresa como da Câmara Municipal que fazem este acompanhamento. Neste momento a Câmara Municipal tem três nutricionistas dedicadas à questão dos refeitórios escolares.

É verdade que a Escola 2, 3 Luísa Todí tem uma sobrecarga de refeições e neste momento confeciona muitas refeições. Quero, também, dizer que relativamente ao assunto das refeições escolares, saímos de uma situação de pandemia em que as crianças deixaram praticamente de comer na escola, para uma situação de aumento de procura das refeições escolares relativamente até aos anos de 2019. Portanto, verificou-se um decréscimo de utilizadores dos refeitórios e, neste momento, estamos a ter, felizmente, um aumento. Digo, felizmente, porque assim temos a garantia que as crianças têm pelo menos uma refeição mais cuidada.

Não estou de acordo quando a senhora deputada se refere à quantidade e à qualidade, as refeições são feitas por profissionais e respondem a capitações e todos os alunos podem repetir a refeição. Sempre que temos uma questão levantada pelos pais, fazemos questão de ir com os pais e explicar, ainda assim foi algum tempo atrás, numa reunião com a Associação de Pais de Brejos de Clérigos, em que tivemos essa preocupação de falar com os pais e depois as nutricionistas foram com os pais fazer esse acompanhamento. Também aconteceu agora na Escola 2, 3 de Azeitão em que alguns alunos diziam que não havia comida e que não podiam comer. A Associação de Pais foi à escola, esteve lá connosco e deparou-se com crianças que passavam o cartão e que efetivamente iam embora sem comer, não porque não houvesse comida, mas porque queriam de certa maneira não comer na escola. Alguns deles alunos do 5º ano que não estavam ainda habituados à escola.

Há aqui algum trabalho a fazer, mas não é certamente naquilo que são as quantidades, nem a disponibilidade da refeição, contudo, não podemos ir todos almoçar à Escola Luísa Todí, ou para irmos todos termos que ir em turnos, mas estamos disponíveis para fazer essa marcação e para podermos ir

quando os senhores deputados acharem conveniente, aliás, até estamos disponíveis para fazer e para mostrar o estado em que está o refeitório da escola 2, 3 de Azeitão que é lamentável. Convido os senhores deputados a irem comigo a Azeitão, uma vez que o Governo foi convidado para estar na quarta-feira numa visita àquela escola, pela Associação de Pais e pelos alunos, e, infelizmente, não compareceu, nem enviou nenhum representante e nem apresentou nenhuma justificação. Podemos, também, marcar uma visita à Escola 2, 3 de Azeitão para perceber os compromissos que foram feitos pela DGESTE na recuperação de alguns equipamentos, que depois não foram efetuados.

Relativamente às questões que foram aqui colocadas, relembro que no dia um de abril, o Sr. Presidente da Câmara fez uma conferência de imprensa em que disse que a câmara aceitava com reservas e sob protesto aquilo que eram as competências, mas queria cumprir a lei e como o senhor deputado António Caracol deve calcular e julgo que todas as pessoas estão aqui nesta sala, numa competência destas não se pode ter uma vontade, porque tem que se fazer, é obrigatório fazer-se. Agora, as dificuldades são outro assunto, da maneira como as competências foram passadas. Será que alguns municípios que não estão a entregar nenhum leite escolar e que são do Partido Socialista, também, tiveram má vontade em aceitar as competências? Porque há municípios do Partido Socialista que, neste momento, não estão a entregar leite. Não! Não são de Setúbal, são outros. Aí já não interessa, está bem.

A Câmara Municipal de Setúbal entregou todo o leite que tinha disponível, foi entregue em todas as escolas, havia uma reserva grande de leite, porque os agrupamentos tinham feito essa reserva antes de terminar o ano letivo e é natural que por uma questão de economia e de previsão se entregue primeiro esse leite do que outro.

Infelizmente, e à semelhança de todos os municípios aqui da Península de Setúbal, uns são da CDU, outros são do PS, passaram todos pelo mesmo, abrimos procedimentos para o leite escolar. Praticamente todos os procedimentos ficaram desertos, porque os preços que tinham sido contratualizados no prazo de um mês alteraram de 18 cêntimos por unidade para 24. Não aconteceu só em Setúbal com a CDU, mas o senhor deputado está interessado em Setúbal e na CDU, como é óbvio senhor deputado, compreendemos perfeitamente as limitações que o PS tem relativamente a compreender as situações em Setúbal e o ataque que faz a Setúbal como se isto fosse agora um problema.

As escolas têm leite, a Câmara Municipal já tratou do procedimento e está mais leite a caminho e não vão deixar de ter leite. Certamente que, se calhar, os que não entregaram o leite não foi por má vontade, foi porque realmente está muito complicado as empresas de leite fazerem este fornecimento aos valores que estávamos habituados. Em relação a Setúbal, todas as escolas têm leite.

Depois, não compreendi muito bem a questão, outra vez, dos transportes e da mobilidade reduzida, mas penso que a deputada da CDU, também, já fez esse esclarecimento.

Para terminar, dizer que estamos um pouco expectantes relativamente àquilo que vai ser e que terá impacto, também, nos nossos contratos de delegação de competências, aquilo que vão ser os acordos e o estabelecimento das parcerias que estão no acordo da Associação Nacional de Municípios. Isso poderá alterar e podemos ter que trazer aqui a esta assembleia novas alterações. Também temos vindo a passar por um processo lento, moroso, muito burocrático para a alteração da titularidade dos contratos de água, luz, gás e outros fornecimentos. Neste momento, todos os contratos de água já têm a titularidade da Câmara Municipal, os contratos de luz e gás alguns têm e outros ainda não têm, depende do comercializador que tem contrato.

Relativamente às empresas de limpeza, que também foi aqui colocado, a câmara lançou um concurso público que está neste momento a decorrer e esperamos que o problema esteja resolvido até ao final do ano, porque é até essa data que os agrupamentos têm os contratos de limpeza de instalações. Julgo que respondi a todas as questões.

Paula Soeiro (PSD) – Senhora Vice-Presidente, só posso entender a sua expressão como um exagero e vamos ser sérios numa afirmação, todas as crianças podem repetir a refeição, isto só pode ser um exagero de expressão, porque como sabe não existe uma duplicação de confeção, nem de fornecimento de refeições. A repetição da refeição é realizada sob condições específicas, que são determinadas de acordo com as equipas de gestão dos refeitórios e as direções de cada escola e de cada agrupamento.

Há a preocupação para que nenhuma criança fique com fome, mas não podemos, porque não é sério, dizer que todas as crianças podem repetir a sua refeição, por isso também não seria adequado e correto o fornecimento ou a utilização dos dinheiros públicos.

Presidente da Mesa – A propósito deste tema, chamo a atenção que está distribuído aos senhores deputados municipais dois documentos da Associação Nacional de Municípios, que são os documentos aprovados no último encontro nacional que se realizou no dia 17 de setembro e que tem a súmula das posições reivindicativas dos municípios em relação à transferência de competências. Pelo menos essa súmula é bem ilustrativa das posições comuns dos municípios.

Pedro Florêncio (PS) – Senhor Presidente peço escusa de voto por razões que se prendem com a minha atividade profissional.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

7. Deliberação n.º 40/2022/AM – Delib. CM n.º 3272/2022 – Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Francisco Cabral (PSD) – Têm baixos salários, dificuldade em encontrar trabalho, arranjar casa, pagar contas, viver independentes, constituir família, este é o retrato social dos nossos jovens, uma das forças mais vivas do nosso concelho, mas também daquelas que mais foram afetadas pela atual crise económica e inflacionista.

Entre os jovens portugueses mais de um terço estão desempregados, sobretudo por causa do estado de emergência e só metade dos que trabalham por conta de outrem tem contrato efetivo, quatro quintos dos jovens que trabalham só ganham até 950 euros líquidos por mês e apenas um quinto tem filhos ou está à espera do primeiro filho.

A resposta do Governo acaba por ser curta, note-se por exemplo, aquilo que foi o Plano Nacional para o Alojamento Estudantil e a resposta do município tarda a chegar. Acrescem-se, também, outros desafios no que toca, por exemplo, a preocupações ambientais, a questões de género enquanto fator de desigualdade, saúde mental ou por fim a dificuldade em serem ouvidos e envolvidos naquilo que é a sua participação política.

Foi por este mesmo motivo, em particular, mas também por aqueles que foram enumerados por mim anteriormente e que partiu da bancada do PSD esta mesma proposta, perceber que políticas públicas já foram aplicadas, quer pelo município, quer pelo Governo e que outras soluções podem ser encontradas para garantir um futuro mais promissor para os nossos jovens.

Com a aprovação deste mesmo regulamento entramos hoje naquilo que podemos considerar uma nova fase de debate e escrutínio público, a criação deste órgão é assumir que estamos a aumentar a representatividade política dos jovens e a criação deste órgão é potenciar uma voz plural e crítica sobre aquele que é o nosso trabalho enquanto autarcas.

Simão Calixto (CDU) – Esta discussão do Conselho Municipal da Juventude já é bem antiga e a CDU também tem sempre sido contra a sua criação, não por mero capricho, mas porque, de facto, dizemos que esta Lei está mal feita e é um facto e vou explicar porquê.

Está mal feita, primeiro porque impõe um modelo de funcionamento aos municípios que tendo autonomia política podem decidir funcionar de outra forma e depois, porque retira voz aos jovens, em particular, vai retirar voz aos jovens setubalenses.

Se lermos o regulamento que está aqui à discussão, no artigo 4º onde fala da composição, conseguimos perceber que vão estar mais membros, membros de partidos políticos com votos do que associações juvenis com sede no concelho. Quando digo, por exemplo, um membro da Assembleia Municipal de cada grupo político que tem assento neste Conselho Municipal da Juventude, mais os representantes das organizações político-partidárias com representação nos órgãos do município. Só aqui são, pelo menos, 18, mas depois vamos ver um representante de cada associação juvenil com sede no município inscrita no RNAJ, esse registo é público, são 6. Não, não, caríssimos vão ver no site, tenho todo o prazer em mostrar, são 6 associações juvenis que estão inscritas e que têm sede no Município de Setúbal.

Depois vamos ver um representante de cada Associação de Estudantes do Ensino Básico e Secundário com sede no município inscrita no RNAJ, zero, são zero, senhores deputados e são a estes estudantes que vocês vão estar a tirar a voz.

Depois vamos ver as Associações de Estudantes do Ensino Superior, aqui existe, de facto, uma, também é a única instituição de ensino superior que temos no município. Portanto, senhores deputados, estamos a falar num quadro em que tínhamos um Fórum Municipal de Juventude e que era aberto a todos, à participação de todas as estruturas juvenis do concelho e passamos para um Conselho Municipal da Juventude que vai ter 18 representantes das forças que estão representados nesta assembleia, mais as juventudes partidárias e apenas 7 Associações Juvenis.

É esta a voz dos jovens no nosso concelho? Tenho muitas dúvidas. Os jovens precisam de continuar a ter esses espaços em que sejam ouvidos, como era prática deste município, era e é prática deste município na questão do Fórum Municipal da Juventude. Em todos os programas que desenvolve de apoio à juventude, os coletivos com voz, os apoios às associações juvenis no âmbito da promoção do m@rco.28, mês da juventude, de outros apoios que desenvolvam as atividades da juventude. Senhores deputados, não se enganem, porque ao aprovarmos isto estamos mesmo a reduzir a participação da juventude neste concelho.

Estou de acordo que os jovens, de facto, precisam do fim da precariedade, precisam dos salários mais altos, precisam do fim das propinas, dos exames nacionais, precisam das escolas requalificadas, mas isso não é um problema que o Conselho Municipal da Juventude vá resolver, para isso é preciso investimento do Governo.

Senhores deputados termino dizendo, mais uma vez e reforçando, que não é o Conselho Municipal da Juventude que vai aumentar a participação juvenil no nosso concelho.

Eunice Pratas (PS) – Tenho alguma dificuldade em compreender certos argumentos que foram utilizados, primeiro, se o PCP não se sente à vontade com esta lei mal feita, porque é que em sede da Assembleia da República não apresentou propostas alternativas à lei, como também não entendo, porque é que participou no Conselho Nacional da Juventude se são contra o Conselho Municipal da Juventude? É que eles estão interligados, temos que admitir isto.

Outra questão que não entendo, mas isso aí já não é do princípio, não é culpa do Governo, nem culpa da constituição do Conselho Municipal da Juventude, porque ele ainda não foi criado. Porque é que existem só 6 associações inscritas? Talvez sejam vítimas, as associações não inscritas, vítimas das práticas que este executivo e os anteriores tiveram nas políticas da juventude, ou seja, nenhuma. Temos um gabinete de juventude que não tem apoios para associações juvenis e não sei se os senhores deputados sabem, mas a inscrição no RNAJ é de taxa zero para as associações juvenis. Até vou dizer mais, existe um regime jurídico que defende o financiamento das associações juvenis.

Julgo que o que se passa aqui é que o PCP prefere escolher informalismos à livre participação do jovem que é assegurada por este regime, para o Conselho Municipal da Juventude não repetir a participação dos jovens, aumenta a pluralidade democrática numa faixa etária que está afastada da política. Há outra falácia que não entendo nestes argumentos que têm sido utilizados, desde quando é que a constituição e a aprovação do Conselho Municipal da Juventude implica a desconstituição do Fórum Municipal da Juventude? Ainda não entendi e ainda não foi dito por nenhuma bancada, seja do PS, do PSD, do PAN e da IL que, a partir do momento, em que aprovamos o Conselho Municipal da Juventude, que vamos desconstituir o Fórum Municipal da Juventude, talvez possam utilizar esse Fórum Municipal da Juventude para começar a inscrever as associações no RNAJ para aumentarmos a participação e temos aqui uma solução para os problemas que colocaram.



Agora, só aqui dois preciosismos e termino já, no regulamento apresentado à Assembleia Municipal, no artigo 4, alínea j) diz “um representante do Instituto Português da Juventude” é apenas para corrigir para “o Instituto Português do Desporto e Juventude, IP”. Também no artigo 5º dos observadores, alínea d), onde diz “grupos informais de jovens ~~ou~~ e associações juvenis, legalmente constituídas” tem o “ou” rasurado e pedia que fosse retirado.

Vanessa Silva (CDU) – É interessante, ouvir algumas intervenções, até porque elas só podem ser proferidas por desconhecimento. Como aqui existem, nesta bancada, pessoas que fizeram parte da direção do Conselho Nacional da Juventude e até existe um vereador que teve na sua fundação, nós temos uma memória histórica das questões das políticas nacionais de juventude bastante presente e gostávamos de lembrar que o Conselho Municipal da Juventude nada tem que ver com o Conselho Nacional de Juventude, são dois órgãos distintos. O Conselho Nacional de Juventude foi criado pelas organizações nacionais de juventude, é uma plataforma nesse âmbito e o Conselho Municipal da Juventude é um órgão que decorre de uma lei e que impõe um modelo de consulta por via de um órgão consultivo ao município que tem, também, o princípio da autonomia do poder local, mas que naturalmente terão outra visão, por isso é que a colocaram.

Relativamente às questões do Conselho Nacional da Juventude e do Conselho Municipal da Juventude, eles, de facto, nada têm que ver. O Conselho Nacional da Juventude nasce da autonomia e da vontade das organizações nacionais de juventude, não nasce da vontade de nenhum Governo e o Conselho Municipal da Juventude é um modelo de consulta imposto.

Quanto ao Registo Nacional de Associações Juvenis, não é só neste território que existem poucas associações juvenis inscritas no RNAJ, porque ele é um instrumento burocrático e administrativo e como sabemos, existe uma realidade que vai para além de estruturas que se conseguem manter no tempo e há estruturas e organizações de juventude que, de facto, têm uma vida prolongada por via do tipo de missão, de objetivos que têm. Há, também, um conjunto de outra realidade juvenil que como o próprio nome indica, é perene no tempo, porque a juventude é uma fase da vida que se recicla com uma grande rapidez. Portanto, a questão do registo não é, de facto, uma prioridade, mas deve ser a nossa prioridade enquanto município ouvir essas organizações, essas associações, esses grupos não formais de jovens e claro que o Fórum Municipal da Juventude pode funcionar e que nada tem que ver com a realidade do Conselho Municipal da Juventude. Aquilo que aqui vem é um regulamento e, como tal, também nos situamos nessa discussão, mas não queremos deixar de colocar as preocupações que temos de fundo com este modelo.

Francisco Cabral (PSD) – Apenas complementar que, quer o Conselho Municipal da Juventude, quer o Fórum ou o atual Fórum da Juventude são órgãos complementares e, portanto, nada tem a ver, o que se tem de passar, é haver um trabalho complementar de acabar por formalizar estas instituições que existem de forma inorgânica e, portanto, a partir daí dar voz àquilo que são os jovens, às preocupações dos jovens e cumprir a lei.

Pergunto, se não querem criar o Conselho Municipal da Juventude, como é que vamos cumprir a lei, como é que vamos eleger um lugar que está e que é assegurado a partir do Conselho Municipal da Juventude para o Conselho Municipal da Educação?

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões os deputados municipais Simão Calixto e Vanessa Silva da CDU e João Fidalgo do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

8. Deliberação n.º 41/2022/AM - Delib. CM 3309/2022 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2022 – Aplicação da taxa do IMI Familiar

Afonso Luz(CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com a abstenção da CDU e os votos a favor do PS, PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Manuel Fernandes (PS) – Depois de 7 propostas anteriores e de várias moções, uma delas muito importante que tem a ver com o aumento do custo de vida, adivinha-se, obviamente, unanimidade na votação desta proposta, outra coisa não seria de esperar depois da manifesta preocupação com o aumento do custo de vida aqui.

Devo dizer que este é um instrumento que, ao contrário daquilo que já foi dito aqui nesta sala hoje, não tira capacidade financeira ao executivo para ajudar as famílias, antes pelo contrário, este é um instrumento ao exercício de apoio às famílias. O IMI familiar destina-se exatamente às famílias, portanto, não é um desses instrumentos que retira capacidade de apoio à câmara para apoiar as famílias.

Depois, o Sr. Presidente da Câmara também disse que faria tudo o que tivesse ao seu alcance, dentro do que são os instrumentos à disposição do município, para apoiar as famílias neste contexto difícil que estamos a viver. Sem dúvida que estávamos à espera, perante essa posição, que se votasse a favor, que a CDU e que o executivo votasse a favor desse instrumento que está disponível e que só está ao alcance mesmo dos municípios e que só está dependente daquilo que é a vontade dos municípios. Aliás, 264, se não me falha a memória, municípios já aplicam o IMI Familiar, certamente que iremos passar a 265 e com unanimidade.

Importa falarmos sobre o que é a dimensão social daquilo que se pode aplicar e que se vai aplicar através do IMI Familiar no concelho de Setúbal. Existem 51.233 famílias alojadas no concelho, números dos Censos de 2021, são mais 6% do que as famílias do Censos de 2011, e 72,4 são proprietários com habitação própria permanente, 59,5 são de habitação própria permanente com encargos de compra, falamos então em mais de 26 mil famílias no concelho de Setúbal que têm que acrescentar o pagamento do IMI ao aumento da prestação da casa. Portanto, estamos a falar de uma dimensão social que esta medida acarreta, não estamos a falar de cidadãos ricos ou abonados, como também já muitas vezes aqui tem sido afirmado, porque cerca de 63% destas famílias pagam uma prestação da casa entre os 200 euros e os 649 euros e 20% pagam uma prestação até 100 euros, não estamos a falar de pessoas ricas, estamos a falar de pessoas da classe média e da classe média baixa.

O contexto atual de subida generalizada dos preços dos bens de primeira necessidade, dos transportes e da energia constituem hoje uma dificuldade acrescida aos encargos anteriormente assumidos, portanto Sr. Presidente e senhores deputados, estes cidadãos são a nossa classe média, são a nossa classe média-baixa. Este paradigma obriga a que todos os responsáveis políticos, todos, encontrem formas de atenuar os sacrifícios e que não são manifestações que resolvem os problemas das pessoas, são políticas públicas com os instrumentos que os responsáveis políticos têm ao seu dispor para aplicar na altura e no contexto exato, que é este que estamos a viver e que já aqui hoje foi votado. O IMI familiar é, pois, um desses instrumentos e cabe a cada município, por deliberação da Assembleia Municipal, determinar qual o desconto fixo do valor do IMI a pagar.

Esta proposta que estamos a discutir é oriunda do grupo municipal do PSD, mas encaixa perfeitamente naquilo que tem sido o caminho de alívio fiscal para as famílias, já iniciada pelo Governo do Partido Socialista, e, por isso, estamos perfeitamente alinhados com a proposta e o Partido Socialista irá votar a favor.

João Luz (CDU) – Esta intervenção do deputado Manuel Fernandes, do Partido Socialista, confirma a sua relativa falta de pontaria, porque fez um conjunto de previsões sobre as votações da Assembleia Municipal que certamente não corresponderão à votação final e pela nossa parte assim o afirmamos.

Não abdicamos daquilo que foi a nossa reflexão ao longo de anos sobre este instrumento, sobre a aplicação do IMI familiar, sobre o facto de ser uma medida que retirando meios financeiros aos municípios não tem em linha de conta aquilo que são os rendimentos das famílias, é uma medida que se limita a ter em consideração o número do agregado familiar.

É interessante ver a preocupação de algumas forças relativamente a este tipo de instrumento, quando naquilo que é essencial e determinante para as condições de vida dos trabalhadores e das populações sobre estas matérias e onde têm hipótese de decidir em concreto as consequências não intervêm e quando o fazem é no sentido de rejeitar propostas, é assim relativamente ao aumento de salários, é assim relativamente ao aumento das pensões.

O Partido Socialista que aqui nos faz esta interessante intervenção de preocupação e que acreditamos ser sincera com as condições de vida das pessoas, na prática, ondem têm os instrumentos decisivos para a decisão, não o fazem, muito pelo contrário, e aquilo que se verifica já hoje é uma situação de empobrecimento dos trabalhadores e das populações, a incapacidade e um conjunto de propostas que mais não são, como já aqui foi referido, em alguns casos são meros expedientes e truques para tentar apresentar alguma coisa.

No entanto, atendendo à circunstância concreta em que estamos a intervir, ao conjunto de preocupações que estão assinaladas e, independentemente, do que entendemos que deve ser o esforço do município num contributo para aliviar as consequências desta crise, iremo-nos abster na votação desta proposta.

Nuno Carvalho (PSD) – Esta é uma proposta que é bem conhecida daquilo que é a defesa que o PSD faz. No que diz respeito aos rendimentos que os setubalenses e azeitonenses, particularmente as famílias, auferem no nosso concelho e é evidente que, num período em que os rendimentos das famílias têm um impacto significativo, por via deste contexto de inflação que vivemos, uma redução no IMI para as famílias, daí designar-se IMI Familiar, tem um impacto muito, mas muito relevante.

Esta é uma matéria que quando se fala em impostos, como o IMI, tem um particular relevo de podermos ser mais cirúrgicos, ou seja, podemos limitar a aplicação de uma medida de alívio fiscal para quem tem um maior esforço de rendimento, para quem tem um maior esforço em função do número de dependentes, de filhos, neste caso, como é o IMI Familiar. Isto dá uma maior justiça e para o PSD, de facto, é praticar a social-democracia.

Entenda-se que estamos completamente dissociados com o que é qualquer tipo de ideia de que isto é uma extensão daquilo que o Governo está a fazer e seria, aliás, estranho que o PSD estivesse a tentar ser a extensão de algo que o Governo está a fazer, mas também não é aqui que se faz essa discussão. Para discutirmos as respostas do Governo provavelmente não estaríamos aqui a marcar uma Assembleia Municipal extraordinária, precisamente porque sabemos que o que vem do Governo é insuficiente e que as Câmaras Municipais, algumas delas como foi o caso de Cascais e de Lisboa, já se manifestaram sobre o que é preciso colmatar. Em particular nesta matéria, se o Partido Socialista apoia esta medida de que foi uma proposta do PSD, o PSD, neste caso, fica contente, mas na prática creio que são as famílias setubalenses e azeitonenses que têm a agradecer por esta iniciativa, são eles que vão beneficiar e é mais do que justa.

Sublinhamos que é uma medida que ataca precisamente um aspeto fundamental, que é em função do esforço de cada um do agregado familiar, e que aplique uma medida positiva em função do esforço do agregado familiar, para quem tem 1, 2 ou 3 filhos. É uma medida socialmente justa, adequada e ainda mais pertinente nos tempos em que estamos.

Vítor Rosa (BE) – Embora este tipo de apoio, se é que se pode chamar de apoio face aos valores que estão aqui em causa, o que é certo é que as famílias estão a passar por grandes dificuldades e daí entendermos que qualquer migalha que caia no bolso, obviamente, que é bem-vinda nesta altura. No entanto, face a algumas declarações aqui prestadas, é curioso, o Partido Socialista dizer que é a questão do paradigma que isto é para as classes média e média-baixa, porque são estas as classes que temos hoje.

Têm sido estas as medidas do Partido Socialista, ao não aumentar os salários, que tem provocado estas classes médias e médias baixas e não são com este tipo de apoios que vamos fazer uma alteração significativa relativamente à questão destas classes sociais médias e médias baixas, é quando aumentamos os salários, é quando damos maior capacidade de rendimento às famílias que conseguimos diminuir estas diferenças do ponto de vista das classes sociais.

Também é curioso, relativamente à questão fiscal e de esforço pronunciado pelo PSD, quando hoje ouvimos e pedimos que a nível nacional e também ao Partido Socialista que as grandes empresas, face aos grandes lucros que estão a atravessar neste momento, que seja feita a tributação.

Existe todos estes cuidados e depois desta parcimónia na aplicação aos grandes lucros das grandes empresas que aqui se venha dizer que é muito justo que esta carga fiscal diminua, e estamos de acordo, mas também que ela se aplique a quem, de facto, está a ter os grandes lucros nesta altura, relativamente a esta situação inflacionista que atravessa o nosso país.

Manuel Fernandes (PS) – A retórica já a conhecemos, aquilo que estávamos à espera veio, apareceu, surgiu e é natural que, num momento destes, depois de se dizer que o Governo nada faz, era agora aquela parte em que elencávamos aqui todas aquelas medidas que fazem parte do programa “Famílias primeiro”. Valia a pena estarmos aqui a elencar uma a uma, posso recordar algumas para aqueles que afirmam que o Governo nada faz, mas também não me compete a mim estar aqui a defender o Governo, mas compete recordar que há quem o faça. Há quem utilize a retórica e há quem faça e aqueles que fazem, utilizam um apoio excecional aos rendimentos.

O Bloco de Esquerda nunca ouviu falar de “apoio excecional aos rendimentos” é algo que o Bloco de Esquerda está fora, porque é desertor, porque largou aquilo que era uma solução de Governo que melhorava os rendimentos. É desertor, não faz parte da solução, sabe falar, sabe fazer a retórica, mas na altura da solução não existe, não está lá, desertou.

Apoio excecional a crianças e jovens, a medida abrange dependentes com idade até aos 24 anos e dependentes portadores de deficiência independente da idade. Isto é uma medida que visa ou não visa o apoio às famílias? Para o Bloco de Esquerda e para a CDU, supostamente, isto não quer dizer nada, absolutamente nada, aliás, isto quer dizer zero, o Governo faz zero.

Apoio excecional a pensionistas, a medida abrange todos os pensionistas da Segurança Social e todos os pensionistas da Caixa Geral de Aposentações que recebam pensões de velhice, invalidez e de sobrevivência, mas para a CDU e para o Bloco de Esquerda, isto é zero, é nada. Claro, não estão na solução, é igual a zero, na solução estavam a nível local onde não querem estar.

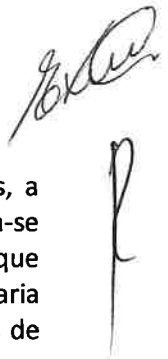
Limitação do aumento das rendas a 2%, lá está aquela imposição, o tal lapso de há bocado quando falávamos na imposição dos 2% que, eram as rendas que Vossa Excelência se estava a referir, era às rendas, não eram aos salários, esse não é imposto, é proposto. Limitação das rendas, congelamento dos preços dos transportes, redução do IVA da eletricidade a 6%, tarifa reduzida do gás, prolongamento da redução da carga fiscal sobre os combustíveis, isto nada diz à CDU, nada diz ao Bloco de Esquerda, apenas retórica, apenas aquilo que já estamos habituados a ouvir, é apenas o discurso político para marcar e fazer um número, nada mais.

Nuno Carvalho (PSD) – É só para ficar claro que, apesar da crise de ciúmes com o Bloco de Esquerda e com a CDU, ainda manifestar aqui por causa da herança da geringonça, mas o grupo municipal do PSD e o PSD, também, acham que as medidas do Governo valem zero, é só para ficar registado.

Luís Leitão (CDU) – Bom os 2% não fui eu que inventei, é o Governo que tem abusado nas negociações, ou tem dito nas negociações com a Administração Pública que dá aquele referencial, não há negociação, há imposição. O senhor, também, pode ler, mas depois depende do entendimento que tem cada um e não houve equívoco algum.

É uma preocupação que nesta assembleia se sente, por três vezes veio aqui que as manifestações não resolvem, acho é que os senhores estão com medo daquilo que é a voz da rua, estão com medo daquilo que é a voz das pessoas na rua e nas manifestações, portanto, isso trespassa bem e quando vocês dizem que elas não resolvem, pelo contrário, elas resolvem e resolvem muito.

Paulo Lopes (PS) – Era só para dizer ao senhor deputado Nuno Carvalho, que se as propostas do Governo de apoio às famílias e empresas valem zero, que me recorde a valorização das propostas do PSD, a nível nacional, de apoio à família e às empresas era menos de metade do valor que o Governo apresentou. Ora metade de zero, é zero. Percebo, não tinham nada a perder, mas mesmo na oposição foram muito pouquinhos a apoiar as famílias e as empresas.



João Luz (CDU) – Apesar desta contabilidade dos zeros, de quem tem mais zeros ou menos zeros, a verdade é que a vida das pessoas e as suas condições de vida continuam a se degradar, a crise anuncia-se com efeitos gravíssimos e aquilo que é demonstrado no quadro desta discussão aqui na assembleia é que se o Partido Socialista tivesse tão contente com aquilo que são as medidas do seu Governo não estaria aqui a propor que também o município tivesse que se chegar à frente com um conjunto de medidas de apoio às pessoas.

É a confirmação de que são claramente insuficientes e que são incapazes de dar resposta àquilo que são as suas atribuições e competências em matéria de desenvolvimento económico e social e de resposta às carências graves das populações.

Nuno Carvalho (PSD) – Só apenas para registar este simpático apelo do senhor deputado Paulo Lopes, no que diz respeito às medidas do Governo do Partido Socialista e, portanto, vou tentar fazer isto, com todo o respeito por essa profissão, mas creio que é uma forma de explicar as coisas pelos nomes, são chamadas as contas de merceeiro.

Nas contas de merceeiro sabemos que há sempre uma troca, ou seja, há alguma coisa que entra e há outra que sai, se o senhor deputado Paulo Lopes nos conseguir explicar aqui quanto é que entrou nos cofres do Governo, por via da inflação, IVA e de vários outros impostos, vai perceber claramente que na proposta do PSD, não estávamos a prever carregar nos impostos como vocês carregaram, porque a resposta do PSD, já no Orçamento de Estado, fazia uma redução de impostos.

Ainda assim, se o senhor deputado Paulo Lopes fizer o exercício de forma simples, vamos saber quanto é que o Partido Socialista deu às famílias e vamos saber quanto é que o Partido Socialista tirou às famílias. Senhor deputado Paulo Lopes tem aqui agora uma excelente oportunidade para dizer quanto é que o Governo recebeu a mais de impostos até agora, atenção, se não vou esclarecer a seguir, diga quanto é que o Governo, pelo menos até ao mês de agosto que é o que está registado, arrecadou de impostos a mais? Se não responder é porque sabemos que, afinal, havia aí mais alguma falha na conta de merceeiro que o senhor quis pronunciar.

Paulo Lopes (PS) – Aquilo que sei é que este Governo tem um pacote de medidas de apoio, que são de cerca de 2,5 mil milhões de euros que se somam aos outros de cerca de quase 2 milhões de euros que já tinham sido implementados ou anunciados, perfazendo um pacote total de 4 milhões de euros. Aquilo que, também, sei é que o PSD apresentou antes do Governo um pacote de apenas 1,5 mil milhões de euros, penso eu. Portanto, aquilo que tenho a dizer ao senhor deputado Nuno Carvalho e ao PSD é que mesmo na oposição tem uma tendência, como aqui já foi dito várias vezes e todos sabemos isso, de, às vezes, se prometer mais do que aquilo que se pode cumprir. Até na oposição os senhores tiveram a troika, é que os senhores até na oposição a proporem ao país foram poucachinhos e foram austeros. Ainda bem que não temos um Governo de direita, neste momento em Portugal, porque para lidar com a crise inflacionista que existe, todas as medidas são poucas e aqui até parece que a geringonça está de volta, mas vou concordar com o deputado João Afonso Luz quando disse que são poucas, porque todas são poucas e é por isso que os municípios têm que ir a jogo e é por isso que também a União Europeia hoje aprovou um imposto sobre os ganhos das empresas energéticas.

É óbvio que ainda bem que não há um Governo de direita, neste momento, a liderar Portugal, porque senão íamos ter aqui outra vez a austeridade, os cortes e um programa de apoio às famílias muito inferior aquele que o Partido Socialista propôs.

Senhor deputado Nuno Carvalho, o Governo encaixou, por via da inflação, mais receita, mas vai gastar essa receita, essa maior valia junto das famílias e das empresas. Foi aquilo que o Primeiro-Ministro já disse, é aquilo que está a fazer e não fechou o pacote, está aberto ainda a mais medidas, ao contrário do PSD como vimos no debate ainda no outro dia com o Primeiro-Ministro, o seu líder parlamentar que fez um grande livro da economia em que dizia que era preciso pôr as empresas que não pagavam IRC, a pagar IRC, os escalões mais baixo das pessoas no IRS, a pagar IRS e, portanto, era mais austeridade numa situação de grande dificuldade para as famílias e empresas. É esta a diferença, o resto é retórica e acho que o senhor é muito melhor do que eu na retórica, por isso é que é deputado da nação.

Nuno Carvalho (PSD) – Antes de mais vou sublinhar aqui o registo da intervenção do senhor deputado Paulo Lopes e vou sublinhar dizendo que não queria mesmo nada que esta discussão fosse entre o vosso pacote e o nosso pacote, juro que não percebi e foi uma descrição do tamanho do pacote. Porque isto é tudo caricato, porque é que isto tudo dá vontade de rir? É caricato, porque não quero saber das comparações de pacote, porque não fazemos políticas à medida e nem a metro, mas estava-lhe a falar daquilo que está a fazer falta nas famílias e se queria falar, de facto, de algum pacote, que falasse do pacote das famílias.

Vou dizer um número muito relevante, 4 mil milhões de euros só em IVA e depois vai fazer as contas ao seu pacote e vai perceber de onde é que esse dinheiro veio, só em IVA. Vou-lhe dar outra nota ainda mais relevante, é que o senhor conseguiu fazer um discurso contra o PSD a dizer que o PSD é um mau partido, que é um partido de direita e que só quer roubar no dia em que o PSD está a apresentar uma proposta de redução do IMI Familiar e que vocês estão a aprová-la. Senhor deputado continue focado no seu pacote que vai pelo pior caminho.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões os deputados municipais Simão Calixto e Vanessa Silva da CDU e João Fidalgo do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 9 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 16 abstenções, 15 da CDU e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

9. Deliberação n.º 42/2022/AM – Prazos de funcionamento das Comissões Eventuais da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa – Esta proposta é relativa ao funcionamento das comissões de trabalho e comissões eventuais da assembleia para as colocar um pouco na ordem, porque houve comissões que foram propostas, não se verificou os requisitos que lá estão no regimento, umas têm prazo e outras não têm, uma delas não iniciou o seu funcionamento e está aí resumido numa proposta para as quatro situações que tínhamos que corrigir. Agora vamos incluir esta resolução para determinar que a Comissão de Ambiente trate e acompanhe o caso da poluição ambiental na Mourisca.

Quanto à Comissão da Saúde, esta não chegou a ter representantes nomeados e a proposta que se faz e que resulta de uma consensualização feita na Comissão Permanente, é que se dê o prazo inicial que era dado de seis meses e que se volte a dar esse prazo e que se inicie a constituição desta comissão, pedindo a nomeação dos representantes de cada grupo municipal, fazer essa constituição e ela ficar com mais seis meses, até 29 de abril de 2023. A questão da saúde não é posta de lado, fica a funcionar especificamente com um prazo renovado a seguir ao prazo que ainda tinha terminado.

A Comissão de Fiscalização da Conduta dos Serviços da Câmara e dos Serviços de Acolhimento aos Refugiados Ucranianos tinha já o prazo esgotado, inicialmente era de 60 dias, a informação que vem é que havia na comissão já o pedido de prorrogação até 31 de janeiro de 2023, não chegou a ser formalizada e a Comissão Permanente entendeu que devia trazer essa data aqui como proposta para o funcionamento desta comissão, prorrogar o prazo, independente da questão que o regimento, também, refere da justificação dessa prorrogação.

A Comissão de Acompanhamento das Intervenções realizadas na Herdade da Comenda, não tinha prazo determinado e propõe-se agora, de acordo com as indicações dadas pela comissão, que cedeu o prazo até 28 de fevereiro de 2023 para apresentação de um relatório mais conclusivo. Há já o relatório intercalar, mas estará em condições de até final de fevereiro de apresentar um relatório final.

A Comissão da realização das Celebrações do 50.º Aniversário do 25 de Abril, também, não tinha prazo estipulado, mas pela natureza das questões será logo após as comemorações desses 50 anos do 25 de Abril e propõe-se que 15 de maio seja o prazo para apresentar um relatório sobre o que foram as comemorações do 50.º Aniversário do 25 de Abril.

Esta proposta de resolução do Partido Socialista com a fundamentação que está aí na proposta distribuída para que se incumba a Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal de acompanhar o processo da poluição da Vala da Mourisca e elaborar um relatório para ser posteriormente apresentado à Assembleia Municipal e que responda às questões e preocupações supramencionadas, entre outras. Como esta é remetida para uma comissão de trabalho normal não é necessário atribuir-lhe um prazo para fazer o relatório.

Vítor Rosa (BE) – Em relação à entrada da resolução do Partido Socialista, estou de acordo com a sua inclusão dentro da comissão e fica o problema resolvido.

Em relação às restantes e àquilo que foi proposto através da Mesa, também, o nosso consenso, apenas abrir aqui um parêntesis e fechar mais à frente relativamente à questão da Comissão dos Refugiados. Em nossa opinião, face à inércia do coordenador desta comissão, o qual não terá condições para continuar como coordenador. Porque se hoje trazemos aqui esta discussão ela prende-se, também, com outro aspeto do ponto de vista mais técnico da questão do regimento, é que ao ser pedido a prorrogação do prazo desta comissão nesta assembleia, ela também deveria ser acompanhada da sua justificação e que o próprio presidente da atual comissão, nem sequer isso foi discutido nessa comissão. É nossa opinião que a comissão reúna e que deva ser revisto o papel do coordenador atualmente eleito dentro desta comissão, que para nós não tem condições para continuar a exercer essa função.

Regressaram à Sala de Sessões os deputados municipais Simão Calixto e Vanessa Silva da CDU.

Nuno Carvalho (PSD) – Por acaso pensei que me tivesse inscrito primeiro, porque levantei o braço assim que o Sr. Presidente abriu o ponto, precisamente por esta questão, é que o grupo municipal do PSD quer-se retirar de coordenador desta comissão.

Se quiserem podemos, então, entrar aqui em detalhes e creio que, naturalmente, sobre as diversas questões que regem esta comissão em particular, não nos podemos escusar no facto de ser difícil encontrar o calendário com a oposição de alguns partidos, inicialmente até numa troca de e-mails, inclusive indicando datas onde depois não se realizou. As reuniões dessa mesma comissão não se realizaram dizendo que havia incompatibilidade de datas e que depois, por portas e travessas, se verificou que estavam mais concentrados num combate político interno do que propriamente naquilo que era fundamental que era o apuramento da verdade.

Nesse mesmo sentido, há outras condições que nos levam a dizer que, de facto, esta comissão face àquilo que foram as iniciativas do grupo municipal do PSD, não queremos continuar com a coordenação, porque não consideramos que obstáculos administrativos possam, em alguma eventualidade, vir a gerar obstáculos na obtenção da verdade e é esse mesmo foco em obstáculos administrativos que fazem com que isso impeça. É esse mesmo foco de obstáculos administrativos e de conversas que em nada interessam àquilo que é o apuramento da verdade que leva, a esta mesma condição. Há partidos que estão focados num debate ideológico pelo seu complexo ideológico, há partidos que estão aqui, como o Bloco de Esquerda, que têm vergonha das suas posições e que querem criar uma confusão qualquer, porque sabem perfeitamente que se arriscam a ter uma posição em que eles se tornem um foco, tal como a CDU foi.

Não estamos cá para andar a pagar a vergonha alheia, o grupo municipal do PSD, nesse aspeto, pode perfeitamente aceitar as críticas do Bloco de Esquerda, mas a primeira coisa que íamos fazer, e não é só pelas críticas do Bloco de Esquerda, era precisamente fazer esta retirada. Esta retirada que, naturalmente, não impede que o grupo municipal do PSD queira que aquilo que foi o calendário proposto possa ser cumprido e que foi discutido em comissão e que se possa avançar na medida do que é fundamental, porque foram elencadas instituições, foram discutidas duas datas em que não foi possível avançar com as mesmas, por ter sido considerado que tinha que se vir a esta Assembleia Municipal regularizar a prorrogação do prazo e uma vez prorrogado o prazo que as instituições sejam contactadas para que sejam ouvidas em sede de comissão. Esse aspeto, para nós, é fundamental, naturalmente procedendo-se previamente à eleição de um novo coordenador, mas continuamos a ter a nossa opinião que não deve ser nem do Partido Socialista, nem do Partido Comunista pelas razões que já elencamos em sede de comissão e que creio que agora não vale a pena repeti-las.



Dizer, ainda, que queremos colocar uma dúvida no que diz respeito a esta deliberação que aqui está colocada, não é sobre a validade da deliberação em si, compreendemos e entendemos, aliás, esta matéria resultou de várias conversas que tivemos em sede de comissão e em sede de Comissão Permanente e que não vale a pena estar aqui a repetir. Percebe-se que tem que haver uma fixação de prazos, mas há uma dúvida relativamente a todos os atos que foram tomados por estas comissões que não tiveram, até à data, uma data fixada e que, tal como estabelece o regimento, uma comissão eventual que é criada obriga à determinação de uma data por parte da Comissão Permanente. Essa deliberação, por parte da Comissão Permanente, não ocorreu e está-se a trazer à Assembleia Municipal para fixar essa mesma data, se não estou em erro é exatamente o que estamos aqui a falar, e a minha questão é se não obriga, também, a que esta Assembleia Municipal ratifique, pelo menos, os atos que estão tomados nestas comissões que não têm data fixada? Porque, neste caso, estamos a ratificar um ato, qual é a validade dos outros atos? Também não obriga a que exista essa ratificação? É uma dúvida, não é uma certeza jurídica, é uma dúvida face à proposta que aqui está e que o PSD vai acompanhar, mas é uma dúvida.

Isso, também, levanta dúvidas sobre os outros coordenadores das outras comissões que não fixaram datas, inclusive, o próprio Bloco de Esquerda, que se não estou em erro, também, participa nas comissões e que terá, com certeza, as mesmas dúvidas, se estamos aqui a ratificar ou não estamos. Sobre essa matéria, creio que era fundamental haver um esclarecimento, ele não tem que ser prestado aqui na Assembleia Municipal por parte do Presidente da Assembleia Municipal, nem por parte de nenhum grupo municipal, porque não nos compete a nós ter essa sabedoria jurídica, mas é mais do que óbvio que é preciso esclarecer se é apenas necessário ratificar as datas de uma competência que era da Comissão Permanente e que não foi decidida ou se é necessário também ratificar os outros atos que foram tomados por parte das comissões. Se não for necessário, poderiam as outras comissões, incluindo esta dos refugiados, continuar a atuar mesmo com um prazo que estaria, eventualmente, superado?

Estas perguntas, naturalmente, são de caráter jurídico, mas são fundamentais que sejam esclarecidas, porque se esta ratificação tiver que ocorrer que ocorra o quanto antes e que seja na próxima Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa – Julgo dever arriscar uma resposta a esta questão, porque objetivamente aquilo que o número 4, do artigo 52, do Regimento da Assembleia determina é que seja fixado um prazo para a apresentação do relatório da comissão eventual.

Quando aqui, na assembleia, se está a aprovar a dilatação desse prazo, em todos os casos se faz isso, o prazo para apresentação do relatório final dos trabalhos da comissão é prorrogado logo, implicitamente todo o funcionamento da comissão até lá é ratificado. Nenhum ato entre a apresentação do relatório ou antes da apresentação, muitas diligências já foram tomadas, as da Comenda, de outras comissões, mas nenhum ato veio aqui a aprovação da assembleia até agora, só virá um relatório e esse relatório é que é remetido para uma data posterior em relação ao prazo inicial que tinha e depois do prazo agora fixado todos os atos praticados dentro desse prazo até à apresentação do relatório estarão implicitamente ratificados, porque é o relatório que vai ser votado em plenário, não são as diligências intermédias.

Nuno Carvalho (PSD) – Não nos referíamos ao relatório, referíamos-nos aos atos praticados. Qualquer uma destas comissões que tiver fixado o prazo, algumas delas até podiam ter um prazo de menos seis meses, e estamos aqui agora a adaptar os prazos, porque já sabemos os desenvolvimentos dos trabalhos das comissões, isso até é tudo normal e queremos que esta Assembleia Municipal funcione com regularidade, outra questão é procurar regularizar essas situações.

O Sr. Presidente está a arriscar uma resposta sobre uma matéria que, para já, não está relacionada com a aprovação dos relatórios, está relacionada com a proposta que está aqui e o que estamos aqui a fazer, diria quase como uma regularização, mas em termos práticos, também, é uma decisão de um quórum que é superior à Comissão Permanente, porque estamos a fazer uma fixação de prazos. Houve a necessidade de não os fixar na Comissão Permanente como o próprio regimento permite, porque não foi inicialmente fixado e é por isso que se traz aqui.

Agora, resta saber se esta mesma conclusão tem ou não tem algum impacto sobre os atos que foram praticados, porque, na minha opinião, houve um grupo municipal que numa das comissões eventuais levantou a dúvida sobre a validade do funcionamento da comissão quando o prazo está ultrapassado.

Qual é a validade? Esta é a pergunta das comissões quando o prazo não está fixado, porque não há prazo e, portanto, deve ou não vir a ser ratificado? Acho que esta dúvida merece uma análise jurídica cuidada, mas é uma dúvida, não é uma certeza e nem foi levantada esta primeira dúvida sobre o prazo de validade da comissão, por parte do grupo municipal do PSD, contudo, com este ato gostaríamos de estar seguros quanto a isso.

Presidente da Mesa – Isto é um ponto chave, não podem ficar dúvidas sobre isto. Compreendo o que o senhor deputado está a colocar, julgo que também me fiz explicar suficientemente, mas uma coisa é certa, nenhum ato praticado pelas comissões eventuais, até agora, foi aprovado ou ratificado pela assembleia e a assembleia só tomará conhecimento dos atos quando o relatório for produzido.

O que aqui estamos a fazer é dar um prazo mais alargado para a produção do relatório, o prazo é para a apresentação do relatório, não é para praticar atos e a assembleia só terá conhecimento dos atos praticados e desenvolvidos na comissão quando aparecer o relatório e é esse prazo que estamos a dilatar.

Nuno Carvalho (PSD) – Pode ser até seu entendimento ou de qualquer deputado municipal e já vi e até nem foi por parte do grupo municipal do PSD que uma comissão, uma vez ultrapassado o prazo, que possa não estar em condições de continuar a exercer o seu trabalho. Essa dúvida, da qual, eu tendo sequer a não concordar e o grupo municipal do PSD até tende a não concordar, mas essa dúvida tem a sua legitimidade. Nesse mesmo sentido, creio que a razão pela qual estamos aqui a trazer esta decisão nestes termos, que foi essa porta que foi aberta, leva a ter outro tipo de dúvidas e não estamos a falar de ratificar até à data qualquer relatório, estamos a falar de fixar datas, estamos claros quanto a isso e a dúvida é sobre os atos que foram praticados até este momento nas comissões onde não foram fixadas datas e que têm plena validade ou não têm. Se tiverem plena validade não é necessário a ratificação, se estiverem feridos de alguma validade que obrigue a que esta Assembleia Municipal os ratifique, que o façamos. Não há mal nenhum nisso, mas que o façamos, para não termos amanhã algum grupo municipal a dizer que aquilo que foi dito ou aquilo que foi falado levanta dúvidas, tal como aconteceu na Comissão dos Refugiados onde foram levantadas dúvidas sobre não estar o prazo prorrogado e que, se calhar, as entidades que vamos ouvir poderem-se recusar a serem ouvidas.

Esta é uma questão legítima, mas não estamos é para estar em trabalhos de comissão para depois haver dúvidas sobre o que foi feito e esta Assembleia Municipal, cremos nós, poderá ter plena competência para resolver isso.

Julgo que deixei a dúvida de forma clara e não é nossa intenção sequer colocar em causa os trabalhos das comissões, antes pelo contrário, é que eles estejam à prova de bala no que diz respeito àquilo que é o cumprimento do regimento e da lei.

Ilídio Ferreira (PS) – Durante o processo desta comissão para os refugiados, foi fixado um prazo de dois meses, porque dado o assunto pretendia-se urgência. Fui falando, embora não fizesse parte da comissão, fui perguntado a algumas pessoas sobre o que é que se passava e ouvi várias versões, nomeadamente da eventual dinâmica do coordenador, porque estas situações funcionam muito em função da própria dinâmica que os coordenadores colocam às comissões. Agora, pelos vistos chega-se à conclusão, pelo que o coordenador disse, que foram problemas administrativos, a comunicação, etc., que não se percebe muito bem o que é, mas há uma coisa que estou a perceber, é que o coordenador dessa comissão está a querer baralhar isto tudo para desviar o foco daquela que foi a realidade, que foi não ter conduzido convenientemente esta comissão. Teve dois meses e durante esses dois meses, pelos vistos, o trabalho, pelo que se sabe, terá sido próximo de zero.

Sou coordenador de uma comissão e gostaria de dizer que o grupo parlamentar do Partido Socialista, quando propôs a comissão, fez aquilo que tinha a propor de acordo com o Regimento e a Lei. O senhor deputado que levantou as questões, nomeadamente quanto à validade dos atos praticados, devo-lhe dizer que não é agradável para a minha comissão, para mim e para todos os membros que têm trabalhado bastante sobre o assunto, ouvir esse tipo de considerações. O regimento diz que os deputados ou grupos municipais que requeiram a constituição de uma comissão eventual, deve indicar os seus fundamentos e delimitar o seu âmbito sob pena de rejeição liminar, portanto, o que fizemos foi fazer uma proposta onde fundamentamos e delimitamos o seu âmbito e enviamos para a Comissão Permanente. Foi cumprido.

O número 4 diz, “Após proposta da Comissão Permanente, o plenário da Assembleia Municipal delibera sobre a realização do inquérito, a respetiva constituição de uma comissão eventual para o efeito, assim como fixa a data para a apresentação do relatório.”. Nada diz que a data afixada para a apresentação do relatório tenha que ser feita na altura em que é criada a própria comissão e faz sentido que não seja, porque faz todo o sentido que a Comissão Permanente e a própria assembleia vá avaliando a data de apresentação do relatório em função daquilo que é o desenvolvimento dos trabalhos e das dificuldades que as comissões vão tendo.

Acresce-lhe um dado, isto é importante e o senhor deputado é jurista sabe perfeitamente que estas questões são importantes, que é o sentido e a ligação entre o que são os factos e o que é a Lei, nomeadamente neste caso o que é o regimento e o que foi a constituição das comissões. Que é o quê? É a própria natureza dos factos e das urgências, ou seja, uma comissão para celebrar os 50 anos do 25 de Abril, faz todo o sentido que ela trabalhe até aos 50 anos do 25 de Abril, uma comissão para avaliar o processo da Comenda faz todo o sentido, sabendo-se que é um processo que está a decorrer e que vai decorrer ainda durante mais algum tempo, faz todo o sentido que ela tenha um prazo mais alargado, apesar disso, a comissão já apresentou um relatório intercalar e já comunicou ao Sr. Presidente, informalmente, que gostaria de apresentar, dar por findo ou pelo menos apresentar o relatório final e depois assembleia, nessa altura, decidirá o que fazer para o futuro. Pretendia fazê-lo no início do próximo ano e as datas estão de acordo.

Julgo que toda esta intervenção do senhor deputado, com todo o respeito, é para baralhar e tentar dar de novo, eventualmente, para esconder nas questões administrativas, etc., a questão da incapacidade daquela comissão em desenvolver trabalho. Não conheço as razões profundas, mas acho que isto é estar a baralhar.

Termino dizendo-lhe o seguinte, da interpretação que faço do regimento, que é a Lei pela qual nos regemos, nenhum dos atos praticados pelas duas comissões foi posto em causa, porque as comissões não tinham uma data fixada para apresentar o relatório.

Vítor Rosa (BE) – Esclarecer algumas situações, começando pela Comissão dos Refugiados em relação a algumas coisas ditas aqui pelo senhor deputado Nuno Carvalho. Quando referiu obstáculos administrativos, era bom que o senhor deputado dissesse quais foram os obstáculos administrativos colocados a esta comissão. Porque dentro do que foi o trabalho da comissão, elencamos um conjunto de entidades para serem ouvidas, mas o senhor não convocou nenhuma delas para serem ouvidas nesta comissão. Obstáculos administrativos da parte de quem? Era bom que o senhor deputado esclarecesse essa situação aqui na assembleia, porque da parte da comissão não houve qualquer tipo de obstáculo a que isso acontecesse.

Depois, em relação aos complexos ideológicos do Bloco, não temos complexos nenhuns ideológicos sobre a questão da Ucrânia, tanto que foi publicamente assumido qual a nossa posição sobre o problema da Ucrânia e estamos cá, tal como aprovámos para a criação desta comissão e votámos em “n” assembleias posições sobre a questão da Ucrânia para o apuramento da verdade e estamos cá, também, para apurar a verdade.

Relativamente à questão dos atos das comissões, dou o exemplo da Comissão do 25 de Abril, porque sobre a Comissão da Comenda o Ilídio já falou. Tivemos quatro reuniões, a primeira para definir que plano de trabalho é que queríamos para aquela comissão, segundo para encontrar um interlocutor junto do executivo para facilitar e agilizar o nosso trabalho com o executivo municipal e, dentro desta comissão, elencámos para que todas as forças políticas apresentassem propostas para serem discutidas. Vamos pôr em causa estes atos? Quando isto foi apenas e só um trabalho interno desta comissão ao nível desta assembleia? Estamos a trazer esta dúvida para cima da mesa a que propósito? É porque de toda a intervenção do senhor deputado Nuno Carvalho, só posso entender isto como uma cortina de fumo para tentar esconder aquilo que foi a sua incapacidade para o trabalho que assumiu. Em abono da verdade, quando se decidi nesta comissão como é que era feita a coordenação, a proposta do Bloco foi de, a exemplo de outras e por consenso que quem apresentava estas propostas de comissões eventuais, assumir a coordenação. O senhor deputado disse que não concordava e propôs ser o coordenador desta comissão e foi a votos, com os votos do PSD, da CDU e do CHEGA é que o senhor chegou a coordenador.

Agora vir dizer que, afinal, o PSD não quer assumir a coordenação desta comissão só revela que, de facto, o senhor não estava preparado para assumir a coordenação desta comissão.

Presidente da Mesa – Temos que resumir e concluir este ponto, não estamos aqui a fazer um julgamento sobre a Comissão de Refugiados, estamos a querer regularizar o funcionamento de todas as comissões. A proposta é sobre a realização de funcionamento de todas as comissões eventuais e arrumar alguns assuntos das comissões de trabalho que estão mais permanentes e que não são contínuos. Não podemos polarizar só neste ponto, porque queremos estabilizar o trabalho da assembleia e temos que o fazer.

Nuno Carvalho (PSD) – Como disse e bem, não é suposto ser o julgamento de nada, mas percebemos qual é a intenção que está aqui por trás, não da proposta em si, mas de algumas intervenções. Atenção, é legítimo, porque escrutinar faz parte do trabalho desta Assembleia Municipal e não considero que isso seja um julgamento, considero que seja um esclarecimento e cabe a esta Assembleia Municipal esclarecer sempre tudo o que são os seus trabalhos. Quanto a isso, acho que nesse aspeto é sempre bom haver este debate e se me permite, nesse aspeto, até discordar de si.

Segundo aspeto, com a tolerância que agradeço do tempo que me dá, há aqui um ponto que acho importante esclarecer, o grupo municipal do PSD nunca e em nenhuma circunstância considerou que a Comissão de Refugiados deixaria de ter a capacidade de praticar atos porque o prazo expirou, considerava que podia praticar esses atos e considerava que teria que haver sempre um pedido de prorrogação. Ou os grupos municipais ou os deputados municipais que consideraram que não se podia praticar atos na comissão é que devem explicar o porquê, agora não cabe ao grupo municipal do PSD fazer uma avaliação ignorando essas vontades, até porque elas têm um certo fundamento jurídico.

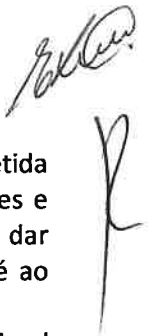
Estas cortinas de fumo e tudo isto que estão aqui a falar nem vem do grupo municipal do PSD, o grupo municipal do PSD considera que a comissão, uma vez expirado o prazo, deveria ter continuado a praticar atos e que deveria, de facto, vir a ratificação à prorrogação do prazo como aqui está e isso que fique esclarecido. Mas não vai o grupo municipal do PSD agora falar em nome de outros deputados ou de outros grupos municipais, isso evidentemente não nos compete a nós, compete registar aquilo que foram as diferentes opiniões e que esse aspeto fique mais do que esclarecido. Quanto ao resto, que a comissão possa avançar com tudo aquilo que é a superioridade, ou seja, uma vez que não foi possível cumprir com a calendarização proposta, porque ela uma vez enviada o prazo já tinha sido ultrapassado, mas que agora com a prorrogação essa calendarização e a audição a essas entidades que foram aprovadas nas duas reuniões possa avançar.

No que diz respeito às remanescentes, as dúvidas que foram colocadas, creio que elas até têm o seu ponto de validade, queremos apenas ter a certeza absoluta é que essas dúvidas não possam, de alguma forma, vir a impactar aquilo que são as outras comissões.

Que se entenda, não foi o grupo municipal do PSD, respondendo à questão que foi muito bem colocada pelo deputado Ilídio, porque concordamos e achamos que nada deveria colocar em causa esse trabalho, nem nunca nada deveria permitir que isso ficasse em causa. O grupo municipal do PSD entende que todo o trabalho realizado pelas diferentes comissões tem validade e quer apenas estar seguro e certo, porque temos deputados municipais nas comissões que estão muito empenhados e desempenham um bom trabalho e sem dúvida de que os outros também fizeram a mesma coisa, queremos ter a certeza de que não vai voltar a haver qualquer tipo de dúvida colocada como foi naquela comissão.

João Luz (CDU) – Acompanhamos a proposta que a Mesa apresentou, entendemos que clarifica um conjunto de questões relativamente ao funcionamento das comissões e torna mais claro o trabalho que estamos todos aqui a desenvolver.

Tenho alguma dificuldade, porque penso que as pessoas que nos estão a ouvir, dificilmente compreenderão parte substancial do que aqui estamos a tratar. Julgo que a comissão, na sequência da proposta que a Mesa fez, deve reunir, deve organizar-se ou reorganizar-se, se assim entender necessário, e este debate deve ser feito no âmbito da comissão e acompanhado pela Comissão Permanente com alguma proximidade.



Uma questão relativamente à Comissão de Refugiados, acho que, de facto, a missão que estava acometida a esta comissão era acompanhar este processo, conhecer, conversar com um conjunto de entidades e julgo que precisávamos de recentrar o nosso trabalho na missão fundamental desta comissão e dar resposta àquilo que foi o mandato que a Assembleia Municipal nos deu e que não foi possível até ao momento concretizar.

Relativamente à proposta do Partido Socialista para que a Comissão de Ambiente e Bem-estar Animal acompanhe o caso da poluição ambiental na Mourisca, acompanharemos esta proposta, temos, entretanto, naquilo que se coloca enquanto pedido de clarificação de algumas questões que estão colocadas nesta proposta de resolução, a necessidade de identificar algumas questões, porque se referem aqui, ou pelo menos na leitura é essa a ideia com que se fica, a um conjunto de questões a clarificar. Designadamente em torno de notificações, de aplicação de coimas, de monitorização, por aí fora em relação à perspetiva de perceber que passos é que a Câmara Municipal deu e estamos a falar aqui de competências de outros órgãos em matéria ambiental. O que juntaríamos a esta proposta do Partido Socialista, se estiverem de acordo, é que a comissão procurasse obter um conjunto de informações junto da APA, junto da ARH Alentejo, junto do IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território) e do SEPNA da GNR (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente – GNR) no sentido de se perceber se há alguma matéria e alguma ação inspetiva em curso e em torno destas questões.

Ilídio Ferreira (PS) – Vou falar pela segunda vez, espero que seja a última, até porque o Partido Socialista não tinha intenção de fazer qualquer intervenção sobre esta matéria e faria a votação e só decidimos fazê-lo depois da intervenção do senhor deputado. Se há, de facto, quem esteve aqui a tentar colocar uma cortina de fumo foi a sua intervenção.

O regimento é claro nessa matéria e nisso o grupo parlamentar do Partido Socialista entendeu que a comissão carecia de legitimidade, penso que, numa posição idêntica à do Sr. Presidente da Assembleia, porque não há possibilidade de outra interpretação do regimento que é claro e diz no ponto 5 do art.º 52.º, que se o relatório não for apresentado no prazo fixado, e essa comissão tinha um prazo fixado que eram de 60 dias e que acabou em 20 de julho, a comissão eventual deverá justificar a falta e solicitar ao plenário da Assembleia Municipal a prorrogação do prazo. Ora se se diz que deve prorrogar, deve solicitar a prorrogação do prazo é porque o prazo já terminou e se o prazo terminou não pode continuar em funções. Não vejo dúvidas de interpretação nesta matéria.

Completamente diferente é a situação das outras comissões, para as quais não tinha sido fixado qualquer prazo e estavam legitimamente no desempenho das suas funções, até que a assembleia fixasse o prazo e a Comissão Permanente achasse que era a altura própria para o fazer. Qualquer outra interpretação não me parece minimamente razoável.

Paulo Lopes (PS) – Dois assuntos sobre esta proposta, já que estamos a falar da Comissão de Fiscalização da Conduta da Câmara e Serviços Municipais no Acolhimento de Refugiados Ucrrianos em Setúbal, claramente que registamos a renúncia do cargo de coordenador da comissão pela parte do PSD e acho que é na comissão que devemos falar e devemos eleger um novo representante.

Dizer que, da minha parte, acho que o PS, a CDU e já agora o PSD não devem estar na nova solução, devem ser outros partidos para se dever dar um novo élan aos trabalhos, porque há 5 meses atrás tínhamos aqui a sala cheia de câmaras de televisão e todos tivemos os nossos 5 minutos de fama, na altura, por razões não tão boas e é importante com tranquilidade, serenidade, mas com celeridade poder desempenhar aqui o relatório.

A Comissão Eventual de Acompanhamento da Saúde no concelho de Setúbal, proposta pelo PSD, e que nunca chegou a reunir. A Mesa já fez um pouco a mea culpa, os partidos também não indicaram nenhum membro para poder reunir e, na altura, foi votada a criação desta comissão com a abstenção, penso eu, da CDU e do PS e os dois partidos tinham argumentado que este tema era um tema que devia de ser encaminhado para a comissão já existente, que é a da Educação, Cultura e Questões Sociais. É uma comissão de trabalho e foi aquilo que o PS agora fez na questão da vala da Mourisca, solicita que seja acompanhada pela Comissão de Ambiente.

Quero aqui reforçar a ideia de estarmos a criar mais uma comissão eventual, quando temos uma comissão que pode acompanhar, sem estes dilemas do prazo, sem estas questões objetivas daquilo que é uma comissão eventual e que caracteriza uma comissão eventual, até porque a saúde e as questões do hospital e dos centros de saúde aqui no concelho de Setúbal vão ser um tema que vão acompanhar seguramente todo o mandato. Se tomaríamos uma resolução como fizemos no sentido de mandar a Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais para fazer um acompanhamento daquilo que são os investimentos ou as preocupações que existem no concelho sobre a área da saúde. É algo que deixo aqui para cima da mesa, gostava de ouvir a vossa opinião, não é nada contra a comissão, nem querer que se discute o assunto, pelo contrário, é uma questão operacional de podermos simplificar com os meios que a assembleia já tem com as comissões que já estão criadas.

Nuno Carvalho (PSD) – Para ser muito breve e sintético, até porque o tom da intervenção do senhor deputado Paulo Lopes foi muito correto e muito adequado ao que está em cima da mesa a discutir-se e quero dar a entender que a interpretação que pode ser feita, claramente não está na intenção da intervenção do senhor deputado Paulo Lopes, mas a interpretação que pode ser feita é reverter uma decisão da Assembleia Municipal, porque criou uma comissão eventual. Isso é algo que o grupo municipal do PSD não quer e a acontecer ela teria que acontecer em termos formais e porventura com a mesma força, diria eu, sendo este um órgão coletivo.

O grupo municipal do PSD, na altura, disse as suas intenções para os quais queriam, acho que estamos ainda com mais força e mais validade, porque compreendemos a lógica de economia de comissões, há uma lógica por trás disto que somos perfeitamente sensíveis, contudo, em particular na saúde, continuamos convictos que esta comissão deve analisar o caso e deve fazê-lo neste formato de comissão eventual, ainda para mais agora que estamos a aproveitar para fixar prazos. Que se fixe o prazo e que ela possa funcionar com essa normalidade, percebendo bem que não houve aí nenhuma intenção de procurar deixar de discutir o tema, como ficou bem claro pelo tom do senhor deputado Paulo Lopes.

João Luz (CDU) – Temos argumentado desde o início deste mandato que entendemos que as comissões de trabalho da assembleia, as comissões regulares não devem ser esvaziadas das suas competências e na discussão deste ponto desta proposta de criação desta comissão eventual de saúde, na altura, absteremo-nos, entendendo que o único argumento para a não criação era este, era desta ordem de natureza. Face a esta proposta do Partido Socialista inclinamo-nos a acompanhar no sentido de procurar dotar a comissão existente para que funcione regularmente e em condições.

Acompanhamos, também, a questão de que uma decisão nesse sentido deve se revestir de igual formalismo aquele que criou a comissão e, desse ponto de vista, estamos de acordo que não estaríamos agora, neste momento exato, em condições, mas não deixamos de acompanhar esta preocupação e, se calhar, numa próxima sessão da Assembleia Municipal haver uma proposta nesse sentido de integração do conjunto de matérias que estão atribuídas a esta comissão eventual a uma comissão previamente existente, já constituída e com um âmbito de intervenção, precisamente, nestas áreas da saúde.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal relativamente a esta comissão da Ucrânia, também, tinha apresentado uma proposta antes do Partido Socialista e que, por questões técnicas foi numa assembleia extraordinária e na prática não conseguimos que a proposta viesse à assembleia, porque apresentámos a proposta tarde. Para nós é realmente muito importante que esta comissão conclua os seus trabalhos. Essa é a primeira nota que quero deixar e, no âmbito da comissão, que tudo chegue a bom porto e que na realidade se chegue a um relatório e que se esclareça a população, porque é por isso que esta assembleia mandou esta comissão.

Relativamente à Comissão da Saúde, acho que é um tema importante e não temos qualquer obstáculo em que seja, no âmbito de uma comissão de trabalho ou que seja numa comissão à parte.

Em relação a esta proposta do PS para a Comissão de Ambiente e Bem-estar Animal, também, iremos acompanhar, mas queremos deixar aqui uma sugestão que acho que devia ser boa prática para o futuro, uma vez que esta comissão não tem prazo sugeria que de três em três meses, se não tiver sido apresentado o relatório, que se fizesse um relatório preliminar sobre o ponto de situação dos trabalhos na assembleia.

Presidente da Mesa – Julgo que as posições estão suficientemente claras, podemos concluir que a proposta, tal como está aqui, com a inclusão da proposta do Partido Socialista, da resolução sobre a Comissão de Ambiente Bem-estar Animal para o caso da poluição ambiental na Mourisca, íamos manter os termos desta proposta, mantendo a Comissão da Saúde dando-lhe este prazo, mantendo a renovação do prazo para a Comissão dos Refugiados e podemos votar.

Perante o anúncio em plenário da demissão do cargo do senhor deputado Nuno Carvalho, terá que ser a Mesa a assumir a convocatória da reunião, primeiro, na segunda-feira fazer sair o ofício a todos os grupos municipais para fazer a nomeação dos representantes para a Comissão da Saúde que não chegou a ter representantes nomeados e segundo, fazer uma convocatória da Comissão dos Refugiados com dois pontos da ordem de trabalhos, um sobre a eleição do seu coordenador e do seu secretário, e o outro sobre a definição de um programa de trabalhos.

João Luz (CDU) – Parece-me que houve um consenso relativo à possibilidade de podermos integrar as competências daquela comissão na comissão pré-existente e apresentar-se na próxima Assembleia Municipal uma proposta relativamente a esta matéria, pelo que colocava à consideração se valia a pena, neste, entretanto, fazer esse processo que está a sugerir de se indicar nomes e de constituir a comissão.

Presidente da Mesa – O senhor deputado acabou de dizer que compreendia a posição da proposta do deputado Paulo Lopes, mas que não era conveniente não constituir a comissão deixando essa decisão para depois.

Ou constituímos ou não constituímos, ou remetemos o objeto da comissão para a comissão de trabalho regular, foi essa a proposta do senhor deputado Paulo Lopes. Podemos fazer essa alteração aqui, ou então, na preferência do senhor Nuno Carvalho deve mesmo constituir-se a Comissão da Saúde e pô-la a funcionar conforme previsto. Das duas, uma, ou funciona a comissão eventual ou se remete o objeto dessa comissão para a comissão de trabalho regular. Isso implicará que votemos ponto a ponto.

Estamos no debate e no debate há um deputado municipal que faz uma proposta alternativa, a proposta não é inalterável, pode ser alterada e podemos votar em alternativa este ponto, ou se remete à comissão regular ou se mantém na comissão eventual.

Nuno Carvalho (PSD) – É só fazer com que a reversão, neste caso seria a reversão da decisão da Assembleia Municipal, que só pode ser feita com a mesma força, terá que se alterar a Ordem de Trabalhos e aí não há um formalismo que impeça sequer de fazer isso agora, mas tem que entrar na Ordem de Trabalhos, que foi o que o PSD teve que fazer quando convocou a deliberação desta comissão eventual. Tem que entrar na Ordem de Trabalhos que pode ser feito aqui com o quórum, se a memória não me falha, e tem que ser constituída esta proposta que aqui foi dita e terá que ser decidido. O que aqui está não é nem de perto, nem de longe isso, tem que alterar, não é dizer que a comissão agora tem uma data e nem é uma proposta alternativa, é dizer única e simplesmente que é a Comissão de Saúde que foi criada na data tal e que passa a integrar os tempos que aqui foram ditos sobre a tal Comissão de Saúde existente. Isso não é algo que se faça assim sem o devido formalismo e só queremos é que seja feito com os mesmos formalismos, porque o PSD opõe-se a essa proposta, não é nada que não se possa fazer agora, se quiserem, não estamos em desacordo.

Presidente da Mesa – No meu entendimento há um excesso de formalismo do ponto que está em discussão. O ponto do funcionamento das comissões com a atribuição de uma data está em discussão e na discussão surgiu uma proposta alternativa de acabar com essa comissão e remeter o seu objeto para outra já existente. Agora se o senhor deputado está a entender que é preciso um formalismo prévio para a extinção da comissão que não foi constituída.

O senhor deputado Paulo apresentou oralmente a proposta, porque a lei é facilmente entendível, não precisa de estar escrito, em vez de lhe dar uma data, remeter o seu objeto à comissão de trabalho regular. A proposta é essa, julgo que isto não tem dificuldade de entendimento.

É uma proposta alternativa à proposta inicial que cá veio, se não podermos fazer propostas alternativas estamos mal no funcionamento da assembleia, porque na matéria que não for inalterável, como são algumas que vêm do executivo municipal, no caso das propostas de funcionamento da própria assembleia o plenário é sempre soberano. Na discussão podem ser geradas propostas diferentes daquelas que são inicialmente colocadas ao debate, se não, não havia resultados democráticos.

Paulo Lopes (PS) – Então posso formalizar.

Senhor Presidente, só um esclarecimento, pode-se ou não se pode fazer uma alteração à proposta, ou seja, não aprovar a extensão do prazo, naturalmente ela extingue-se, por acaso esta comissão ainda não passou os seis meses iniciais, falta um ou dois meses. Ou não se promove e faz-se aqui uma deliberação, uma resolução em que a Assembleia Municipal não dá continuidade à comissão eventual e que mandata a comissão de trabalho para fazer exatamente o mesmo trabalho nos mesmos trâmites para a qual a comissão eventual fora criada e o Partido Socialista está disponível para fazer essa proposta neste momento ou, se o Sr. Presidente não aceitar, numa assembleia posterior. Caso haja necessidade, apresenta-se uma proposta nesse sentido para ser incluída no período da ordem de trabalhos.

Presidente da Mesa – Não tenho qualquer objeção a isso, estamos a fazer uma alteração à proposta que aqui está, onde diz *“Comissão Eventual de Acompanhamento da Saúde no Concelho de Setúbal - Propõe-se a nomeação imediata de representantes de cada Grupo Municipal e a prorrogação do prazo para a apresentação de relatório, por mais seis meses, até 29-04-2023.”* e a proposta do senhor deputado Paulo Lopes é no sentido, *“Propõe-se que o objeto desta comissão seja remetido à Comissão de Trabalho de Educação, Cultura e Questões Sociais.”* É isso? Julgo que não há dificuldade de entendimento. Qual é o impedimento? Não pode haver discussão e soluções alternativas num debate?

Flávio Lança (IL) – Senhores deputados, pedia aqui um bocadinho de bom senso, porque o tema aqui é a saúde e queremos esclarecer um conjunto de questões relativamente à saúde. Percebo a lógica e faz-me todo o sentido e já disse que era indiferente ter uma comissão à parte ou estar integrada na comissão que já existe. Podemos pensar nessa regra para o futuro, mas avancemos com este assunto, desde já, para não estarmos a atrasar o processo e irmos, outra vez, entrar numa situação burocrática. Será assim tão importante a integração desta comissão da saúde na que já existe? Deixo esta questão no ar e quanto a mim acho que não, mas podíamos avançar.

Jerónimo Lopes (CDU) – Para mim é mais que evidente que estando o tema na ordem de trabalhos podem ser admitidas propostas alternativas, porque se não estivesse era uma situação, estando o tema agendado, existe uma proposta e podem haver e ser votadas propostas alternativas. Creio que devemos proceder e também acho que isso impedirá maiores atrasos, porque não fazermos é que vai causar que continue sem se trabalhar no tema que foi mandatado, porque vamos continuar sem ter membros indicados e se o tivermos não vão funcionar. O que acho é que havendo duas propostas alternativas, do ponto de vista formal, elas devem ser colocadas à votação.

Ilídio Ferreira (PS) – Senhor Presidente, trata-se de uma matéria da competência da Assembleia Municipal, não estamos a entrar em matérias de competência de outros órgãos, já aqui fizemos alterações em todos os mandatos a propostas que aqui vêm. A mesma assembleia que propõe ou o mesmo grupo que propõe determinada proposta e que a traz aqui pode, durante a sessão, propor a alteração dessa mesma proposta por iniciativa própria ou por sugestão de outros grupos parlamentares. Temos feito isto aqui, ao longo do tempo, não vejo porque é que esta proposta não poderá acontecer. O que acho que não deve acontecer, por falta de sentido, é aprovarmos agora esta proposta, a comissão entrar em funcionamento e daqui por 2 ou 3 meses extinguir-se a comissão e o assunto ir para a outra. Esta comissão, se agora for criada, não será a mesma comissão, é pouco provável que o seja, com os mesmos elementos que fazem parte da Comissão de Saúde existente, isto é que não me parece fazer sentido. Não vejo em que fira o regimento haver aqui uma proposta de alteração, tal qual disse o deputado Jerónimo Lopes, porque tem sido prática ao longo do tempo.

Presidente da Mesa – Julgo que estão claras todas as posições, mas agora temos que tomar uma decisão e compete agora à Mesa, perante as posições manifestadas pelos grupos municipais, tomar uma decisão. O nosso sentido é de podermos claramente, perante uma proposta apresentada sobre o mesmo assunto, levar à votação posições alternativas, propostas alternativas. Temos que considerar que a proposta apresentada pelo deputado Paulo Lopes é a alternativa à proposta inicial que está aqui apresentada e, portanto, vamos votar em alternativa ou a definição do prazo da Comissão da Saúde ou a remissão do objeto desta comissão para a comissão de trabalho de Educação, Cultura e Questões Sociais. Vamos pôr esta alternativa e fica decidido, o plenário é soberano. A posição da Mesa está assumida e vamos votar ponto a ponto.

Não havendo mais intervenções foi a proposta votada ponto a ponto, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42:

1. Comissão Eventual de Acompanhamento da Saúde no Concelho de Setúbal:

A – Nomeação imediata de representantes de cada Grupo Municipal e a prorrogação do prazo para apresentação de relatório, por mais seis meses, até 29/04/2023

Reprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 6 do PSD, 2 do CH e 1 da IL, e 28 votos contra, 17 da CDU, 9 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

B – Que o objeto desta comissão eventual seja remetido para a Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais, apresentada pelo senhor deputado municipal Paulo Lopes.

Aprovada, por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 1 do BE e 1 do PAN, e 9 votos contra, 6 do PSD, 2 do CH e 1 da IL.

Nuno Carvalho (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O grupo municipal do PSD era a favor de manter esta comissão e não a favor da extinção da mesma, ainda que o trabalho possa ser continuado na Comissão de Saúde, consideramos que o tema era suficientemente pertinente para os setubalenses e azeitonenses que ele fosse iniciado logo. Lamentamos, naturalmente, que para um tema tão importante ele já não tivesse sido iniciado, ainda para mais agora que tivesse tido esta alteração desta maneira, achamos que o tema, claramente, não devia ter sido tratado desta forma, pelo menos quanto ao procedimento achamos que claramente a forma como foi tratado, para um tema tão importante, foi muito mau conduzido.”*

2. Comissão Eventual de Fiscalização de Conduta da Câmara e dos Serviços Municipais no Acolhimento de Refugiados Ucranianos em Setúbal – Prorrogação do prazo até 31/01/2023

Aprovada por unanimidade e em minuta.

3. Comissão Eventual de Acompanhamento das Intervenções Realizadas da Herdade da Comenda – Fixação de prazo para apresentação de relatório até 28/02/2023

Aprovada por unanimidade e em minuta.

4. Comissão Eventual para a Organização das Celebrações do 50º Aniversário do 25 de Abril – Fixação de prazo para apresentação de relatório até 15/05/2024

Aprovada por unanimidade e em minuta.

5. Resolução para que a Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal acompanhe o caso da poluição ambiental na Mourisca


Aprovada por unanimidade e em minuta.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e trinta e dois minutos do dia um de outubro, de dois mil e vinte e dois.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, contém cinquenta e nove folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.